



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 090 - QUARTA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO CONJUNTA A REALIZAR-SE, AMANHÃ, DIA 27, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA À APRECIÇÃO DE PROJETOS DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL (ABERTURA DE CRÉDITOS) E DE MEDIDAS PROVISÓRIAS.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 79ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 26 DE JUNHO DE 2001

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 157, de 2001 (nº 630/2001, na origem), de 25 do corrente, comunicando sua ausência do País, juntamente com o Sr. Vice-Presidente, no período de 26 a 28 do corrente, para realizar visita de Estado à República da Bolívia. À publicação..... 14081

Nº 158, de 2001 (nº 636/2001, na origem), de 25 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Sr. José Coêlho Ferreira, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Doutor Aldo da Silva Fagundes. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 14081

1.2.2– Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Emendas da Câmara ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1997 (nº 84/99, naquela

Casa), que susta os efeitos da Nota Conjur-Minfra nº 24/92, aprovada pelo Senhor Presidente da República, segundo despacho publicado em 24 de março de 1992, na Exposição de Motivos nº 19/92, do Ministro de Estado da Infra-Estrutura. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 14084

1.2.3 – Pareceres (*)

Nº 626, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício nº S/ 20, de 2001 (nº 1.507/2001, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, que encaminha pleito do Estado da Bahia, solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$10,000,000.00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos), equivalentes a R\$21.847.000,00 (vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil reais), à taxa de câmbio de 30 de abril de 2001 (Projeto de Resolução nº 28, de 2001). 14085

Nº 627, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2001 (nº 3.639/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que desvincula, parcialmente, no exercício de 2001, a aplicação dos recursos de que tratam os arts 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União.	14087	Projetos de Lei da Câmara nºs 51 e 52, de 2001, cujos pareceres foram lidos anteriormente.....	14098
Nº 628, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 155, de 2001 (nº 592/2001, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Geraldo Brindeiro, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República....	14090	1.2.5– Leitura de requerimentos	
Nº 629, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2001 (nº 3.999/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.	14091	Nº 371, de 2001, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2001, que desvincula, parcialmente, no exercício de 2001, a aplicação dos recursos de que tratam os artigos 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União. Será votado após a Ordem do Dia.	14098
Nº 630, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 360, de 2001, que requer seja oficiado ao Banco Central do Brasil, para que submeta ao Senado Federal extratos da movimentação financeira e fotocópias de cheques emitidos, concernentes à conta bancária da Senhora Vera Arantes Campos, na agência central do Banco Bamerindus, na rua XV de Novembro, cidade de São Paulo – SP, durante o segundo semestre do ano de 1988 e primeiro semestre do ano de 1989, bem como, no mesmo período, os dados disponíveis concernentes às movimentações financeiras e fotocópias de cheques emitidos pelos senhores Serafim Rodrigues de Moraes e Vicente de Paula Pedrosa Silva.	14094	Nº 372, de 2001, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 28, de 2001, que autoriza o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos), equivalentes a R\$ 21.847.000,00 (vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil reais), à taxa de câmbio de 30 de abril de 2001, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRO– DETUR/NE. Será votado após a Ordem do Dia.	14099
Nº 631, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 333, de 2001, que requer ao Banco Central do Brasil extratos da movimentação financeira e fotocópias de cheques emitidos, concernentes à conta bancária da Senhora Vera Arantes Campos, na agência central do Banco Bamerindus, na rua XV de Novembro, cidade de São Paulo – SP, durante o segundo semestre do ano de 1988 e primeiro semestre do ano de 1989.	14098	Nº 373, de 2001, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, solicitando a retirada do Requerimento nº 257, de 2001, que dispõe sobre a criação de uma Comissão Temporária, destinada a acompanhar e avaliar as ações do Poder Executivo referentes ao aumento da oferta e à redução da demanda de energia elétrica no País. Deferido.	14099
(*) Leitura de parecer após a Ordem do Dia (Item 1.3.2)		1.2.6– Leitura de projeto	
1.2.4– Comunicações da Presidência		Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2001, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que acrescenta parágrafos aos arts. 8º e 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, de forma a dispor sobre os membros do Conselho Nacional de Educação (CNE). Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.	14099
Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 28, de 2001, resultante de parecer lido anteriormente.	14098	1.2.7– Leitura de requerimento	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos		Nº 374, de 2001, de autoria do Senador Geraldo Cândido, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do geógrafo baiano Milton Almeida dos Santos, ocorrido no dia 24 último, em São Paulo. À publicação.	14102
		1.2.8 – Comunicações da Presidência	
		Recebimento do Ofício nº 1.514/2001, na origem, do Banco Central do Brasil, encaminhando a relação das operações de crédito de Estados, do Distrito Federal e de Municípios analisadas no mês de abril de 2001, esclarecen-	

do, ainda, que foi autorizada uma operação de ARO, não tendo sido deferidas ou indeferidas outras operações de crédito sujeitas à Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal (Anexo ao Ofício nº S/13, de 2001). À Comissão de Assuntos Econômicos.....

14102

Recebimento do Ofício nº S/22, de 2001 (nº 1.511/2001, na origem), de 21 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando o Boletim das Finanças Estaduais e Municipais, referente ao mês de março de 2001, contendo a posição do endividamento dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas Autarquias, Fundações e Empresas Estatais. À Comissão de Assuntos Econômicos.....

14103

Recebimento do Ofício nº S/23, de 2001 (nº 65/2001, na origem), de 22 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei nº 6.490, de 10 de agosto de 1994, que modifica dispositivos da Lei nº 6.176, de 18 de janeiro de 1993, ambas do Estado de Mato Grosso, do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido no Habeas Corpus nº 75308, que declarou a inconstitucionalidade do inciso V do artigo 9º da Lei nº 6.176, de 1993, com redação dada pela referida Lei nº 6.490, de 1994 (criação e competência de juizado especial cível). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa....

14103

Recebimento do Ofício nº S/24, de 2001, do Ministério Público de Minas Gerais, encaminhando cópia do trabalho jurídico intitulado "A Reforma in Pejus do Código de Processo Penal – O Perigo Iminente de Prescrição ou da Impunidade – A Sociedade em Perigo Virtual", referente a artigos da reforma do processo penal. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....

14103

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 2.155, em 22 de junho de 2001 e publicada no dia 23 do mesmo mês e ano, que estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

14103

1.2.9 – Ofício

Nº 277/2001, de 25 do corrente, da Liderança do Bloco PL/PSL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....

14104

1.2.10 – Discursos do Expediente

SENADOR FREITAS NETO – Comentários às modificações feitas pela Câmara dos Deputados na proposta que regulamenta a edição de Medidas Provisórias.....

14104

SENADOR PEDRO UBIRAJARA – Leitura de ofício enviado ao Ministro José Jorge, de Minas e Energia, cobrando a implantação de uma usina hidrelétrica no município de Anastácio, em Mato Grosso do Sul.....

14106

SENADOR PAULO HARTUNG – Importância da vitória do governo brasileiro na questão das patentes de medicamentos para o combate à AIDS.

14107

SENADOR FERNANDO BEZERRA – Registro de desmentido à revista Veja, sobre supostas ligações suas com o Sr. José Osmar Borges..

14110

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Manifestação de solidariedade ao Senador Fernando Bezerra. Necessidade de uma nova lei de imprensa, que estabeleça responsabilidades pela divulgação de denúncias irresponsáveis.....

14110

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Repúdio à decisão do Ministério da Fazenda de restringir as verbas destinadas ao Sistema Único de Saúde – SUS.....

14110

SENADOR BERNARDO CABRAL – Criação do Centro de Estudos de Direito Internacional, sediado em Brasília.

14129

SENADOR NEY SUASSUNA – Transcurso do 36º dia sem água e sem cestas básicas na região assolada pela seca no Estado da Paraíba.

14130

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Homenagem de pesar pelo falecimento do geógrafo Milton Santos.....

14131

1.2.11 – Leitura de requerimentos

Nº 375, de 2001, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2001, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. Será votado após a Ordem do Dia.....

14131

Nº 376, de 2001, de dispensa de interstício para imediata apreciação do Parecer nº 628, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 155, de 2001, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Geraldo Brindeiro, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República. Aprovado. A matéria será incluída na Ordem do Dia de amanhã.

14131

Nº 377, de 2001, de dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, para inclusão em Ordem do Dia, do Parecer nº 630, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 360, de 2001. Aprovado.

14131

Nº 378, de 2001, de autoria do Senador Ney Suassuna, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 13 e 19, de 2001, por versarem sobre a mesma matéria. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.....

14132

1.2.12 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2001, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. 14132

Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2001, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para prever a convocação de plebiscito para decidir sobre a transposição das águas do Rio São Francisco. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.... 14133

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 7 (Inversão da pauta, de ofício)

Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2001 (nº 567/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Aparecida D'Oeste – SP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida D'Oeste, Estado de São Paulo. Aprovado. À promulgação. 14134

Item 8 (Inversão da pauta, de ofício)

Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 2001 (nº 653/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Católica, Cultural e de Promoção Social Pe. Cassimiro Mikucki a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Bonito, Estado de São Paulo. Aprovado. À promulgação. 14134

Item 9 (Inversão da pauta, de ofício)

Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2001 (nº 712/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Máximo Zandonadi para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Venda Nova do Imigrante, Estado do Espírito Santo. Aprovado. À promulgação. 14135

Item 10 (Inversão da pauta, de ofício)

Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2001 (nº 643/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a União Caixeiral de Lajes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte. Aprovado. À promulgação. 14135

Item 11 (Inversão da pauta, de ofício)

Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2001 (nº 557/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Bairros do Município de Luz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Luz, Estado de Minas Gerais. Aprovado. À promulgação. 14136

Item 12 (Inversão da pauta, de ofício)

Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2001 (nº 603/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Chapadão do Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul. Aprovado. À promulgação. 14136

Item 13 (Inversão da pauta, de ofício)

Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2001 (nº 612/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Nova Lima FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Nova Lima, Estado de Minas Gerais. Aprovado. À promulgação. 14136

Item 14 (Inversão da pauta, de ofício)

Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 2001 (nº 661/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Nossa Senhora das Candeias a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará. Aprovado. À promulgação. 14137

Item 15 (Inversão da pauta, de ofício)

Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2001 (nº 575/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Sudeste do Piauí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí. Aprovado. À promulgação. 14137

Item 16 (Inversão da pauta, de ofício)

Projeto de Lei do Senado nº 132, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (São Luiz do Anauá-RR). Aprovado com supressão do art. 6º, tendo usado da palavra os Srs. Romero Jucá e Mozarildo Cavalcanti. À Comissão Diretora para redação final. 14138

Item 17 (Inversão da pauta, de ofício)

Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2000, de autoria do Senador Arlindo Porto, que altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências. Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS) com subemenda (Emenda nº 2-Plen), tendo usado da palavra o Sr. Arlindo Porto. À Comissão Diretora para redação do vencido para o turno suplementar. 14139

Item 18 (Inversão da pauta, de ofício)

Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2001 (nº 539/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Logos – Edições, Jornalismo e Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão sonora

em frequência modulada na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo. Aprovado. À promulgação. 14140

Item 19 (Inversão da pauta, de ofício)

Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2001 (nº 578/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Vargem Alegre FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vargem Alegre, Estado de Minas Gerais. Aprovado. À promulgação. 14140

Item 20 (Inversão da pauta, de ofício)

Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2001 (nº 707/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária de Nísia Floresta a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nísia Floresta, Estado do Rio Grande do Norte. Aprovado. À promulgação..... 14141

Item 4 (Inversão da pauta, com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 568, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc Senador Romeu Tuma, sobre a Mensagem nº 1, de 2001 (nº 1.820/2000, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a indicação da Senhora Marisa Almeida Del'Isola e Diniz, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN. Aprovado. (Votação nominal e secreta)..... 14142

Item 5 (Inversão da pauta, com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 601, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Paulo Souto, sobre a Mensagem nº 122, de 2001 (nº 416/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a indicação do Senhor Ronaldo Porto Macedo Júnior, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, com mandato de dois anos. Aprovado. (Votação nominal e secreta)..... 14142

Item 6 (Inversão da pauta, com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 132, de 2001 (nº 497/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a indicação do Senhor André Mattoso Maia Amado, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru. Aprovado o Parecer nº 632, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo usado da palavra o Sr. Tião Viana. (Votação nominal e secreta) 14142

Item 1

Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2001-Complementar, (nº 1770/2001-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Aprovado, sendo rejeitadas as Emendas nºs 1 a 6 (Votações nominais) após usarem da palavra as Sras. Marina Silva e Heloísa Helena, os Srs. Lúcio Alcântara, Antonio Carlos Valadares, Waldeck Ornelas, Francelino Pereira, a Sra. Emilia Fernandes, os Srs. Eduardo Suplicy, Geraldo Cândido, Carlos Patrocínio, Ademir Andrade, Paulo Hartung, Romero Jucá e Sebastião Rocha. À sanção. 14147

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jefferson Péres, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Retirada da pauta. A matéria constará da Ordem do Dia de amanhã, para votação. 14168

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que altera o art. 75 da Constituição Federal, para facultar a nomeação de membros das Cortes de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios através de concurso público. Retirada da pauta. A matéria constará da Ordem do Dia de amanhã, para votação..... 14168

Item 21 (Incluído na pauta por solicitação da Presidência e aquiescência das lideranças partidárias)

Requerimento nº 360, de 2001, que requer seja oficiado ao Banco Central do Brasil, para que submeta ao Senado Federal extratos da movimentação financeira e fotocópias de cheques emitidos, concernentes à conta bancária da Senhora Vera Arantes Campos, na agência central do Banco Bamerindus, na rua XV de Novembro, cidade de São Paulo – SP, durante o segundo semestre do ano de 1988 e primeiro semestre do ano de 1989, bem como, no mesmo período, os dados disponíveis concernentes às movimentações financeiras e fotocópias de cheques emitidos pelos senhores Serafim Rodrigues de Moraes e Vicente de Paula Pedrosa Silva. Aprovado, ficando prejudicado o Requerimento nº 333, de 2001..... 14168

1.3.1 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 1997 (Parecer nº 633, de 2001-CDIR). Aprovada, nos termos do Requerimento nº 380, de 2001. À Câmara dos Deputados. 14169

1.3.2 – Leitura de parecer

Nº 634, de 2001, da Comissão Diretora, sobre Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2000, que altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências (Redação do vencido para o turno suplementar). À publicação. ... 14169

1.3.3 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Requerimentos nºs 371, 372 e 375, de 2001, lidos no Expediente, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2001; Projeto de Resolução nº 28, de 2001 e Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2001, respectivamente. Aprovados. Os projetos constarão da Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente. 14170

1.3.4 – Leitura de requerimentos

Nº 381, de 2001, de autoria do Senador Gilberto Mestrinho, solicitando a retirada do Requerimento nº 347, de 2001, de sua autoria, que solicita a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 1999. Deferido. 14170

Nº 382, de 2001, de autoria do Senador Gilberto Mestrinho, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 1999, que dispõe sobre o incentivo fiscal a doações de equipamentos e matérias-primas a entidades sem fins lucrativos, para uso no preparo de alimentos para pessoas carentes. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 14170

Nº 383, de 2001, de autoria do Senador Geraldo Cândido, solicitando a retirada do Requerimento nº 351, de 2001, de sua autoria, que solicita a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 430, de 1999. Deferido. 14170

Nº 384, de 2001, de autoria do Senador Geraldo Cândido, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Lei do Senado nº 430, de 1999, que determina a imposição provisória de tetos tarifários sobre as importações agropecuárias e dá outras providências. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 14171

1.3.5 – Fala da Presidência

Anúncio do recebimento de expediente proveniente do Hotel Hilton em São Paulo. 14171

1.3.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Considerações sobre o documento intitulado “O Povo do Cinema”, que faz um levantamento detalhado da situação atual do cinema nacional, apresentado pelo Senador Francelino Pereira na Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática do Senado Federal. 14171

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Preocupação de S.Exa. com o avanço da dengue nos centros urbanos. 14172

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Parabenizando a decisão da União Européia, em reunião da Organização Mundial do Comércio, que classificou a AIDS como caso de emergência, podendo os Países em desenvolvimento recorrer à quebra de patente para importar e distribuir remédios mais baratos à população carente. 14173

SENADOR ROMEU TUMA – Homenagem de pesar pelo falecimento do jornalista Evandro Carlos de Andrade, ex-diretor da Central Globo de Jornalismo, ocorrido ontem. 14174

1.3.7 – Comunicações da Presidência

Realização de sessão conjunta do Congresso Nacional hoje, no Plenário da Câmara dos Deputados. 14174

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia designada. 14174

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nºs 1 a 21, oferecidas ao Projeto de Lei nº 13, de 2001-CN (Mensagem nº 322/2001-CN, e 528/2001, na origem), que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente. 14179

3 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)

4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASIL FIRA)

Ata da 79ª Sessão Deliberativa Ordinária em 26 de junho de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jader Barbalho, Antonio Carlos Valadares, Carlos Wilson
Antero Paes de Barros, Mozarildo Cavalcanti e Freitas Neto

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias –
Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior –
Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Bello Par-
ga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Pa-
trocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Edison
Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Su-
plicity – Emília Fernandes – Fernando Bezerra – Fer-
nando Matusalém – Francelino Pereira – Freitas Neto
– Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo –
Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Bor-
ges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezen-
de – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João Alberto
Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José
Agripino – José Alencar – José Coelho – Juvêncio da
Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha –
Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho –
Luiz Otávio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do
Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro
Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti –
Nabor Júnior – Ney Suassuna – Nilo Teixeira Campos
– Nova da Costa – Osmar Dias – Paulo Hartung – Pa-
ulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Pedro Ubi ra-
jara – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto
Freire – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu
Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha –
Sérgio Machado – Tião Viana – Valmir Amaral – Wal-
deck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valada-
res) – A lista de presença acusa o comparecimento de
76 Srs. Senadores. Havendo número regimental, de-
claro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos tra-
balhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mo-
zarildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 157, DE 2001
(Nº 630/2001, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para infor-
má-los de que me ausentarei do País, juntamente
com o Senhor Vice-Presidente, no período de 26 a 28
de junho de 2001, para realizar visita de Esta do à Re-
pública da Bolívia.

Brasília, 25 de ju nho de 2001. – Fernando Hen-
rique Cardoso.

MENSAGEM Nº 158, DE 2001
(Nº 636/2001, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea a, com bi-
nado com o art. 123, parágrafo único, inciso I, da
Constituição Federal, submeto à consideração de
Vossas Excelências o nome do Senhor José Coelho
Ferreira, para exercer o cargo de Ministro do Superior
Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria
do Doutor Aldo da Silva Fagundes.

Osméritos do Senhor José Coelho Ferreira, que
me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse
elevado cargo, constam do anexo curriculum vitae.

Brasília, 25 de ju nho de 2001. – Fernando Hen-
rique Cardoso.

CURRICULUM VITAE

JOSÉ COELHO FERREIRA

I – Informações Pessoais

Qualificação

? Nacionalidade: brasileira

? Estado Civil: casado

? Profissão: advogado
? Naturalidade: Novo-Oriente, Ceará
? Nascimento: 11-4-50
? Filiação: Manoel Coêlho Ferreira e Antônia Coêlho da Silva
Documentação
? Inscrição na OAB: 1478 (OAB-DF)
? Cédula de identidade: 178.616-SSP/DF (13-12-74)
? Inscrição no CPF: 023549501-87
? Título de eleitor: 095750/23ª-DF
Endereço
? Endereço profissional: Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil – SBS, Quadra 3, Bloco B. Edifício-Sede – 70074-900 – Brasília (DF) – telefones: (61) 414-1084 e 414-1220 – Fax: (61) 226-0169 – E-mail: jose.coelho@bcb.gov.br
? Endereço residencial: SQS 111, Bloco “D” Aptº 304 (telefone: 346-9084/5), CEP 70374-040 – Brasília-DF.
II – Instrução Formal
Educação Básica
? Curso Primário: Instituto Santa Inês – Crateús-CE (1957/1962)
? Curso Ginásial:
– Escola de Comércio Pe. Juvêncio – Crateús-CE (1963/1964)
– Ginásio Industrial de Taguatinga – Taguatinga-DF (1965/1966)
? Curso Clássico: Centro de Ensino Médio Elefante Branco – Brasília-DE (1967/1969)

Formação Superior
? Curso de Direito, pela Universidade de Brasília (UnB) – Brasília-DF (março de 1970 a julho de 1973)
Pós-Graduação
? 2º lugar no concurso para Mestrado em Direito e Estado – UnB. Brasília-DE, 1975 (concluiu créditos sem apresentação de monografia)
III – Função Atual
? Procurador-Geral do Banco Central do Brasil, a partir de 2-2-1995
IV – Funções Exercidas
? Estágios:
– Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal (1971/1972)

– Junta Comercial do Distrito Federal (1972/1973)
– Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – Serviço Jurídico (1972/1973)
– Delegado de Polícia (Estagiário) – Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (1973 a 1975)
? Agente de Polícia da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (5-6-73 a 1-9-75)
? Assistente Jurídico do Departamento Administrativo do Serviço Público (janeiro/novembro de 1976)
? Advogado do Banco Central do Brasil, a partir de novembro de 1976
? Professora da Universidade Católica de Brasília de 25-2-80 a 27-2-85
V – Concursos
? Agente de Polícia – Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (1971/1972)
? Inspetor de Polícia Federal – Departamento de Polícia Federal (1975)
? Procurador Autárquico e Assistente Jurídico – DASP (1975)
? Advogado – PETROBRAS (1976)
? Advogado – Banco Central do Brasil (1976)
VI – CURSOS COMPLEMENTARES
Área Jurídica
? Curso Especial sobre as Nações Unidas – ministrado pelo Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, em convênio com a Universidade de Brasília, comemorando o XXV Aniversário das Nações Unidas (1970)
? Agente de Polícia (Formação) — Escola de Polícia da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (1972)
? Extensão Profissional (Aperfeiçoamento) — Escola de Polícia da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (1973)
? Delegado de Polícia (Formação) — Escola de Polícia da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (1974)
? Aspectos do Direito da República Federal da Alemanha (Extensão) — UnB -(19 a 24-3-1975)
? Responsabilidade dos Administradores das Sociedades Anônimas em face das Leis nºs 6.024/74 e 6.404/76 — UnB (1977)

? Direito Internacional – Fundação Getúlio Vargas e Organização dos Estados Americanos – 30-7 a 24-8-1979

? Curso sobre Operações de Mercado Aberto – 22 a 26-10-79 e Direito do Comércio Internacional – Fundação do Desenvolvimento Administrativo, São Paulo – 24 a 27-11-1981

? Curso de International Business Transactions e Comparative Corporations no Institute on International & Comparative Law University of San Diego, London Institute, Londres – julho a agosto de 1983

? 1º Curso do Segundo Programa de Treinamento em Aspectos Jurídicos das Transações Financeiras Internacionais – Banco Interamericano de Desenvolvimento, Brasília – 18 a 22-11-1985

? Workshop sobre Negociação e Renegociação de Empréstimos Externos, Secretaria de Planejamento da Presidência da República e Instituto de Planejamento Econômico e Social – 25 a 27-11-85

Idiomas

? Francês (nível médio) — UnB (1970/1971)

? Inglês — 5º ano — Curso de aperfeiçoamento – Curso Thomas Jefferson (1982)

VII – Seminários, Congressos e Simpósios

? 1º Seminário Regional de Comunicação—UnB e Correio Braziliense (1970)

? Simpósio Nacional de Trânsito – Câmara dos Deputados (1973)

? I Simpósio sobre Problemas Forenses do Distrito Federal – OAB/DF – outubro de 1975

? II Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, Rio de Janeiro – 11 a 16-6-1976

? VI Simpósio sobre Licitações na Administração Direta e Autárquica – PLANASA, Planejamento e Assessoria Administrativa S/A, São Paulo – 26 a 28-3-1980

? I Seminário Sobre Direito Internacional Público — (4 e 5-12-1984)

? Seminar on Current Legal Issues Affecting Central Banks, promovido pelo Fundo Monetário Internacional, em Washington (EUA) — 2 a 12-5-1988

? 1ª Reunião de Assessores Jurídicos de Bancos Centrais de Superintendências de Bancos da América Latina — 17 a 21-4-1989

? Seminar on Current Legal Issues Affecting Central Banks, promovido pelo Fundo Monetário Internacional em Washington (EUA) – 16 a 26-4-1990

? Seminar on Current Legal Issues Affecting Central Banks, promovido pelo Fundo Monetário Internacional em Washington (EUA) – 9 a 19-6-1992

? Seminar on Current Legal Issues Affecting Central Banks, promovido pelo Fundo Monetário Internacional em Washington (EUA) – 6 a 19-5-1996

? I Colóquio Brasil/Portugal, Rio de Janeiro – 23 a 25-9-1996

? Congresso de Direito Bancário, promovido pelo Banco de Portugal – Lisboa (Portugal) – 21 a 26-10-1996

? Seminário Aspectos Jurídicos e Econômicos do Crédito Imobiliário e da Poupança — Ilha de Comandantubá – 12-4-1997

? Seminário Internacional sobre Insolvência de Bancos—Buenos Aires (Argentina)—25 a 29-6-1997

? 3ª Convenção Internacional sobre Crimes Financeiros — Londres (Inglaterra) – 22 a 27-3-1998

? Seminar on Current Legal Issues Affecting Central Banks, promovido pelo Fundo Monetário Internacional em Washington (EUA) – 3 a 16-5-1998

? Seminário Aspectos Jurídicos do Sistema Financeiro – Bahia – 12-9-1998

? 8º Encontro de Juristas Bancários de Expressão Oficial Portuguesa – Brasília—DF – 28 e 29-11-2000

VIII – Contribuição Doutrinal

Trabalhos Publicados e Artigos

? "Capitalização de juros no nosso sistema jurídico" – Direito & Justiça, suplemento ao Jornal Correio Braziliense – 8-5-2000

? Cédula de Crédito Bancário

? "Considerações acerca da medida provisória 1925". – Revista de Direito Bancário, do Mercado de Capitais e da Arbitragem. Editora Revista dos Tribunais, abril/junho de 2000. Ano 3, nº 8, págs. 96/106.

IX – Palestras Proferidas

? sobre o "Tratado para o Estabelecimento de um Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas, perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados – 14-8-1991

? "A nova legislação brasileira sobre a lavagem de dinheiro" no Encontro de Juristas Bancários de Expressão Oficial Portuguesa – Portugal (Lisboa) – 11 a 16-10-1999

? "Cédula de Crédito Bancário" no Congresso Jurídico do Sistema Financeiro –Cabo de Santo Agostinho-PE– 31-3-2000

? "Cédula de Crédito Bancário" no IV Fórum Jurídico de Instituições Financeiras, 7 de dezembro de 2000 – Brasília-DF

X – Missões Internacionais

? Participação como Chefe ou Membro de Delegações brasileiras encarregadas de renegociar diversos contratos no âmbito do Clube de Paris, seja o Brasil como credor, seja como devedor

? Participação na negociação com bancos privados no âmbito da renegociação da dívida externa, nos EUA, no período de 1986 a 1993

? Participação na assinatura de acordo de renegociação da dívida externa, representando o Governo Brasileiro — Nova Iorque, EUA – 4 a 7-3-1996

? Encontro com advogados americanos para tratar de Ação Judicial na Corte Federal de Nova Iorque (EUA) sobre acordo "MYDFA/88" – 2 a 10-8-1996

? Participação em acordo da dívida externa brasileira – Washington, D.C. (EUA) – 14 a 20-7-1997

? Negociações finais visando a contratação de operação de crédito externo, mediante lançamento de títulos no mercado internacional, em Libras Esterlinas, e reunião com advogados estrangeiros para a defesa de interesses da União em processos judiciais movidos no exterior – Londres (Inglaterra) – 27-7 a 1º-8-1997

? Reunião com advogados americanos e ingleses para defesa da União em ações judiciais movidas no exterior – Washington, D.C (EUA) e Londres (Inglaterra) 10 a 17-9-1997

? Reunião com advogados italianos para defesa da União em ações judiciais movidas no exterior – Milão (Itália) – 1º a 4-10-1997

. Reunião com advogados italianos para defesa da União em ações judiciais movidas no exterior – Milão (Itália) – 16 a 21-11-1997

? Reunião com advogados estrangeiros para tratar de litígios no exterior envolvendo a República Federativa do Brasil – Londres (Inglaterra) – 3 a 6.5. 1998

? Reunião com advogados americanos para defesa da União em ações judiciais movidas no exterior – Nova Iorque (EUA) – 22 a 25-3-1998

Brasília (DF), abril de 2001. – José Coêlho Ferreira

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

MATÉRIA RECEBIDA

DA CÂMARA DE DEPUTADOS

EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 1997 (Nº 84/99, naquela Casa)

"Susta os efeitos da Nota Conjuntural nº 24/92, aprovada pelo Senhor Presidente da República, segundo despacho publicado em 24 de março de 1992, na Exposição de Motivos no 19/92, do Ministro de Estado da Infra-Estrutura."

EMENDA Nº 1

Acrescente-se ao projeto artigo com a seguinte redação:

"Art... Institui-se Comissão formada por representantes dos Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal e representantes de entidades dos trabalhadores no Garimpo de Serra Pelada, que atuará nas decisões e execuções de projetos a serem implantados, atuando também na fiscalização."

EMENDA Nº 2

Acrescente-se § 1º ao art. 1º com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 1º Fica assegurado o direito de exploração do garimpo de Serra Pelada a todos os garimpeiros que comprovem atividade no período de funcionamento do garimpo."

EMENDA Nº 3

Acrescente-se § 2º ao art. 1º com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 2º O Congresso Nacional estabelecerá as medidas complementares necessárias à aplicação do disposto neste Decreto Legislativo, com observância dos aspectos técnicos, sociais e ambientais de que se reveste a questão do garimpo de Serra Pelada."

PROJETO APROVADO PELO SENADO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São suspensos os efeitos da Nota Conjuntural nº 24, de 11 de fevereiro de 1992, aprovada

pelo Senhor Presidente da República, segundo despacho publicado no Diário Oficial da União de 24 de março de 1992, na Exposição de Motivos nº 19, de 21 de fevereiro de 1992, do Ministro de Estado da Infra-Estrutura.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de maio de 1999 – Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PARECERES

PARECER Nº 626, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício S nº 20, de 2001, (nº 1.507/2001, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, que encaminha pleito Estado da Bahia, solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos), equivalente a R\$21.847.000,00 (vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil reais), à taxa de câmbio de 30-4-2001.

Relator: Senador Jonas Pinheiro

I – Relatório

O Presidente do Banco Central do Brasil, por intermédio do Ofício S nº 20, de 2001 encaminha pleito do Estado da Bahia, solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos), equivalente a R\$21.847.000,00 (vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil reais), à taxa de câmbio de 30-4-2001.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento da execução de projetos de infra-estrutura no Estado da Bahia, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE.

Desta forma, a operação de crédito pretendida será realizada nas seguintes condições:

credor: Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do BID;

valor: US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalente a R\$21.847.000,00 (vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil reais), pela taxa do dólar comercial de 30-4-2001;

liberação: exercício de 2001;

garantia: cotas do FPE e garantia solidária e integral do Tesouro Nacional;

taxa de juros: estimada em 11% a.a., o que equivale a 0,8735% a.m., cobrados sobre saldos devedores diários do financiamento, calculados pelo método hamburguês, tomando-se por base o número exato de dias do mês correspondente e exigidos no dia 10 (dez) de cada mês;

outros encargos:

comissão de crédito: a título de ressarcimento, ao BNB, da comissão de crédito paga ao BID;

recursos para inspeção e supervisão: até 1% do valor do financiamento;

comissão de repasse: em consonância com o contrato de empréstimo nº 841/OC-BR, celebrado entre o BNB e o BID;

comissão de carteira de câmbio: 0,5% sobre o valor das cartas de crédito emitidas ou cobranças pagas;

índice de atualização: dólar dos Estados Unidos;

prazos: amortização do principal em 223 (duzentas e vinte e três) parcelas mensais, tendo início no mês seguinte ao último desembolso (carência até a liberação da última parcela, com pagamento mensal de juros na carência);

vencimento: 31-12-2019;

finalidade: execução de projetos de infra-estrutura no Estado da Bahia, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste — PRODETUR/NE.

II – Voto do Relator

Essa modalidade de operação de crédito está sujeita à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pela Resolução nº 78/98, do Senado Federal, que disciplina as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, às quais cabem os seguintes esclarecimentos:

a) o Parecer do Banco Central do Brasil — DEDIP-2001/03, ressalta que a operação de crédito

pretendida pelo Estado da Bahia acha-se explicitamente inserida no Programa de Ajuste Fiscal integrante do Contrato de Refinanciamento de Dívidas, aprovado pelo Senado Federal, nos termos das Resoluções nºs 131, de 1997, e 32, de 1998. Conclui, em consequência, que, à operação de crédito pretendida, não se aplicam os limites de endividamento constantes nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal.

b) a despeito desse entendimento do Banco Central do Brasil e da adoção de interpretação equivalente pelo Senado Federal em ocasiões e situações semelhantes (empréstimos para o Estado de São Paulo e para o Estado da Bahia — Resoluções nºs 59, 60 e 73, de 1999, respectivamente), o informe do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, anexo ao processado, que trata da demonstração do cumprimento, pelo Estado da Bahia, do disposto na denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, enfatiza, entre outros aspectos, que as liberações de crédito no exercício de 2000 não excederam o montante das despesas de capital fixadas na Lei Orçamentária Anual correspondente, cumprindo disposição contida no inciso III do art. 167 da Constituição Federal, reproduzida nos termos do art. 5º da Resolução nº 78, de 1998.

c) a própria Secretaria do Tesouro Nacional, mediante ofício STN/COREM nº 1.154, de 2001, atesta que a operação de crédito pretendida insere-se no Programa de Ajuste Fiscal do estado e que ele vem cumprindo satisfatoriamente as metas e os compromissos assumidos.

Mais ainda, como ressaltado no referido parecer do Banco Central do Brasil, "aquele mesmo Programa de Ajuste Fiscal incorpora explícita e nomeadamente uma série de financiamentos já programados para projetos específicos, ou seja, a condução do ajuste fiscal do estado foi moldada da forma a acomodar tais investimentos, financiados a partir das fontes indicadas."

As demais condições e exigências estipuladas pela Resolução nº 78, de 1998, são atendidas pelo Estado da Bahia, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham o Ofício em questão. Em particular, foi apresentada a Certidão do Tribunal de Contas do Estado atestando o cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, conforme determina o inciso XI do art. 1º da Resolução nº 62, de 13 de outubro de 2000, do Senado Federal.

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Estado da Bahia em contra-se de acordo com o que preceituam a Constituição Federal e a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 28, DE 2001

Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos), equivalente a R\$21.847.000,00 (vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil reais), à taxa de câmbio de 30-4-2001.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado da Bahia autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos), equivalente a R\$21.847.000,00 (vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil reais), à taxa de câmbio de 30-4-2001.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida neste artigo destinam-se ao financiamento da execução de projetos de infraestrutura no Estado da Bahia, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste — PRODETUR/NE.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I — *credor*: Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do BID;

II — *valor*: US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalente a R\$21.847.000,00 (vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil reais), pela taxa do dólar comercial de 30-4-01;

III — *liberação*: exercício de 2001;

IV — *garantia*: cotas do FPE e garantias solidária e integral do Tesouro Nacional;

V — *taxa de juros*: estimada em 11% a.a., o que equivale a 0,8735% a.m., cobrados sobre saldos devedores diários do financiamento, calculados pelo método hamburguês, tomando-se por base o número

exato de dias do mês correspondente e exigidos no dia 10 (dez) de cada mês;

VI — *outros encargos*:

a) *comissão de crédito*: a título de ressarcimento, ao BNB, da comissão de crédito paga ao BID;

b) *recursos para inspeção e supervisão*: até 1% do valor do financiamento;

c) *comissão de repasse*: em conformância com o contrato de empréstimo nº 841/OC-BR, celebrado entre o BNB e o BID;

d) *comissão de carteira de câmbio*: 0,5% sobre o valor das cartas de crédito emitidas ou cobranças pagas;

VII — *índice de atualização*: dólar dos Estados Unidos;

VIII — *prazos*: amortização do principal em 223 (duzentas e vinte e três) parcelas mensais, tendo início no mês seguinte ao último desembolso (carência até a liberação da última parcela, com pagamento mensal de juros na carência);

IX — *vencimento*: 31-12-2019.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de Junho de 2001. —
Lucio Alcântara, Presidente — **Jonas Pinheiro**, Relator — **Waldeck Ornelas** — **Paulo Souto** — **Jose Coelho** — **Romero Jucá** — **Gilberto Mestrinho** — **Lúdio Coelho** — **Geraldo Melo** — **Roberto Saturnino** — **Bello Parga** — **Ney Suassuna** — **Wellington Roberto** — **Arlindo Porto**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 167. São vedados:

III — a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

PARECER Nº 627, de 2001

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2001 (nº 3.639/2000, na origem), de iniciativa do Presidente da República, que desvincula, parcialmente, no exercício de 2001, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50, da Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União.

Autor: Senador **Bello Parga**

I — Relatório

I.1 — Breve Histórico

O Senado Federal recebeu da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 134, do Regimento Comum, Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2001 que "Desvincula, parcialmente, no exercício de 2001, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50, da Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União", de autoria do Poder Executivo, em 13 de junho de 2001. O referido Projeto foi encaminhado à Câmara dos Deputados, por meio da Mensagem Presidencial nº 1.422, firmada pelo Vice-Presidente da República e acompanhada de Exposição de Motivos Interministerial dos Senhores Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Minas e Energia, Interino, de 5 de outubro de 2000, em substituição ao Projeto de Lei nº 3.528, de 2000, do Poder Executivo, anteriormente encaminhado ao Congresso Nacional, pela Mensagem 1.223, de 30 de agosto de 2000.

2. O PLC nº 51/2001 foi lido no Senado, em 13 de Junho de 2001 e encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos para deliberação, na mesma data. Em 19 de junho de 2001, por designação do Presidente desta Comissão, coube-me relatar a proposição.

II.2 — Análise

3. A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que cria a Agência Nacional do Petróleo e dispõe sobre as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institu-

iu, também, as participações governamentais relativas às concessões para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural. Tais participações governamentais constituem receitas originárias, advindas da exploração de bens públicos pertencentes à União, de acordo com o artigo 20, inciso IX, e com o artigo 176, da Constituição Federal.

4. De acordo com § 1º, do artigo 20, da Constituição Federal, parte dos recursos oriundos dessas participações constitui transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios e parte cabe à União. Os **royalties** e a Participação Especial são receitas integrantes do conjunto das participações governamentais.

5. A Lei nº 9.478/97 estabelece percentuais fixos de distribuição desses recursos a alguns órgãos da União, bem como a Estados e Municípios. No caso dos **royalties**, 5% da produção deve ser distribuída segundo critérios estipulados pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Os Ministérios beneficiados são Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Marinha.

6. O Projeto de Lei nº 3.639/2000 desvincula parte desses recursos a fim de dar maior flexibilidade à administração financeira. O Poder Executivo alega que durante o ano as receitas de **royalties** têm sido superiores à previsão orçamentária, excedendo às dotações originalmente programadas.

7. Foi aprovado Substitutivo da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, da Câmara dos Deputados, que contém as seguintes alterações básicas, em relação ao Projeto original:

a) O **caput** foi alterado a fim de excluir o ano de 2002 da desvinculação proposta e a fim de manter a vinculação dos recursos para os Ministérios, enquanto que originalmente mantinha-se a forma de aplicação, no âmbito dos Ministérios, e não a vinculação aos Ministérios em si;

b) O inciso I foi modificado a fim de que a desvinculação não seja de forma global, sobre a soma total dos recursos do arts. 48 e 49, da Lei nº 9.478, de 1997 ("**royalty**" de 5% da produção), mas, sim, sobre cada parcela estabelecida na Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Isso diminui a margem de manobra do Poder Executivo quanto à destinação dos recursos da desvinculação;

c) Foi acrescentado parágrafo único garantindo recursos para as Regiões Norte e Nordeste e garantindo que o disposto no artigo não se aplica aos recursos destinados

a Estados e Municípios pela legislação em vigor.

8. Entre as emendas propostas que não constam na versão final destaca-se a do Deputado Fernando Gabeira, na Comissão de Minas e Energia, que procurava deixar claro que a desvinculação alcançada pelo Projeto não pode ser utilizada em despesas expressamente vedadas pelo artigo 8º, da Lei nº 7.990/89 (despesas com pessoal e pagamento de dívida).

9. Ressalte-se que as receitas condicionadas à aprovação desse Projeto foram inseridas na Proposta orçamentária para 2001. Concomitantemente, tramitava no Congresso Medida Provisória alterando a Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2001 (Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000). A referida MP permitia que o cancelamento de fontes condicionadas, quando a legislação pertinente não tivesse sido aprovada até a sanção pelo Presidente da República da lei orçamentária, ocorresse até 90 dias após a referida sanção. Além disso, esse cancelamento passou a poder ser efetuado por Portaria do Ministro do Planejamento e Orçamento. Tal MP foi convertida na Lei nº 10.210, de 23 de março de 2001, que manteve essas alterações.

10. Assim, em 6 de abril de 2001, foi publicada a Portaria 77, de 5 de abril de 2001, procedendo à troca de fontes referente à receita condicionada proveniente da desvinculação dos **royalties**, uma vez que o Projeto de Lei em questão não foi aprovado em tempo hábil. Os projetos orçamentários, cuja fonte foi cancelada e substituída, encontram-se em anexo. Toda a fonte condicionada em questão, fonte 183, foi substituída por fonte 100.

11. Considerando-se que há necessidade de dar maior flexibilidade à execução financeira, que o Projeto não altera os percentuais a serem aplicados na distribuição dos recursos e que se trata de uma desvinculação temporária (apenas no ano de 2001), entendemos recomendável a aprovação do referido projeto.

II – Voto

12. Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2001.

Sala da Comissão, 26 de junho de 2001. – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **Bello Parga**, Relator – **Nova da Costa** – **Arlindo Porto** – **Pedro Piva** – **Lúdio Coelho** – **Sergio Machado** – **Jorge Bornhausen** – **Paulo Hartung** – **Roberto Saturnino** – **Casildo Maldaner** – **Wellington Roberto** – **Geraldo Melo** – **Gilberto Mestinho** – **Ney Suassuna** – **Luiz Pontes**.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 2º São bens da União:

.....

XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

.....

Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

§ 1º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o **caput** deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.

§ 2º É assegurada participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei.

§ 3º A autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado, e as autorizações e concessões previstas neste artigo não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.

§ 4º Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

.....

LEI Nº 7.990, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989

Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF)

Art. 8º O pagamento das compensações financeiras previstas nesta Lei, inclusive o da indenização pela exploração do petróleo, do xisto betuminoso e do gás natural será efetuado, mensalmente, diretamente aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da Administração Direta da União, até o último dia útil do segundo mês subsequente ao do fato gerador, devidamente corrigido pela variação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), ou outro parâmetro de correção monetária que venha a substituí-lo, vedada a aplicação dos recursos em pagamento de dívida no quadro permanente de pessoal. (Redação dada pela Lei nº 8.001, de 13-3-90)

Parágrafo único. A compensação financeira não recolhida no prazo fixado no **caput** deste artigo será cobrada com os seguintes acréscimos: (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.993, de 24-7-00)

I – juros de mora, contados do mês seguinte ao do vencimento, à razão de um por cento ao mês ou fração de mês; (Inciso incluído pela Lei nº 9.993, de 24-7-000)

II – multa de dez por cento, aplicável sobre o montante final apurado. (Inciso incluído pela Lei nº 9.993, de 24-7-000)

§ 1º Não se aplica a vedação constante do **caput** no pagamento de dívidas para com a União e suas entidades. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.195, de 14-2-01)

§ 2º Os recursos originários das compensações financeiras a que se refere este artigo poderão ser utilizados também para capitalização de fundos de previdência. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.195, de 14-2-01)

LEI Nº 9.995, DE 25 DE JULHO DE 2000

Mensagem de Veto nº 984

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2001 e dá outras providências.

.....

LEI Nº 10.210, DE 23 DE MARÇO DE 2001

Altera dispositivos das Leis nºs 9.082, de 25 de julho de 1995, 9.293, de 15 de julho de 1996, 9.473, de 22 de julho de 1997, 9.692, de 27 de julho de 1998, 9.811, de 28 de julho de 1999, e 9.995, de 25 de julho de 2000, que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração de lei orçamentária para os exercícios de 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001, respectivamente.

PARECER Nº 628, DE 2001

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sobre a Mensagem nº 155, de 2001 (nº 592/2001, na origem), que Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Geraldo Brindeiro, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 26-6-01, apreciando o Relatório (em anexo) apresentado pelo Senador José Agripino, sobre a Mensagem (SF) nº 155, de 2001, do Presidente da República, opinou pela aprovação da escolha do Doutor Geraldo Brindeiro, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República, nos termos do art. 52, inciso III, alínea e combinado com o art. 128, § 1º da Constituição Federal.

Sala da Comissão, em 26 de junho de 2001. –

Relator: Senador **José Agripino**

Pela Mensagem nº 155, de 2001, do Senhor Presidente da República, o Senado Federal é chamado a manifestar-se sobre a recondução do Doutor Geraldo Brindeiro ao cargo de Procurador-Geral da República.

2. A Constituição Federal (arts. 52, III, e, e 128, § 1º) atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar, previamente e por voto secreto, a escolha do Procurador-Geral da República, após arguição em sessão pública.

3. O art. 101, II, i, do Regimento Interno, confere a esta Comissão competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383.

4. Constam dos autos da presente mensagem o **curriculum vitae** e diversas informações complementares sobre o indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383, I.

5. Homem público de longa carreira jurídica, o Doutor Geraldo Brindeiro nasceu a 29 de agosto de 1948. Formado em Direito, em 1970, pela Faculdade de Direito do Recife, obteve o grau de Mestre em Direito pela Universidade de Yale (Estados Unidos), em 1982. Complementando uma formação acadêmica de qualidade excepcional, recebeu o título de Doutor em Direito pela mesma Universidade norte-americana, em 1990, com tese sobre a taxação internacional desde a perspectiva do direito internacional contemporâneo das jurisdições.

6. Nomeado Procurador-Geral da República em 1995, e reconduzido ao cargo em 1997 e 1999, após a aprovação do seu nome por esta Casa, o Doutor Brindeiro exerceu as funções de Subprocurador-Geral da República junto ao Supremo Tribunal Federal, etapa a que chegou, em 27 de fevereiro de 1989, após ter ingressado no Ministério Público, por concurso público de provas e títulos, em 1975. Coordenou também a Câmara Constitucional do Ministério Público Federal entre 1994 e 1996. Ao longo de sua profícuca carreira, oficiou o Doutor Brindeiro junto ao Supremo Tribunal Federal, ao extinto Tribunal Federal de Recursos (1975-1988) e ao Superior Tribunal de Justiça (1989-1990). Exerceu o Dr. Brindeiro suas funções igualmente junto ao Tribunal Superior Eleitoral, na qualidade de Vice-Procurador-Geral Eleitoral Substituto. Foi igualmente Secretário-Adjunto da Secretaria de Coordenação do Ministério Público Eleitoral, no biênio 1989-1990.

7. Participante das atividades do Ministério Público Federal em suas interações com a sociedade e

com o Estado, o Dr. Brindeiro teve diversas oportunidades de agir em encontros, debates, simpósios e congressos técnicos, em suas áreas de especialização, vertendo assim sua contribuição para a modernização do Estado brasileiro e do Ministério Público.

8. Volta do tam bém para a área de ensino e pesquisa acadêmicos, o Doutor Geraldo Brindeiro é professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da Universidade de Brasília, áreas de Direito Constitucional, Tributário, Financeiro e Público Comparado, desde 1984. Coordenou o programa de pós-graduação dessa Universidade, de 1985 a 1990. Foi vice-diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (1989-1990) e membro das comissões examinadoras de candidatos ao mestrado, de 1987 a 1997. Anteriormente, lecionara Direito Civil e Constitucional na Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal (1972-1975).

9. Seu itinerário profissional consigna ainda passagem pelo Tribunal de Contas da União (1972-1973) e o exercício do cargo de Procurador do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (1973-1975).

10. Não faltam, ademais, em seu currículo, intenso engajamento em atividades de intercâmbio nacional e internacional, na área jurídica. Assim, pode-se mencionar, em período mais recente, 1º Fórum de Debates sobre o Crime sem Fronteiras (1995); Congresso Internacional de Responsabilidade Civil (1995); Simpósio Sustainable Development in Latin America Rainforest and the Role of Law (1996); XVI Conferência Nacional dos Advogados (1996); Membro nato e Presidente eleito da Reunião Extraordinária da Associação Interamericana do Ministério Público, (1997); III Conferência Nacional de Direitos Humanos, promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (1998); Membro do Comitê Executivo e Vice-Presidente da 3ª Annual Conference and General Meeting of the International Association of Prosecutors, (1998); Presidente de Honra do XVI Encontro Nacional de Procuradores da República (1999); II Reunión Extraordinária de La Asociación Interamericana Del Ministerio Público (1999); Seminário Direito à Diferença: O Índio e o Negro no Estado Democrático (2000); 9º Encontro Nacional de Direito Constitucional & 1º Congresso de Constitucionalistas do Mercosul (2000); I Congresso Mundial do Ministério Público e tantos mais.

11. Ressalte-se que, além de suas múltiplas atividades institucionais no Ministério Público da União, registra o currículo do Doutor Brindeiro orientação e

exame de dissertações de Mestrado em Direito, cerca de cinquenta publicações especializadas em periódicos, diversas condecorações, participação em associações profissionais nacionais e internacionais, bem como proficiência lingüística em idiomas importantes para a prática profissional do Direito.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão, 26 de junho de 2001. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **José Agripino**, Relator – **Álvaro Dias** – **Bello Parga** – **Romero Jucá** – **Jefferson Péres** – **Marluce Pinto** – **Osmar Dias** – **Leomar Quintanilha** – **Maguito Vilela** – **Heloisa Helena** – **Ademir Andrade** – **João Alberto Souza** – **Maria do Carmo Alves** – **Francelino Pereira** – **Nilo Teixeira Campos** – **Hugo Napoleão** – **Paulo Hartung** – **Gerson Camata** – **José Alencar** – **Íris Rezende** – **Antônio Carlos Júnior** – **Sebastião Rocha** – **Pedro Simon**.

PARECER Nº 629, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2001 (nº 3.999, de 2001, na Casa de origem), que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

Relator: Senador **Osmar Dias**

I – Relatório

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nesta oportunidade, examina a constitucionalidade, juridicidade e adequação regimental do projeto em referência.

O conteúdo da matéria são os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, sua instituição, competência funcional, partes admissíveis ao litígio, prazos, recursos, papéis a serem desempenhados pelo relator, uniformização de jurisprudência, as reuniões de magistrados para esse fim, e a expedição de normas disciplinadoras pelo Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e os Tribunais Regionais Federais.

Composta de vinte e sete artigos, a proposição institui os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, de conformidade com o disposto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

A referida lei normatiza os procedimentos dos Juizados Especiais da Justiça Comum e, por força da

Emenda Constitucional nº 22, de 1999, que acrescentou parágrafo único ao art. 98 e alterou as alíneas i do inciso I do art. 102, e c do inciso I do art. 105 da Carta Magna, estende-o, agora, à Justiça Federal, prescrevendo-lhe, da mesma maneira, atuação cível e criminal.

Aos Juizados Especiais Federais Criminais compete processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo, exatamente como está delimitado na Lei nº 9.099, de 1995. Por seu turno, ao Juízo Especial Federal Cível compete conciliar, processar e julgar causas de competência da Justiça Federal, até o valor de sessenta salários mínimos, além de executar as sentenças que proferir (arts. 2º e 3º).

Excluem-se da competência dos Juizados Especiais Federais as causas entre o Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município, ou pessoa domiciliada ou residente no País; as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional; os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves; o mandado de segurança, a desapropriação, a divisão e demarcação de terras, as ações populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e os interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos e, por fim, as causas relativas aos imóveis da União e das autarquias e fundações públicas federais. (Art. 3º)●

São admissíveis, por outro lado, as ações cautelares incidentais, e o recurso de sentença definitiva (arts. 14 e 15), dispensado o reexame necessário (art. 13). A reunião de juízes domiciliados em localidades diversas será feita por via eletrônica (§ 3º do art. 14), e a divergência jurisprudência ensejará reunião conjunta de Turmas, sob a presidência de Juiz Coordenador (§ 1º do art. 14), podendo a dúvida ser levada ao Superior Tribunal de Justiça, por iniciativa da parte (art. 14, § 4º)●

As citações e intimações serão realizadas nos mesmos moldes adotados na Justiça Federal, ou seja, com observância do disposto na Lei Complementar nº 73, de 1993.

Nos Juizados Federais, podem ser partes, como autoras, as pessoas físicas e as microempresas e as empresas de pequeno porte, e como réus, a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais (art. 6º), para demandas de até sessenta salários mínimos.

Não há prazos diferenciados para as pessoas jurídicas de direito público (art. 9º), e as partes poderão designar para representá-las na causa advoga-

dos ou pessoas sem formação jurídica, e os representantes do Poder Público terão poderes para transigir, conciliar e desistir nos processos em que atuem (art. 10).

Se houver sucumbência de integrante do Poder Público, o pagamento será efetuado em sessenta dias, a contar do trânsito em julgado da decisão (art. 17), e na hipótese de exigência de precatório judiciário (Constituição Federal, art. 100), as obrigações de pequeno valor, submetidas aos Juizados Especiais Federais a dispensará (§ 1º do art. 17).

No prazo de seis meses, a contar da publicação da lei de instituição, serão instalados os Juizados Especiais nas capitais dos Estados e no Distrito Federal, e outros, inclusive Juizados Especiais Adjuntos e Juizados de caráter itinerante (art. 22, parágrafo único), nas localidades de menor movimento forense (art. 19, e parágrafo único do art. 18), a critério do Tribunal Regional Federal, que também lhes dará o suporte administrativo necessário.

A Cláusula de vigência é de seis meses, a contar da data de publicação (art. 27).

II – Análise

Incumbe a esta Comissão examinar três aspectos fundamentais da proposta, pelo crivo da constitucionalidade, da juridicidade e da compatibilidade regimental.

Da constitucionalidade

A proposição tem amparo na Emenda Constitucional nº 22 de 1999, que acrescentou parágrafo único ao art. 98 e alterou as alíneas i do inciso I do art. 102: o **habeas corpus**, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o autor ou paciente for autoridade ou funcionário cujos atos

sujeitem-se diretamente à jurisdição da Corte Maior, ou quando se trate de crime sujeito à mesma jurisdição, em uma única instância.

Fundamenta-se, também, na alínea c do inciso I do art. 105 da Carta Magna, com a alteração realizada pela Emenda nº 22: o **habeas corpus**, quando o coator ou paciente, nos crimes comuns, for Governador de Estado ou do Distrito Federal, e nos crimes comuns e de responsabilidade, os Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, e os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, e os membros dos Conselhos ou Tribunais

de Contas dos Municípios e do Ministério Público da União que oficiem perante Tribunais.

A Emenda Constitucional nº 22, de 1999, foi concebida em razão do sucesso dos Juizados Especiais atuantes na Justiça Comum, organizados para oferecer a pacificação de conflitos de natureza penal de menor potencial ofensivo, e para as causas cíveis (ali, de até quarenta salários mínimos), afora contendas destituídas de valor econômico, que não se enquadrem nas competências da Justiça Especializada (v.g., Direito de Família, Direito do Trabalho, Acidentes do Trabalho, e outras). Logo, da perspectiva constitucional, não há óbice à aprovação da proposição.

Da juridicidade

A razão da eficácia dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, que ora serão estendidos aos temas de natureza federal, é a observância dos princípios da celeridade e da oralidade, que presidem a quase todos os atos processuais, desde a redução a termo das petições, até a audiência, em que os debates são gravados, dispensando-se muitos dos formalismos processuais, sem descuidar da segurança jurídica das partes, inclusive quanto à coisa julgada formal ou material.

Veja-se, para ilustrar, o disposto no art. 9º da proposição examinada, que prevê a igualdade dos prazos para a prática de qualquer ato processual, inclusive os praticados pelas pessoas jurídicas. Essa medida, que não tem correspondência no Código de Processo Civil, será capaz de agilizar todos os resultados, por que não instituir privilégios.

O complexo de razões, segundo as quais o Estado deve entregar a prestação jurisdicional, sob o binômio de razoável grau de certeza jurídica, mas em prazo aceitável, não cabemos instrumentos de defesa estabelecidos para a Justiça Comum no Código de Processo Civil.

Além da não diferenciação de prazos, que só serve à lógica processual, fica igualmente abolido o reexame necessário. Significa dizer que as decisões não necessitam ser canceladas pelas instâncias superiores, o que emprestará aos julgados a mais absoluta executividade em tempo razoável e sem artifícios protelatórios.

Diga-se mais: os juízes farão suas reuniões, em que uniformizarão a jurisprudência, utilizando-se de sistema da comunicação por informática. Essa medida dispensará deslocamentos e permitirá que os julgados proferidos pelos Juizados Especiais Federais alcancem maior grau de certeza jurídica.

E faz sentido, pois demandarão nessa nova instância federal pessoas cujas pretensões não alcançam significado financeiro expressivo, suas causas não requerem alta indagação e dispensam aprofundamento probatório. O procedimento sumaríssimo, de que trata a Lei nº 9.099, de 1995, isto é, da Lei dos Juizados Especiais, deve efetivamente resolver pequenos conflitos, mesmo que uma das partes seja o Poder Público.

Veja-se também que não há restrições a recursos, mas esses só serão interpostos da decisão última, condição que afastará medidas protelatórias, como é o caso dos embargos infringentes e embargos do devedor. A verdade é que, se preferirem, as partes podem produzir provas mais complexas e contraditórias mais amplas, no âmbito da Justiça Comum, pois a Lei nº 9.099, de 1995, não as obriga ao ajuizamento de ação nessa instância célere.

Assim, mesmo sendo o valor do litígio inferior a sessenta salários mínimos, nada obsta o ajuizamento da ação na Justiça Comum, pois o que caracteriza os Juizados Especiais — e também será a tônica dos Juizados Especiais Federais — é a simplicidade das demandas, o pequeno potencial ofensivo criminal e a redução de procedimentos.

Concluimos, pois, quanto a esse tópico, que se trata de matéria adequada ao ordenamento jurídico a que se dirige.

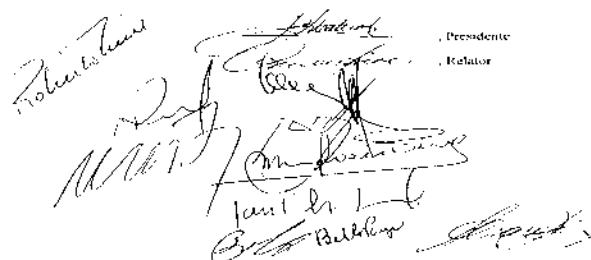
Da regimentalidade

A proposição encontra apoio no Regimento Interno do Senado Federal, em especial nos arts. 211 e 213.

III – Voto

Com amparo nas considerações precedentes, que revelam sua constitucionalidade, juridicidade, adequação regimental, oportunidade e mérito, votamos pela Aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2001 (nº 3.999, de 2001, na Casa de origem).

Sala da Comissão,



Handwritten signatures of the Commission members. The signatures are in black ink and are arranged in a cluster. Some signatures are more legible than others. The names of the members are not clearly visible, but the signatures are distinct.

Presidente
Relator

PARECER Nº 630, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 360, de 2001, que requer seja oficiado ao Banco Central do Brasil, para que submeta ao Senado Federal extratos da movimentação financeira e fotocópias de cheques emitidos, concernentes à conta bancária da Senhora Vera Arantes Campos, na agência central do Banco Bamerindus, na rua XV de Novembro, cidade de São Paulo — SP, durante o segundo semestre do ano de 1988 e primeiro semestre do ano de 1989, bem como, no mesmo período, os dados disponíveis concernentes às movimentações financeiras e fotocópias de cheques emitidos pelos Senhores Serafim Rodrigues de Moraes e Vicente de Paula Pedrosa Silva.

Relator: Senador **Bello Parga**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão o Requerimento nº 360, de 2001, de autoria dos ilustres Senadores José Eduardo Dutra e Arlindo Porto, que seja oficiado ao Banco Central do Brasil, para que submeta ao Senado Federal extratos da movimentação financeira e fotocópias de cheques emitidos, concernentes à conta bancária da Senhora Vera Arantes Campos, na agência central do Banco Bamerindus, na rua XV de Novembro, cidade de São Paulo — SP, durante o segundo semestre do ano de 1988 e primeiro semestre do ano de 1989, bem como, no mesmo período, os dados disponíveis concernentes às movimentações financeiras e fotocópias de cheques emitidos pelos Senhores Serafim Rodrigues de Moraes e Vicente de Paula Pedrosa Silva.

2. Explicam os eminentes autores do pedido que objetiva-se seja dado conhecimento ao Senado Federal de movimentação financeira dos cidadãos em referência, no período apontado, de forma a que se possa verificar se há ou não consistência nas denúncias formuladas pela revista Isto É, edição nº 1654, matéria intitulada “O Inferno de Jader”, envolvendo Sua Excelência, o Senhor Senador Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional.

3. Afirmam, ainda, que a quebra de sigilo solicitada poderá comprovar as citadas denúncias, uma vez que, de acordo com elas, o Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, teria recebido um cheque, em valor equivalente a quatro milhões de dóla-

res norte-americanos, originário das contas bancárias em tela, relativo a operações ilícitas envolvendo operações com Títulos da Dívida Agrária – TDAs.

É o relatório.

II – Voto

4. Cabe a esta Comissão, consoante o que estabelece o art. 9º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, apreciar a constitucionalidade, juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação de quebra de sigilo bancário em tela.

5. A questão é definir, inicialmente, se, frente ao ordenamento jurídico brasileiro, essa quebra é possível. O sigilo bancário é, conforme já é pacífico na doutrina e na jurisprudência, espécie do direito à privacidade. Conforme define Celso Bastos, in “Estudos e pareceres — Direito Público”, p. 68:

“O sigilo bancário é uma das formas de proteção constitucional à intimidade, como à sociedade já ficou assentado. Com efeito, é hoje universalmente reconhecido — ao menos nos países que adotam declarações de direitos humanos — que o homem é portador de um centro de intimidade, de um núcleo indevassável da sua personalidade, de uma área inacessível ao público, onde precisamente se insere o segredo que precisa ser protegido, tanto porque corresponde a uma exigência natural do ser humano, como porque a evolução tecnológica tem tornado hoje possível uma devassa da vida íntima das pessoas, insuspeitada por ocasião das primeiras declarações de direitos.”

6. A inviolabilidade da intimidade é assegurada pelo inciso X do art. 5º da Lei Maior, **verbis**:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

X — são invioláveis a intimidade, a vida privada; a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;”

7. O problema que se apresenta é o de definir os limites ao direito à inviolabilidade previstos nos dispositivos acima citados. Ensina Sérgio Carlos Covello, em trabalho denominado “O sigilo bancário como pro-

teção à intimidade" (**Revista dos Tribunais**, ano 78, nº 648, p. 29):

Certo que o sigilo bancário não é absoluto. Ele possui limites legais e naturais que estabelecem contornos. Em nosso ordenamento, o sigilo cede ante o Poder Judiciário, ante o fisco e ante as comissões parlamentares de inquérito. Paralelamente, existem abrandamentos da obrigação fundados na vontade do titular do sigilo e na própria natureza da atividade bancário.

Mas esses limites não o desnaturam como direito de personalidade, pois modernamente todos os direitos comportam limitações, em vista das exigências sociais e em atenção ao bem comum.

8. O Supremo Tribunal Federal tem entendido que se é certo que o sigilo bancário, que é espécie de direito à privacidade, que a Constituição protege no art. 5º, X, não é um direito absoluto, que deve ceder diante do interesse público, do interesse social e do interesse da Justiça, certo e, também, que ele há de ceder na forma e com observância de procedimento estabelecido em lei e com respeito ao princípio da razoabilidade". (Recurso Extraordinário nº 219.780).

9. Afirma, ainda, o Pretório Excelso, no Mandado de Segurança nº 23.452:

Não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimam, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos pela própria Constituição. O estatuto constitucional das liberdades públicas, ao delinear o regime jurídico a que estas estão sujeitas — e considerado o substrato ético que as informa — permite que sobre elas incidam limitações de ordem jurídica, destinadas, de um lado, a proteger a integridade do interesse social e, de outro, a assegurar a coexistência harmoniosa das liberdades, pois nenhum direito ou garantia pode ser exercido em detrimento da ordem pública ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros.

10. Assim, de conformidade com jurisprudência já consolidada da Corte Suprema, três são os requisitos para se permitir o rompimento do sigilo bancário: a existência de interesse público, social ou da Justiça; a previsão em lei; e a razoabilidade.

11. No que se refere à previsão em lei, a matéria sofreu, recentemente, nova regulamentação. O tema ga nhou toda uma nova disciplina, com a edição da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que "dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências". A questão relativa à possibilidade de quebra do sigilo bancário pelo Poder Legislativo é tratada no art. 4º do diploma legal, que estabelece:

Art. 4º O Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, nas áreas de suas atribuições, e as instituições financeiras fornecerão ao Poder Legislativo Federal as informações e os documentos sigilosos que, fundamentadamente, se fizerem necessários ao exercício de suas respectivas competências constitucionais e legais.

§ 1º As comissões parlamentares de inquérito, no exercício de sua competência constitucional e legal de ampla investigação, obterão as informações, e documentos sigilosos de que necessitarem, diretamente das instituições financeiras, ou por intermédio do Banco Central do Brasil ou da Comissão de Valores Mobiliários.

§ 2º As solicitações de que trata este artigo deverão ser previamente aprovadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, ou do plenário de suas respectivas comissões parlamentares de inquérito.

12. Destarte, pode-se observar que existe norma positiva disciplinando o fornecimento de informações protegidas por sigilo bancário a órgão do Congresso Nacional. O sigilo bancário, além das Comissões Parlamentares de Inquérito, que têm poder de investigação próprios das autoridades judiciais, pode ser quebrado por decisão do plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

13. Cabe observar que existe regulamentação interna no Senado Federal sobre a matéria. Trata-se do já referido Ato da Mesa nº 1, de 2001, que adaptou os procedimentos relativos a requerimentos de informação aos ditames da referida Lei Complementar nº 105, de 2001.

14. No entanto, a quebra do sigilo deve ser feita em nome do interesse público e de forma razoável, o

que deve ser comprovado a partir da motivação do ato que a determinou, sem a qual, conforme já decidiu reiteradas vezes o Pretório Excelso, tem-se a nulidade daquele ato, independentemente da autoridade que o expediu.

15. Conforme o ensinamento de Ives Gandra da Silva Martins e Wilmar Ferreira Mendes, in "Sigilo bancário, direito de autodeterminação sobre informações e princípio da proporcionalidade", publicado no Repertório IOB de Jurisprudência, nº 24/92, p. 428:

A doutrina constitucional mais moderna enfatiza que, em se tratando de imposição de restrições a direitos, deve-se indagar não apenas sobre a admissibilidade constitucional da restrição eventualmente fixada (reserva legal), mas também sobre a compatibilidade das restrições estabelecidas com o princípio da proporcionalidade. Essa orientação, que permitiu converter o princípio da reserva legal (Gesetzesvobehalt) no princípio da reserva legal proporcional (Vorbehalt des verhältnismässigen Gesetzes), pressupõe não só a legitimidade dos meios utilizados e dos fins perseguidos mas também, adequação (Geeignetheit) desses meios para a consecução dos objetivos pretendidos e a necessidade (Notwendigkeit oder Erforderlichkeit) de sua utilização. Um juízo definitivo sobre a proporcionalidade ou razoabilidade da medida restritiva há de resultar da rigorosa ponderação entre o significado da intervenção para o atingido e os objetivos perseguidos pelo legislador (proporcionalidade em sentido estrito).

16. Decidiu o STF, no já citado Mandado de Segurança nº 23.452:

O sigilo bancário, o sigilo fiscal e o sigilo telefônico (sigilo este que incide sobre os dados/registros telefônicos e que não se identifica com a inviolabilidade das comunicações telefônicas) — ainda que representem projeções específicas do direito à intimidade, fundado no art. 5º, X da Carta Política — não se revelam oponíveis, em nosso sistema jurídico, às Comissões Parlamentares de Inquérito, eis que o ato que lhes decreta a quebra traduz natural derivação dos poderes de investigação que foram conferidos, pela própria Constituição da República, aos órgãos de investigação parlamentar. As Comissões Parlamentares de Inquérito, no en-

tanto, para decretarem, legitimamente, por autoridade própria, a quebra do sigilo bancário, do sigilo fiscal e/ou do sigilo telefônico, relativamente a pessoas por elas investigadas, devem demonstrar, a partir de meros indícios, a existência concreta de causa provável que legitime a medida excepcional (ruptura da esfera de intimidade de quem se acha sob investigação), justificando a necessidade de sua efetivação no procedimento de ampla investigação dos fatos determinados que deram causa à instauração do inquérito parlamentar, sem prejuízo de ulterior controle jurisdicional dos atos em referência (CF, art. 5º XXXV). — As deliberações de qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito, à semelhança do que também ocorre com as decisões judiciais (RTJ 140/514), quando destituídas de motivação, mostram-se írritas e despojadas de eficácia jurídica, pois nenhuma medida restritiva de direitos pode ser adotada pelo Poder Público, sem que o ato que a decreta seja adequadamente fundamentado pela autoridade estatal." Destacamos

17. A questão foi também enfrentada pelo STF no Mandado de Segurança nº 23.480, julgado no dia 4 de maio de 2000, no qual se decidiu:

Quebra ou transferência de sigilos bancário, fiscal e de registros telefônicos que, ainda quando se admita, em tese, susceptível de ser objeto de decreto de CPI — porque não coberta pela reserva absoluta de jurisdição que resguarda outras garantias constitucionais —, há de ser adequadamente fundamentada: aplicação no exercício pela CPI dos poderes instrutórios das autoridades judiciárias da exigência de motivação do art. 93, IX, da Constituição da República.

18. E no Mandado de Segurança nº 23.652, relatado pelo eminente Ministro Celso de Mello:

A quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico de qualquer pessoa sujeita a investigação legislativa pode ser legitimamente decretada pela Comissão Parlamentar de Inquérito, desde que esse órgão estatal o faça mediante deliberação adequadamente fundamentada e na qual indique, com apoio em base empírica idônea, a necessidade objetiva da adoção dessa medida extraordinária. (...)

O princípio constitucional da reserva de jurisdição — que incide sobre as hipóteses de busca domiciliar (CF, art. 5º XI), de interceptação telefônica (CF, art. 5º, XII) e de decretação da prisão, ressalvada a situação de flagrância penal (CF, art. 5º LXI) — não se estende ao tema da quebra de sigilo, pois, em tal matéria, e por efeito de expressa autorização dada pela própria Constituição da República (CF, art. 58, § 3º), assiste competência à Comissão Parlamentar de Inquérito, para decretar, sempre em ato necessariamente motivado, a excepcional ruptura dessa esfera de privacidade das pessoas.

19. Ou seja, em tese, é possível ao Congresso Nacional solicitar a quebra do sigilo bancário para dar andamento a investigação de fato incluído na sua competência fiscalizadora, na forma da lei. Entretanto, é fundamental, para que seja deferida a quebra de sigilo de qualquer cidadão, que ela seja fundamentada e comprovada a sua necessidade para a investigação que se pretende fazer.

20. Em nosso entendimento, esses requisitos são atendidos pela solicitação em tela. O pedido precisa as pessoas, contas bancárias e período a serem atingidos pela quebra de sigilo e vincula, de forma clara a necessidade da adoção desse procedimento excepcional com o fato a ser investigado, indiscutivelmente inserido no âmbito da competência fiscalizadora desta Casa, não apenas porque envolve recursos do Tesouro Nacional, como um de seus membros.

21. A existência dos indícios que informam a necessidade da quebra de sigilo solicitada está fundamentada não apenas na justificação da presente proposição, como consta de documentos anexados ao processado do Requerimento nº 333, de 2001, que trata de matéria similar, também despachado ao exame deste Relator.

22. Tem-se, aqui, cópia do Ofício nº 520/2001—DCOIE/CGCP, de 18 de junho de 2001, no qual o Delegado de Polícia Federal Luís Fernando Ayres Machado, após explicar as razões, solicita ao Senhor Juiz Federal da Vara de Distribuição de Brasília, seja dada autorização judicial para a quebra do sigilo bancário das mesmas pessoas aqui envolvidas, pelos mesmos fatos, que podem configurar a existência de crime.

23. Além disso, as pessoas envolvidas no caso sob exame já foram ouvidas pelo eminente Corregedor desta Casa no dia 6 de junho de 2001 e, em depoimentos que constam do mesmo processado, dão in-

formações que, igualmente, corroboram os indícios levantados na justificação da presente proposição e reforçam a necessidade do seu deferimento para o esclarecimento dos fatos.

24. Não bastassem esses fatos, o Senhor Procurador-Geral da República também declarou que o Ministério Público, considerando a gravidade das denúncias e a presença de fortes indícios da possibilidade da existência de ilícitos, já encaminhou ao Poder Judiciário pedido similar.

25. Assim, entendemos que o presente Requerimento carrega embasamento suficiente para que possa ser deferido.

26. Do ponto do mérito, ele, igualmente, deve merecer aprovação. A gravidade das denúncias apresentadas não permite que o Senado Federal permaneça imóvel, vítima de uma ameaça que paira sobre a cabeça de seu principal dirigente. Impõe-se a esta Casa tomar todas as providências visando ao esclarecimento dos fatos, o que, registre-se, é, também, a vontade já claramente externada pelo seu Presidente, que, mais do que o restante da Casa, vem sofrendo com o noticiário da imprensa.

27. Vale comentar que os líderes de todos os partidos com assento no Senado Federal, em reunião com o Senhor Presidente, realizada no dia 21 de junho de 2001, já se manifestaram pela necessidade da aprovação da quebra de sigilo aqui solicitado, com vistas ao esclarecimento da situação existente.

28. Observe-se, tão-somente, em obediência ao que dispõe o § 3º do art. 8º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a necessidade de que o presente requerimento seja encaminhado ao Banco Central do Brasil por intermédio do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, responsável pela supervisão daquela autarquia.

29. Do exposto, entendemos que o Requerimento nº 360, de 2001, reúne todas as condições para ser deferido, por atender os requisitos exigidos pela legislação referente ao tema, e, do ponto de vista do mérito, deve ser acolhido, razão pela qual opinamos pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 26 de junho de 2001. —
Bernardo Cabral, Presidente — **Bello Parga**, Relator — **Romero Jucá** — **Roberto Freire** — **Pedro Simon** — **Wellington Roberto** — **Maria do Carmo Alves** — **Antonio Carlos Júnior** — **Francelino Pereira** — **Leomar Quintanilha** — **Lúcio Alcantara** — **José Agripino**.

PARECER Nº 631, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 333, de 2001, que requer ao Banco Central do Brasil extratos da movimentação financeira e fotocópias de cheques emitidos, concernentes à conta bancária da Senhora Vera Arantes Campos, na agência central do Banco Bamerindus, na rua XV de Novembro, cidade de São Paulo – SP, durante o segundo semestre do ano de 1988 e primeiro semestre do ano de 1989.

Relator: Senador **Bello Parga**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão o Requerimento nº 333, de 2001, de autoria dos ilustres Senadores José Eduardo Dutra, Paulo Hartung e Ademir Andrade, que visa obter do Banco Central do Brasil extratos da movimentação financeira e fotocópias de cheques emitidos, concernentes à conta bancária da Senhora Vera Arantes Campos, na agência central do Banco Bamerindus, na rua XV de Novembro, cidade de São Paulo – SP, durante o segundo semestre do ano de 1988 e primeiro semestre do ano de 1989.

É o relatório.

II – Voto

2. O presente pedido representa parte do solicitado pelo mesmo primeiro signatário da proposição no Requerimento nº 360, de 2001, também submetido ao exame deste Relator, de autoria dos ilustres Senadores José Eduardo Dutra e Arlindo Porto, que seja oficiado o Banco Central do Brasil, para que submeta ao Senado Federal extratos da movimentação financeira e fotocópias de cheques emitidos, concernentes à conta bancária da Senhora Vera Arantes Campos, na agência central do Banco Bamerindus, na rua XV de Novembro, cidade de São Paulo – SP, durante o segundo semestre do ano de 1988 e primeiro semestre do ano de 1989, bem como, no mesmo período, os dados disponíveis concernentes às movimentações financeiras e fotocópias de cheques emitidos pelos Senhores Serafim Rodrigues de Moraes e Vicente de Paula Pedrosa Silva.

3. Assim, efetivamente, o Requerimento nº 333, de 2001, ficará prejudicado pela decisão a ser tomada com relação ao Requerimento nº 360, de 2001, que não é somente mais amplo, como mais adequa-

do para o esclarecimento dos fatos que são objeto de ambas as proposições.

4. Do exposto, opinamos pelo arquivamento do Requerimento nº 333, de 2001, em razão de ter perdido a oportunidade, em face da apresentação do Requerimento nº 360, de 2001, conforme o inciso I do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala da Comissão, 26 de junho de 2001. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Bello Parga**, Relator – **Antonio Carlos Júnior** – **Maria do Carmo Alves** – **Wellington Roberto** – **Roberto Freire** – **Francelino Pereira** – **Nilo Teixeira Campos** – **Leomar Quintanilha** – **Romero Jucá** – **Lúcio Alcântara** – **José Agripino**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Resolução nº 28, de 2001, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos), equivalente a R\$21.847.000,00 (vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil reais), à taxa de câmbio de 30-04-2001, resultante de parecer lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que os Projetos de Lei da Câmara nºs 51 e 52, de 2001, cujos pareceres foram lidos anteriormente, ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 371, DE 2001

Nos termos dos Artigos 336, II, combinado com o 338, IV, do RISF, requeremos urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2001, que "desvincula, parcialmente, no exercício de 2001, a aplicação dos recursos de que tratam os artigos 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União".

Sala das Comissões, 26 de junho de 2001 – **Lúcio Alcântara – Arlindo Porto – Pedro Piva – Lúcio Coelho – Wellington Roberto – Sérgio Machado – Jorge Bornhausen – Paulo Hartung – Roberto Saturnino – Bello Parga – Casildo Maldaner – Geraldo Melo – Ney Suassuna – Luiz Pontes – Gilberto Mestrinho**

REQUERIMENTO Nº 372, DE 2001

Nos termos dos Artigos 336, II, combinado com o 338, V, do RISF, requeremos urgência, para o Projeto de Resolução do Senado nº 28, DE 2001, advindo da aprovação do Ofício "S" nº 20, DE 2001, que "encaminha ao Senado Federal manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Governo do Estado da Bahia para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, com recursos de repasse do Banco interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos), equivalentes a R\$21.847.000,00 (vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil reais), à taxa de câmbio de 30 de abril de 2001, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE".

Sala das Comissões, 26 de junho de 2001 – **Lúcio Alcântara – Jonas Pinheiro – Romero Jucá – Waldeck Ornelas – Paulo Souto – Arlindo Porto – Gilberto Mestrinho – Lúcio Coelho – Geraldo Melo – Roberto Saturnino – Jorge Bornhausen – Bello Parga – Wellington Roberto – Ney Suassuna – José Coelho**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Os requerimentos lidos serão votados após a Ordem do Dia, na sessão de hoje, na forma do disposto no art. 340, II, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 373, DE 2001

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 257, de 2001, que dispõe sobre criação de uma comissão temporária, destinada a acompanhar e avaliar as ações do Poder Executivo referentes ao aumento da oferta e à redução da demanda de energia elétrica no País.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2001. – **Lúcio Alcântara**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com base no art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, defiro a retirada do requerimento.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, DE 2001

Acrescenta parágrafos aos arts. 8º e 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, de forma a dispor sobre os membros do Conselho Nacional de Educação (CNE).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescentem-se os seguintes §§ 8º e 9º ao art. 8º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995:

Art. 8º

§ 8º É vedada a escolha, para a Câmara de Educação Superior, de indicados que, até três anos antes do ato de nomeação, tenham sido proprietários, sócios ou acionistas de estabelecimentos particulares de ensino superior ou de suas mantenedoras, tenham ocupado qualquer cargo nessas instituições ou tenham a elas prestado consultoria ou assessoramento.

§ 9º A vedação de manter vínculos com instituições particulares de ensino superior e suas mantenedoras a que se refere o parágrafo anterior é extensiva aos conselheiros da Câmara de Educação Superior durante o exercício de seus mandatos. (NR)

Art. 2º Acrescentem-se o seguinte § 5º ao art. 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995:

Art. 9º

§ 5º Os conselheiros da Câmara de Educação Superior são impedidos de relatar e de votar pareceres relativos a instituições de ensino superior com que tenham víncu-

los de emprego, se públicas, e, se particulares, de que tenham sido proprietários, sócios ou acionistas, a que tenham prestado consultoria ou assessoramento, e em que tenham ocupado qualquer cargo, exceto o de professor, após período de oito anos de desligamento. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O antigo Conselho Federal de Educação foi extinto em 1994 sob a justificativa de que alguns de seus membros utilizavam o órgão como balcão de negócios envolvendo os processos de autorização, reconhecimento e credenciamento, respectivamente, de cursos e instituições de ensino no âmbito do setor privado. O Conselho Nacional de Educação (CNE), criado por meio de medida provisória, transformada na Lei nº 9.131/95, foi visto então como o início de uma nova etapa no assessoramento colegiado do Ministro da Educação.

Eis, todavia, que agora pairam sobre o novo organismo suspeitas de abrigar conflito de interesses e tráfico de influências. Como na ocasião anterior, as irregularidades denunciadas localizam-se no campo da educação superior particular. E a crise atual vem associada a uma das maiores expansões do ensino superior privado já vistas no País. Assim, entre 1981 e 1994, o crescimento das matrículas de graduação nesse setor atingiu 14,1%. Já entre 1994 e 1999, tal aumento foi da ordem de 59,1%. O número de estabelecimentos privados elevou-se de 633, em 1994, para 905, em 1999.

Não é porque a demanda pelo ensino superior cresce que o poder público deve agir, por qualquer meio, em favor do aumento da oferta de vagas. A legislação prevê mecanismos de controle que devem ser observados, pois constituem a garantia da manutenção de padrões mínimos da qualidade do ensino. Uma vez que o CNE tem papel relevante no controle da expansão do ensino superior, devem ser assegurados critérios que evitem o desenvolvimento de ações entre amigos no interior do colegiado.

Dessa forma, o projeto de lei que apresentamos impõe alguns limites para a escolha e atuação dos membros do CNE, particularmente de sua Câmara de Educação Superior.

O primeiro fixa período de “quarentena” de três anos para que indicados que tenham mantido vínculos com instituições privadas de ensino superior pos-

sam ser nomeados para a Câmara de Educação Superior do CNE. Assim, fica vedada a escolha de proprietários, sócios ou acionistas, professores, diretores, consultores ou assessores, bem como ocupantes de outros cargos de estabelecimentos particulares de ensino superior.

Naturalmente, essa vedação deve ser extensiva àqueles que já exercem a função de conselheiros na Câmara de Educação Superior.

Por fim, julgamos que a legislação deve dispor sobre impedimentos éticos durante o exercício da função de conselheiro. Desse modo, o projeto prevê ser interdito aos membros da Câmara de Educação Superior relatar pareceres e votá-los quando se referirem a processos relativos a instituições de ensino privadas com as quais tiverem mantido vínculos, como proprietário, acionista, diretor ou ocupante de qualquer outro cargo. Abre-se a exceção para o caso de professores, desde que o desligamento da instituição de ensino não tenha ocorrido em prazo mínimo de oito anos. No caso do ensino público, o impedimento diz respeito aos vínculos institucionais que os conselheiros possuam na ocasião.

Na realidade, parte dessas disposições já encontra amparo na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que “dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função da administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências”. Em seu art. 9º, VIII, essa lei estipula:

Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

.....
VIII – aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
.....

Contudo, essa norma não se volta para vínculos do passado, que podem comprometer a ação dos conselheiros. Também não abarca outras situações

de conflito de interesses que a presente iniciativa objetiva evitar.

Por certo, as medidas que o projeto sugere não garantem a lisura do trabalho do CNE. Ainda são mais relevantes as exigências de que seus ocupantes sejam "brasileiros de reputação ilibada, que tenham prestado serviços relevantes à educação, à ciência e à cultura", como efetivamente tem sido a regra. No entanto, cabe instituir mais algumas garantias, para reforçar a confiança da sociedade nos atos do colegiado.

Em vista das razões expostas, confiamos no apoio de nossos Pares a este projeto de lei.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2001 – **Lúcio Alcântara**.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA*

LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

.....
Art. 8º A Câmara de Educação Básica e a Câmara de Educação Superior serão constituídas, cada uma, por doze conselheiros, sendo membros natos, na Câmara de Educação Básica, o Secretário de Educação Fundamental e na Câmara de Educação Superior, o Secretário de Educação Superior, ambos do Ministério da Educação e do Desporto e nomeados pelo Presidente da República. (Redação dada ao **caput** §§ pela Lei nº 9.131, de 24-11-95)

§ 1º A escolha e nomeação dos conselheiros será feita pelo Presidente da República, sendo que, pelo menos a metade, obrigatoriamente, dentre os indicados em listas elaboradas especialmente para cada Câmara, mediante consulta a entidades da sociedade civil relacionadas às áreas de atuação dos respectivos colegiados.

§ 2º Para a Câmara de Educação Básica a consulta envolverá, necessariamente, indicações formuladas por entidades nacionais, públicas e particulares, que congreguem os docentes, dirigentes de instituições de ensino e os Secretários de Educação dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal.

§ 3º Para a Câmara de Educação Superior a consulta envolverá, necessariamente, indicações formuladas por entidades nacionais, públicas e particulares, que congreguem os reitores de universidades, diretores de instituições isoladas, os docentes, os estudantes e segmentos representativos da comunidade científica.

§ 4º A indicação, a ser feita por entidades e segmentos da sociedade civil, deverá incidir sobre brasileiros de reputação ilibada, que tenham prestado serviços relevantes à educação, à ciência e à cultura.

§ 5º Na escolha dos nomes que comporão as Câmaras, o Presidente da República levará em conta a necessidade de estarem representadas todas as regiões do País e as diversas modalidades de ensino, de acordo com a especificidade de cada colegiado.

§ 6º Os conselheiros terão mandato de quatro anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, havendo renovação de metade das Câmaras a cada dois anos, sendo que, quando da Constituição do Conselho, metade de seus membros serão nomeados com mandato de dois anos.

§ 7º Cada Câmara será presidida por um conselheiro escolhido por seus pares, vedada a escolha do membro nato, para mandato de um ano, permitida uma única reeleição imediata."

Art. 9º As Câmaras emitirão pareceres e decisão, privativa e autonomamente, os assuntos a elas pertinentes, cabendo, quando for o caso, recurso ao Conselho Pleno. (Redação dada ao **caput**, §§ e alíneas pela Lei nº 9.131, de 24-11-95)

§ 1º São atribuições da Câmara de Educação Básica:

a) examinar os problemas da educação infantil, do ensino fundamental, da educação especial e do ensino médio e tecnológico e oferecer sugestões para sua solução;

b) analisar e emitir parecer sobre os resultados dos processos de avaliação dos diferentes níveis e modalidades mencionados na alínea anterior;

c) deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto;

d) colaborar na preparação do Plano Nacional de Educação e acompanhar sua execução, no âmbito de sua atuação;

e) assessorar o Ministro de Estado da Educação e do Desporto em todos os assuntos relativos à educação básica;

f) manter intercâmbio com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal, acompanhando a execução dos respectivos Planos de Educação;

g) analisar as questões relativas à aplicação da legislação referente à educação básica;

§ 2º São atribuições da Câmara de Educação Superior:

a) analisar e emitir parecer sobre os resultados dos processos de avaliação da educação superior;

b) oferecer sugestões para a elaboração do Plano Nacional de Educação e acompanhar sua execução, no âmbito de sua atuação;

c) deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto, para os cursos de graduação;

d) deliberar sobre os relatórios encaminhados pelo Ministério da Educação e do Desporto sobre o reconhecimento de cursos e habilitações oferecidos por instituições de ensino superior, assim como sobre autorização prévia daqueles oferecidos por instituições não universitárias;

e) deliberar sobre a autorização, o credenciamento e o credenciamento periódico de instituições de educação superior, inclusive de universidades, com base em relatórios e avaliações apresentados pelo Ministério da Educação e do Desporto;

f) deliberar sobre os estatutos das universidades e o regimento das demais instituições de educação superior que fazem parte do sistema federal de ensino;

g) deliberar sobre os relatórios para reconhecimento periódico de cursos de mestrado e doutorado, elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto, com base na avaliação dos cursos;

h) analisar questões relativas à aplicação da legislação referente à educação superior;

i) assessorar o Ministro de Estado da Educação e do Desporto nos assuntos relativos à educação superior.

§ 3º As atribuições constantes das alíneas d, e e f do parágrafo anterior poderão ser delegadas, em parte ou no todo, aos Estados e ao Distrito Federal.

§ 4º O credenciamento a que se refere a alínea e do § 2º deste artigo poderá incluir determinação para a desativação de cursos e habilitações.

Brasília, 20 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

LEI Nº 9.131, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1995

Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação – atende à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O projeto lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 374, DE 2001

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, a inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família e ao Estado da Bahia, pelo falecimento, no dia 24 último, em São Paulo, do geógrafo baiano Milton Almeida dos Santos.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2001. – **Geraldo Cândido.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O requerimento lido vai à publicação, tendo em vista que o Senador já prestou seu tributo ao falecido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil o Ofício nº 1.514/2001, na origem, encaminhando a relação das operações de crédito de Estados, do Distrito Federal e de Municípios analisadas no mês de abril de 2001.

Esclarece, ainda, que foi autorizada uma operação de ARO, não tendo sido deferidas ou indeferidas outras operações de crédito sujeitas à Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal.

O expediente, anexado ao processado do Ofício nº S/13, de 2001, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil o Ofício nº S/22, de 2001 (nº 1.511/2001, na origem), de 21 do corrente, encaminhando o Boletim das Finanças Estaduais e Municipais, referente ao mês de março de 2001, contendo a posição do endividamento dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas Autarquias, Fundações e Empresas Estatais.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu, do Supremo Tribunal Federal, o Ofício nº S/23, de 2001 (nº 65/2001, na origem), de 22 do corrente, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 6.490, de 10 de agosto de 1994, que modifica dispositivos da Lei nº 6.176, de 18 de janeiro de 1993, ambas do Estado de Mato Grosso, do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido no *Habeas Corpus* nº 75308, que declarou a inconstitucionalidade do inciso V do artigo 9º da Lei nº 6.176, de 1993, com redação dada pela Lei nº 6.490, de 1994 (criação e competência de juizado especial cível).

O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Ofício nº S/24, de 2001, do Ministério Público de Minas Gerais, encaminhando cópia do trabalho jurídico intitulado “A Reforma in Pejus do Código de Processo Penal – O Perigo Iminente de Prescrição ou da Impunidade – A Sociedade em Perigo Virtual”, referente a artigos da reforma do process penal.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Senhor Presidente da República adotou, em 22 de junho de 2001 e publicou no dia 23 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 2.155, que “Estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, e da Resolução nº 2/2000-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Renan Calheiros		Iris Rezende
José Alencar		Amir Lando
	PFL	
Hugo Napoleão		Francelino Pereira
Bello Parga		Romeu Tuma
	Bloco (PSDB/PPB)	
Sergio Machado		Leomar Quintanilha
	Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)	
José Eduardo Dutra		Paulo Hartung
	PSB	
Ademir Andrade		Roberto Saturnino
	*PTB	
Arlin do Porto		

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	PSDB	
Jutahy Junior		Ricardo Ferraço
Narcio Rodrigues		Sebastião Madeira
	Bloco (PFL/PST)	
Inocêncio Oliveira		Ariston Andrade
Abelardo Lupion		Expedito Júnior
	PMDB	
Geddel Vieira Lima 1.		Albérico Filho
	PT	
Walter Pinheiro 1.		Aloizio Mercadante
	PPB	
Odelmo Leão		Gerson Peres
	*PV	
Fernando Gabeira		

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 26-6-2001 – designação da Comissão Mista
Dia 27-6-2001 – instalação da Comissão Mista

Até 28-6-2001 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 7-7-2001 – prazo final da Comissão Mista

Até 22-7-2001 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

Of. nº 277/01-BP

Brasília, 25 de junho de 2001

Senhor Presidente:

Comunico a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado João Caldas (PL/AL) para integrar, como titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado José Egydio (PL/RJ)

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Exª os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PEDRO UBIRAJARA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. PEDRO UBIRAJARA (PMDB – MS) – Requeiro, Sr. Presidente, a minha inscrição para uma comunicação inadiável após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – No momento oportuno, V. Exª terá a palavra.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, requeiro a minha inscrição para fazer, no momento oportuno, uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O requerimento de V. Exª está deferido. No momento oportuno, V. Exª terá a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Há pouco, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Presidente nos informava que estava suspensa a sessão do Senado e que haveria sessão do Congresso Nacional às 16h30min, tanto que os demais membros ainda estão reunidos. Só vim ao Plenário, quando vi que a sessão estava em andamento. A sessão do Senado vai até que horas, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Até a Ordem do Dia, a Comissão poderá reunir-se.

No entanto, houve um equívoco, uma vez que a Ordem do Dia de hoje foi distribuída nos gabinetes dos Srs. Senadores.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Até que horas vai a sessão do Senado?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A sessão do Senado vai até o término da Ordem do Dia, às 16h30min.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A sessão do Congresso, então, ocorrerá após o término da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Logo após o término da Ordem do Dia, iniciaremos a sessão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Freitas Neto, por 20 minutos.

O SR. FREITAS NETO (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a necessidade de se rever o instituto da medida provisória constitui quase um consenso. A questão está na agenda política do País há muito tempo, na verdade, desde que se apresentou aos Constituintes de 1986 a proposta de sua introdução no Direito brasileiro. Na legislatura seguinte já se registraram iniciativas concretas no sentido de se buscar a revisão. Só agora o processo parece chegar perto do fim, com retorno ao Senado Federal, dentro de poucos dias, de proposta de emenda constitucional apresentada pelo então Senador e hoje Governador Esperidião Amin, a 16 de fevereiro de 1995.

Compreende-se perfeitamente que o Poder Executivo disponha de um instrumento legislativo de que possa lançar mão rapidamente, em casos de comprovada urgência e relevância. Por outro lado, sempre há o risco de que um instrumento com esse

perfil apresente viés autoritário, como ocorria com o decreto-lei, especialmente na formatação que lhe foi dada pelo Ato Institucional nº 1 e demais normas adotadas logo após o golpe de 1964.

A introdução das medidas provisórias foi bem acolhida no primeiro momento, em especial por substituir um instituto notoriamente antidemocrático, que se tornara ainda mais perigoso com a adoção do decurso de prazo. Rapidamente se constatou, porém, que a redação dada na Constituição aos dispositivos relacionados ao novo instituto precisava de uma correção.

Não devemos chegar ao extremo de afirmar que as medidas provisórias já estão trazendo saudades do velho decreto-lei. Este, na forma adotada pelas Constituições de 1937 e de 1967, permitia que, em certas circunstâncias, o Congresso se visse totalmente afastado do processo legislativo, usurpado pelo Poder Executivo. O mesmo não ocorre com a medida provisória, em condições normais.

Mesmo assim, a possibilidade de ilimitadas reedições e a difícil tramitação das medidas abriram caminho para que elas se degenerassem. O mecanismo eficaz e democrático que os constituintes imaginaram tornou-se um instrumento de arbítrio. Nunca é demais lembrar que os critérios de urgência e relevância, por serem claramente subjetivos, viram-se objeto de manipulação ao ponto de se ter recorrido a medida provisória, em determinado momento, para dispor a respeito do carro oficial do Vice-Presidente da República. Os chamados pacotes econômicos, de triste memória, foram também baixados, via medida provisória, como a que confiscou toda a poupança dos brasileiros.

Em princípio, portanto, as alterações do instituto da medida provisória constituem fato auspicioso. Ao adotá-las o Legislativo se reafirma como Poder. Ganha a democracia; ganha a população brasileira.

Devemos reconhecer, todavia, que ainda há falhas, e falhas graves, no texto da proposta de emenda constitucional aprovada pela Câmara dos Deputados e que agora nos é submetida.

Permanece um problema sério, o do fato consumado. É verdade que a alínea d, do inciso I do parágrafo 1º da nova redação dada ao artigo 62 da Constituição impede que se empregue medida provisória para detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou de qualquer outro ativo financeiro. É uma forma de impedir a repetição do estúpido pacote econômico de 1990, quando o Congresso, mesmo desejoso de alterar as draconianas disposições então to-

madadas, viu-se constrangido a mantê-las, inclusive pelo risco de ser responsabilizado por eventual malogro. Muito bem, vê-se agora o confisco, mas a política do fato consumado permanece, Sr. Presidente. A qualquer momento, outra determinação radical – desde que não haja seqüestro de bens – pode criar constrangimento semelhante ao Legislativo.

O texto que nos chega incorpora ainda uma norma extremamente perigosa para o funcionamento eficaz do Congresso. Trata-se de uma alteração de última hora retirando do Senado Federal prerrogativas essenciais.

Com efeito, o texto aqui aprovado determinava expressamente que as medidas provisórias teriam sua votação iniciada na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, ficando a Mesa do Congresso Nacional incumbida de sua distribuição, observado o critério de alternância.

O texto que nos chega, porém, limita-se a observar que as medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados. Para se compreender a gravidade dessa norma, deve-se lembrar também que, caso não apreciada em 45 dias, a medida provisória entrará em regime de urgência, ficando sobrestadas, até que ocorra a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

Há, dessa forma, um duplo inconveniente. O primeiro, e mais grave, está em tornar o Senado eternamente uma Casa homologatória. A negociação política dar-se-á na Câmara dos Deputados, e aos Senadores se remeterá um texto já definido do ponto de vista institucional. O centro de decisões se afastará do Senado, de forma definitiva.

A forma de tramitação, por outro lado, causará outro problema. Segunda Casa a examinar a matéria, o Senado trabalhará permanentemente sob pressão, correndo o risco adicional de ver sua pauta trancada com frequência, caso se recuse e apenas homologar o que estiver recebido da Câmara.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, já nos vimos, dezenas e dezenas de vezes, diante da contingência de ratificar proposições vindas da Câmara dos Deputados, para que, modificando-as, corrigindo-as, aperfeiçoando-as, não fôssemos acusados de retardar ilegitimamente sua tramitação. A necessidade de nova apreciação pela Casa que já deliberara tem sido usada como arma contra o Senado, para forçá-lo a se omitir. Não é de hoje que nos vemos como meros coadjuvantes do processo legis-

lativo, limitando-nos a homologar o que nos é submetido.

O consenso nacional em torno da necessidade de limitar o uso das medidas provisórias pode nos levar a, uma vez mais, aceitarmos normas com as quais não concordamos. A batalha de quase sete anos pela correção do instrumento da medida provisória encerra-se dentro de poucas semanas, caso aproveitemos a proposta de emenda constitucional tal como está. Será uma conquista, sem dúvida alguma. Toda população brasileira respirará aliviada se o fizermos, superando enfim um problema que já se arrasta há treze anos.

Estaremos, no entanto, criando uma nova distorção institucional. Estaremos condenando o Senado Federal, que ora integramos, a cumprir indefinidamente um papel menor, apenas homologatório. Estaremos nos arriscando, por fim, a ver a nossa pauta travada a todo momento, transmitindo à sociedade a falsa impressão de ineficiência e de morosidade.

Devemos aperfeiçoar o instituto da medida provisória. Partida aqui, inclusive, essa iniciativa. Quanto antes o fizermos, melhor será. Isso não significa, porém, que precisemos criar outro mostrengo. Se tivermos de alterar o texto proveniente da Câmara, que o façamos. Afinal, se nos comportarmos como uma Casa homologatória nesta oportunidade, correremos o risco de torná-la, por tempo indefinido, institucionalmente homologatória.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Ubirajara.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. PEDRO UBIRAJARA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente quero ler o ofício que dirigi ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. José Jorge de Lima, com o seguinte teor:

“Ofício n.º 009/2001 – Gabinete do Senador Pedro Ubirajara:

Senhor Ministro,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito o especial obséquio de V. Ex^a no sentido de determinar, ao setor competente desse Ministério, que se procedam aos estudos necessários para viabilizar a instalação de uma usina termelétrica no Município de

Anastácio, em Meu Estado de Mato Grosso do Sul.

A presente solicitação se embasa em considerações de ordem econômica e estratégica de particular relevância. Localizado na região mais central do Estado, e com o ramal do Gasoduto Bolívia-Brasil passando em seu território, o Município de Anastácio se apresenta como um local privilegiado para a geração de energia a baixo custo, bem como para a instalação de indústrias não-poluentes.

A usina de Anastácio poderia fornecer, sem maiores dificuldades, energia barata para toda a região do Pantanal e para a região sudoeste de Mato Grosso do Sul, incluindo toda a área da grande Dourados. O número de municípios beneficiários fala por si. Alinhando-se com as outras usinas já previstas, representaria, ademais, a concretização de uma linha de geração de energia que, cortando o Estado quase ao meio, em sentido longitudinal, propiciaria um relevante salto qualitativo em nosso processo de desenvolvimento, beneficiando não apenas Mato Grosso do Sul, mas todo o Brasil.

Certo de contar com sua especial atenção para esse justo pleito, renovo, na oportunidade, manifestações de consideração e apreço.

Pedro Ubirajara, Senador.”

Sr. Presidente, é o que faltava para que se estabeleça no Mato Grosso do Sul uma seqüência de usinas termelétricas que darão condições a que o Estado promova o seu desenvolvimento equacionado, posto que compramos energia gerada na Bacia do Paraná, mas 90% dessa energia vai para o Estado de São Paulo, do Paraná e outras regiões do País. Ficamos condicionados à falta de energia que propiciasse o nosso progresso. Daí a importância desse ofício encaminhado, solicitando a implantação também em Anastácio. Ademais, nós, da região do Pantanal, temos que ter cuidado com a proteção do ecossistema e a biodiversidade.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra o Senador Paulo Hartung, por permuta com a Senadora Marina Silva, por 20 minutos.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos vivendo um momento muito delicado da vida nacional. A economia demonstra um certo descontrole, o que se percebe mediante o comportamento de alguns mercados, entre eles o mercado de dólares no nosso País. Ainda semana passada, o Banco Central entrou com uma ação dura em relação à questão cambial. Mas esse não é um problema isolado. De certa forma, é a explicitação de sérias vulnerabilidades que a economia brasileira tem passado. Vulnerabilidades externas, como o fechamento das nossas contas externas – que, este ano, encontrou uma maior dificuldade, tendo em vista a diminuição do ingresso de investimentos externos no nosso País – e vulnerabilidades internas, como o caso da energia, o que, de certa forma, desorganiza ainda mais este cenário complicado da economia brasileira, que já sofria com a crise da Argentina, com a diminuição da atividade econômica nos Estados Unidos. Então, os brasileiros não têm motivos relevantes para comemorar.

Porém, venho a esta tribuna informar sobre um fato importante que ocorreu ontem e que merece registro e comemoração. Refiro-me, Sr. Presidente, à vitória que o Governo brasileiro obteve, particularmente o Ministério da Saúde, por intermédio do Ministro José Serra, na luta pelas patentes de medicamentos para o combate à Aids, uma conquista que serve ao povo brasileiro, mas que, na realidade, é uma conquista de toda a humanidade. O Senador Tião Viana pode confirmar essa vitória, pois, como médico, conhece muito mais sobre esse problema do que eu.

Fiz questão de iniciar o meu discurso, começando pelas derrotas, pelos obstáculos, pelos empecilhos que o nosso povo está vivendo nos últimos meses. Acredito que essa é uma vitória importante, resultado de uma política correta, e acaba com essa história de que o Governo não precisa ter políticas setoriais claras e definidas para poder agir. Creio que, no caso da Aids, o programa brasileiro já é reconhecido internacionalmente. E agora, ao enfrentar essa luta de patentes, que é uma questão de humanidade – pois quando olhamos, por exemplo, para os países irmãos nossos na África e presenciamos a situação dessa doença e a dificuldade do povo e dos governos, pela falta de recursos na compra de medicamentos extremamente caros –, admitimos que conseguimos uma vitória.

Essa nova posição dos Estados Unidos sinaliza, inclusive, para que possamos pensar a questão das

patentes, que são importantes. Não precisamos ter uma visão dura, truculenta e ignorante em relação ao tema, porque a propriedade do conhecimento, do estudo, do avanço científico é importante, pois precisamos de dinheiro para financiar a ciência e tecnologia, mas precisamos diferenciar muito o que é um avanço na Internet, na informática, em várias outras áreas do conhecimento, do que é um avanço em relação ao conhecimento no tratamento de uma doença como essa, gravíssima, no mundo inteiro e a dificuldade que os países mais pobres têm em adquirir esses medicamentos.

Essa é uma vitória do Governo brasileiro e da humanidade, que podemos comemorar num momento tão difícil. Desde ontem, quando recebi a notícia, conscientizei-me de que tinha que vir à tribuna, hoje, registrar o fato, porque a vida se faz nessa dicotomia: perdemos aqui, ganhamos ali; o importante é ganhar um pouco mais do que perder e continuar avançando, avançando no conhecimento, no saber, na democracia e, principalmente, na possibilidade de acesso de todos aos mercados e aos benefícios que os avanços científicos e tecnológicos permitem ao ser humano e deveriam permitir a todo cidadão.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Concedo um aparte, com carinho, ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Eminentíssimo Senador Paulo Hartung, quero partilhar do seu entusiasmo, do seu reconhecimento a essa conquista do povo brasileiro, do Ministério da Saúde, em relação a uma reação positiva do governo americano à luta que trava o povo brasileiro em favor da universalização do atendimento aos pacientes vítimas do vírus da Aids. Isso é fruto de uma luta obsessiva, eu diria, do povo brasileiro, dos movimentos sociais não organizados, que encontrou plena sensibilidade no Ministério da Saúde, na gestão do Ministro José Serra e encontrou uma percepção no tempo mais oportuna ainda do Ministro Jamil Haddad, quando, em 1993, apresentou uma portaria atendendo a um debate da Organização Mundial de Saúde, apontando a alternativa de redução de custo de medicamentos e que os genéricos pudessem passar a ser olhados pelos países periféricos como uma prioridade. Essa conquista vem ao encontro deste momento em que a Organização das Nações Unidas reúne 130 países que, de maneira elevada, com grande senso de responsabilidade, demonstra a dor, como V. Ex^a muito bem expressa aqui,

em relação a situação da África. Pior do que ocorreu no Holocausto, em que seis milhões de pessoas morreram, são 22 milhões de cidadãos vítimas da Aids, sendo 17 milhões de africanos. Botswana, por exemplo, tem 38,8% de sua população infectada pelo vírus da Aids, o que demonstra a tragédia humana em que se transformou essa doença para as populações pobres. Aí começou esse grande debate em torno do que é o acesso exclusivo à propriedade intelectual, herdada por um esforço – é bom que se diga – das multinacionais. Uma multinacional, para desenvolver um medicamento, gasta no mínimo US\$16 milhões da fase 0 à fase 5, por que é assim que consegue chegar ao ponto de colocar no mercado um determinado produto e com isso objetivar o retorno do seu investimento financeiro. Porém, penso que ela não pode abrir mão de princípios éticos e morais. Nesse caso, o Brasil ousou enfrentar, na condição de um país periférico ainda, um debate com países poderosos, do centro das decisões mundiais, e conseguiu sensibilizar a comunidade internacional, creio que de maneira feliz, o que envaidece a todos nós brasileiros e ao Senado Federal. Entendo que deve servir de exemplo essa digna ação parlamentar, que foi o Projeto de Lei do Senador José Sarney, que fez com que sensibilizássemos um Ministério, chegássemos à OMC e às instituições internacionais, a fim de defender o acesso universal ao tratamento da Aids. Parabéns pelo seu brilhante pronunciamento.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Senador Tião Viana, como eu disse a V. Ex^a, incorpo-ro com muito carinho o seu aparte. V. Ex^a, como especialista na área – o que não é o meu caso -, de certa forma, transformou o meu discurso em um aparte.

Senador Tião Viana, há uma reflexão muito interessante embutida nisso tudo. A negociação internacional é muito difícil em um País em desenvolvimento como o nosso. Estamos assustados – e não sem razão – com o debate sobre a Alca. Essa questão faz aflorar a idéia de que devemos nos preparar para o debate internacional com boas idéias, com boas causas e bem fundamentadas. É evidente que há as canelas dos poderosos – e também havia nesse caso -, mas o grande desafio do País, hoje, é se preparar para debater a Alca e para fortalecer o Mercosul como espaço geográfico, cultural e econômico importante, até para o fortalecimento do nosso País e dos nossos vizinhos.

Está posta a idéia de troca de complementariedade na questão energética. Devemos fortalecer no-

vamente a idéia do Mercosul. O episódio das patentes traz essa experiência.

Da mesma forma que venho a esta tribuna, de vez em quando, criticar o Governo, quero saudar o Governo, o Ministro José Serra por essa atitude. V. Ex^a ressaltou com muita inteligência de que não se trata de uma questão de política de Governo. O Governo teve a sensibilidade de captar os movimentos do Congresso Nacional e da sociedade. É um fato muito positivo, que temos que comemorar. Não é uma hora boa para comemorações porque há muitas notícias ruins diariamente na vida do nosso povo, da nossa gente, mas temos o que comemorar.

O Sr. Geraldo Melo (Bloco/PSDB – RN) – Senador Paulo Hartung, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Concedo o aparte, com carinho, a V. Ex^a.

O Sr. Geraldo Melo (Bloco/PSDB – RN) – Senador Paulo Hartung, desejo congratular-me com V. Ex^a pelo pronunciamento que faz. Considero seu pronunciamento modelar, partindo de uma voz da Oposição. Na realidade, V. Ex^a não sente dificuldade em assomar à tribuna do Senado Federal para fazer um pronunciamento que não deixa de ser um reconhecimento a uma postura inatacável do Governo Federal, do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e uma demonstração clara de que somos, hoje, um País que se move no cenário internacional sem complexos de inferioridade. Na realidade, tivemos de vencer obstinada reação de um país que, hoje, sem dúvida, é a Nação reitora do mundo, sob todos os aspectos e em todos os planos. Isso não nos intimidou. A ação obstinada do Ministro José Serra, a sua competência, a sua qualificação, a sua capacidade de discutir, de negociar, de articular juntou-se – justiça seja feita – ao trabalho silencioso e eficiente do Itamaraty, que se integrou nessa luta, que apoiou as discussões em todos os planos, no plano político e no plano técnico, para que a Humanidade, não apenas o povo brasileiro, possa recolher a grande notícia com a qual amanhecemos hoje no Brasil. Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade de me manifestar. Faço do discurso de V. Ex^a um instrumento para chegar também a minha voz de aplauso e de congratulação ao Ministro José Serra, aos diplomatas brasileiros e ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso pela maneira corajosa e competente com que agimos, por intermédio deles, nesse episódio. Muito obrigado.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Senador Geraldo Melo, também acoelho o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento. V. Ex^a traz um elemento

novo, do qual estava me esquecendo. É importante registrar no contexto deste discurso que, muitas vezes, nós pedimos e reivindicamos uma certa modernização da nossa diplomacia, até porque as relações comerciais, principalmente no mundo, evoluíram muito rápido. A impressão que ficou é que a nossa diplomacia, em determinado momento, ficou um pouco despreparada para algumas tarefas. Creio que esse também é um caso a ressaltar, ou seja, o empenho, a competência, a ousadia e a ação da diplomacia brasileira. V. Ex^a, em bom tempo, corrigiu essa omissão do meu pronunciamento.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Concedo um aparte ao Senador Saturnino Braga, com muita satisfação.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Esse aparte, Senador, também é para cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento que, mais uma vez, revela o seu espírito público, acima de ligações partidárias. É importante reconhecer, sim, essa vitória, que foi da Nação brasileira, do povo brasileiro, especialmente, tão necessitado dela, mas foi também uma vitória do Governo, vamos reconhecer, do Ministro José Serra, que tanto lutou por isso, e do Itamaraty, que manifesta a sua alta competência, a sua capacidade de negociação, que, a meu juízo, anda um tanto tolhida pelas autoridades econômicas na negociação do campo econômico. Creio que o Itamaraty, se estivesse um pouco mais desenvolvido e livre para negociar, conseguiria posições melhores para o Brasil na negociação econômica também. Mas, nesse caso, revelou-se, na sua inteireza, a competência tradicional, histórica, reconhecida do Itamaraty, e obtivemos uma vitória, que é da razão e da Justiça. Não valeu aí nenhuma pressão de natureza econômica ou de poder, foi uma vitória da razão e da Justiça, e temos que cumprimentar o Governo. E parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Senador Roberto Saturnino, obrigado pelo aparte.

Ao terminar o meu pronunciamento, Sr. Presidente, gostaria de reapresentar um tema que abordei hoje cedo na Comissão de Assuntos Econômicos, quando lá apreciamos e tivemos o primeiro ensaio de discussão sobre a Alca. O Senador Lúcio Alcântara apresentou uma moção, fixando condicionantes à nossa participação ou não na Área de Livre Comércio das Américas. Naquela comissão, como Relator inclusive da proposta de S. Ex^a, enfiquei uma idéia que

quero agora, em plenário, apresentar à Casa e ao Presidente Jader Barbalho.

Creio que estamos chegando ao final de um período legislativo. Entraremos em recesso a partir da próxima semana e, rapidamente, estaremos de volta.

O primeiro semestre foi de muito tumulto e de muita dificuldade nesta Casa. Não digo que perdemos tempo, por que isso não existe na vida política de um povo. Avança-se muitas vezes por caminhos muito distintos, mas perdemos a articulação de uma agenda para esta Casa.

Hoje eu o disse na CAE e vou repetir na presença do Presidente Jader Barbalho: poderíamos enviar esforços para, no início do próximo período legislativo, elaborar uma agenda para esta Casa. Não apenas uma agenda de votação desse ou daquele projeto. É importante, por exemplo, viabilizar a Lei das S.As e outros projetos relevantes que estão tramitando nesta Casa. Mas creio também que deveríamos ter uma agenda de debates sobre temas que interessam ao nosso País.

Concluindo, Sr. Presidente, entendo que a Alca é um desses temas importantes e que pode mobilizar inteligências, a Academia, agregando valor intelectual a esse processo de discussão.

Fica aqui esta modestíssima colaboração ou contribuição: a tentativa de estabelecermos, no próximo período, uma agenda de votação de projetos e de debates de temas importantes que interessem não apenas às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, mas que interessasse profundamente à sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Hartung, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Freitas Neto.

Durante o discurso do Sr. Paulo Hartung, o Sr. Freitas Neto, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jader Barbalho, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra a V. Ex^a por cinco minutos.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, V. Ex^{as} acompanharam o noticiário da mídia, que me submeteu a um verdadeiro linchamento moral, sem

que houvesse nenhuma acusação formal e concreta contra mim e sem eu ter deixado nenhuma das insinuações sem resposta.

Quinta-feira, fui procurado pela repórter Ana D'angelo, da revista **Veja**, que trouxe um assunto que me deixou absolutamente perplexo. Ela me pedia explicações sobre o que eu tinha ido fazer na casa do Sr. José Osmar Borges, um dos principais implicados ou alvo de investigações do escândalo Sudam e que fora alvo de investigações quando era eu Ministro da Integração Nacional.

Ainda traumatizado com os efeitos desse tipo de insinuação e ilação, apressei-me em enviar, depois de ter respondido a essa jornalista, que jamais estivera naquela casa; que jamais estivera pessoalmente com esse senhor, o qual não conheço e que nem sequer falei com ele por telefone. Assim mesmo, ela insistia que tinha provas de que eu estivera naquela casa – mesmo sabendo que visitar a casa de quem quer que seja, mesmo a de um bandido, não constitui um crime.

Passei um fax ao Sr. Tales Alvarenga, editor da revista **Veja**, nos seguintes termos:

Indagado por telefone pela repórter Ana D'Angelo, da sucursal de **Veja** em Brasília, hoje, dia 21/06/01, às 17h30, se estivera por cinco vezes na residência do Sr. José Osmar Borges, respondi de forma veemente que jamais estive pessoalmente ou sequer falei por telefone com este senhor e muito menos estive em sua residência, cujo endereço me foi por ela informado.

Indignado, perguntei-lhe a procedência de tão inverídica afirmativa e obtive como resposta que tomaria conhecimento pela matéria a ser publicada.

Reafirmo o que respondi à repórter e espero que, de forma responsável, seja feita segura apuração da versão antes de torná-la pública, sob pena de que danos morais possam ser, de forma irreparável, causados a mim.

Grato por sua atenção, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Senador Fernando Bezerra.

Nem ao menos uma resposta recebi do editor da **Veja**. Recebi, sim, como resposta, uma publicação em que a jornalista afirma que, tendo mostrado foto-

grafias minhas a esse senhor, ele afirma que eu havia ido a tal endereço.

Depois, por iniciativa de um repórter da Record, em matéria divulgada hoje em um programa chamado Fala, Brasil, esse caseiro disse que foi pressionado pela repórter da revista **Veja** e que jamais me vira naquela casa.

Para que não paire nenhuma dúvida sobre as minhas atitudes, Sr. Presidente, quero levar ao conhecimento desta Casa o vídeo que foi produzido pela TV Record e me coloco inteiramente à disposição da Comissão de Ética, da Mesa desta Casa ou de qualquer um dos Srs. Senadores para que, na minha presença, esse caseiro afirme se estive ou não nesta Casa, como acusa na matéria publicada pela revista.

Era esse o esclarecimento que eu queria trazer a esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho.) – Senador Fernando Bezerra, receba a solidariedade da Presidência.

Alguns órgãos da imprensa neste País se consideram acima do bem e do mal e pensam que o que publicam tem que ser verdade, em relação a V. Ex^a, ao Presidente da Casa ou a qualquer outro homem público neste País.

Enquanto o Congresso Nacional não tiver a coragem de aprovar uma Lei de Imprensa, que não a toalha, mas que estabeleça responsabilidades, V. Ex^a e qualquer outro homem público serão alvos dessa sanha irresponsável.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho.) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesta tarde, na antevéspera do recesso parlamentar, para falar sobre um assunto da mais alta gravidade, pelo menos no que se refere à palavra dada pelos homens públicos.

Se os políticos, hoje, não dispõem da credibilidade de que a sociedade exige numa democracia, o Presidente da República seria o primeiro a dar o exemplo.

Todas as Senhoras e os Senhores deste Senado se recordam muito bem de que, durante sete anos, o Congresso Nacional lutou com unhas e dentes, de forma brava e destemida, no sentido de colocar à disposição do setor saúde os recursos indispensáveis ao seu bom funcionamento, de forma permanente, efetiva, eficaz e duradoura.

forma brava e destemida, no sentido de colocar à disposição do setor saúde os recursos indispensáveis ao seu bom funcionamento, de forma permanente, efetiva, eficaz e duradoura.

Inclusive, em 1995, quando cheguei ao Senado Federal, comecei a desencadear a luta em favor do aumento de recursos do setor saúde. Tanto isso é verdade que apresentamos uma emenda constitucional que, em parte, foi aceita pela Câmara e pelo Senado e que reduziu, por meio dessa luta, na aprovação de uma proposta de emenda constitucional, traduzida na Emenda Constitucional nº 29, que se encontra em plena vigência.

Sr. Presidente, o problema é que as Lideranças da Câmara e do Senado, na época da discussão da PEC da saúde, fizemos um acordo com as Lideranças do Governo no sentido da aprovação daquela matéria, assumindo este a responsabilidade de destinar para o setor da Saúde, a partir do ano 2000, 5% além daquilo que foi empenhado no exercício de 1999, e, a partir de 2001, o aumento seria de acordo com a variação do Produto Interno Bruto da Nação.

Acontece, Sr. Presidente, que agora o Ministério da Fazenda houve por bem determinar que os recursos destinados à Saúde do Brasil, daqueles que dependem do SUS, serão revistos apenas de acordo com a variação do PIB, mas levando em conta aquilo que foi empenhado no exercício de 1999.

Sr. Presidente, essa é uma medida estarecedora, contrária à Constituição, que mostra bem como esse Governo não tem nenhum compromisso com o social nem tem palavra, porque palavra empenhada é algo que precisa ser respeitado. Infelizmente, neste País, até o próprio Presidente da República se esquece da palavra empenhada. Tanto isso é verdade, Sr. Presidente, que por determinação do Presidente da República foi elaborado um parecer da Advocacia Geral da União, que confirma a decisão do Ministério da Fazenda. Com essa decisão do Governo contra a Saúde do povo pobre do Brasil, haverá uma perda, no exercício de 2001, de R\$1,1 bilhão; no de 2002, ela será de R\$1,21 bilhão; no de 2003, de R\$1,333 bilhão, e no de 2004, de R\$1,46 bilhão.

O Senhor Presidente, de forma nodosa, dá uma interpretação errônea e equivocada à Constituição Federal, quando sabemos que as doenças endêmicas estão acontecendo no Brasil, desde a dengue até a tuberculose. Lembro, no ano passado, um relatório acachapante a respeito da pobreza reinante neste País, não somente no Nordeste do Brasil, onde a tuberculose prolifera, mas também na periferia do Rio de Janeiro,

um dos Estados mais ricos da Federação, cuja mortalidade se agravou, no ano de 1999, justamente pela falta de destinação de recursos, pelo Governo Federal, para o setor da Saúde.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Concedo o aparte ao nobre Senador Tião Viana, médico conceituado e Senador, um dos grandes defensores da nossa proposta para a Saúde, da qual fui Relator. Lamentavelmente, Sr. Presidente, estou mais uma vez decepcionado com o Governo, que além de não cumprir sua palavra, quer enterrar de uma vez por todas a nossa Constituição Federal.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Carlos Valadares, quero participar com muita honra e responsabilidade do pronunciamento de V. Ex^a. Aqui dou meu testemunho do desvelo e do grande esforço de V. Ex^a para ver aprovada uma proposta de emenda à Constituição que pudesse ter como consequência mais investimentos para o setor de Saúde. V. Ex^a partilhou do sentimento dos Deputados Carlos Mosconi, do PSDB, e Eduardo Jorge, e cumpriu de maneira elevada o seu papel de Senador da República, defendendo também essa matéria. No Senado Federal, recebemos, com uma sensibilidade quase que unânime, o apoio a essa emenda à Constituição. O Governo Federal também fez seu esforço e expressou a sua responsabilidade com a aprovação da matéria. Além disso, inseriu-se uma participação dos Estados e dos Municípios, investindo-se recursos, de maneira clara e definitiva, para o setor de Saúde. No entanto, quando chegamos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, há uma situação trágica: o Governo Federal anuncia que não irá cumprir o que norteou a discussão da aprovação da Emenda nº 29, que seria o empenhado no ano anterior mais a variação nominal do PIB. A consequência disso é uma perda de um bilhão e duzentos milhões neste ano, e nos anos subsequentes, de um bilhão e cem milhões, num total de R\$6 bilhões até 2004. Eu só posso entender isso como um rasgar da Constituição Federal. Se compararmos o significado disso, vamos ver que o mundo inteiro hoje, para salvar trinta e seis milhões de pessoas que são vítimas da Aids e 100 milhões que estarão infectadas, até o ano 2005 quer investir US\$ 10 bilhões por ano. Nós temos um orçamento anual de R\$10 bilhões no Ministério da Saúde e quer-se diminuir a progressão de investimentos para esse setor. Essa quantia é o que o Governo americano gasta com uma doença, chamada choque infeccioso. Eu não posso entender

que se fale com orgulho que estamos tentando colocar crianças na escola, enquanto se deixam pessoas morrerem por falta de atendimento de uma receita de medicamento que, às vezes, custa menos de R\$5, porque não há uma política definitiva de prioridade absoluta e real para o setor de Saúde. Quando eu falo isso, não quero dizer que o setor de Saúde não se tenha recuperado de suas perdas, dentro do esforço da gestão do atual Ministro da Saúde, mas é lamentável que haja um descumprimento daquele esforço, que envolveu toda a responsabilidade do Parlamento brasileiro na aprovação da Emenda nº 29. Parabéns pelo seu grito e pelo seu desabafo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Senador Tião Viana, para comprovar a insensibilidade do Governo e a sua falta de palavra, aqui está o Parecer da Advocacia-Geral da União, que foi dado não por iniciativa da própria Advocacia, mas do Presidente da República:

I A Consulta

De ordem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o Excelentíssimo Senhor Chefe da Casa Civil da Presidência da República, por intermédio do AVISO nº 2.183/Gab-Ccivil/PR, de 7 de dezembro de 2.000, remete à apreciação do Excelentíssimo Senhor Advogado-Geral da União o Parecer PGFN/CAF/Nº 2.561/2000, também de 7 de dezembro de 2000, com que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, atendendo à consulta formulada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, opina ... (a respeito desse assunto a que me referi)

Sr. Presidente, o documento é extenso e já estou concluindo o meu pronunciamento, uma vez que, daqui há pouco, o Congresso Nacional se reunirá, mas quero deixar aqui o meu mais veemente protesto diante dessa absurda decisão do Ministério da Fazenda, instado pelo próprio Presidente da República, e da Advocacia-Geral da União. Estamos solidários com o povo que necessita de recursos para o atendimento de suas necessidades básicas no setor de Saúde.

Está aqui o Relatório da reunião do Conselho Nacional de Saúde de que, em determinado trecho, diz o seguinte:

Ora, quando se imaginava que a vinculação constitucional, pela EC– 29, de 2000, ainda que não sendo uma solução definitiva, pois estabelecerá uma sistemática

de incrementos mínimos ao orçamento do SUS, vêm o Ministério da Fazenda e a Advocacia-Geral da União tentar piorar as condições do acordo político feito no Congresso para viabilizar a aprovação da EC-29.

E continua:

Caso prevaleça a interpretação do Ministério da Fazenda e da AGU, já na reformulação da Proposta Orçamentária para 2002, o prejuízo será de aproximadamente R\$1 bilhão e duzentos milhões somente agora, no ano de 2001.

E para encerrar, Sr. Presidente, fazemos o dever do registro das duas emendas apresentadas na Comissão de Orçamento e que, por pressão do Governo, lamentavelmente, não foram aprovadas. Mas ainda hoje, na sessão do Congresso Nacional, não só as Oposições mas todos aqueles Senadores e Deputados comprometidos com a saúde no Brasil vão apresentar destaques.

Sr. Presidente, refiro-me às emendas dos Deputados Federais do PC do B, Sérgio Miranda, e do PMDB, Darcísio Perondi, que procuram, por intermédio do processo legislativo, retificar esse erro monstruoso que está sendo cometido pelo Governo contra a saúde do povo brasileiro, que precisa do SUS.

Portanto, Sr. Presidente, peço que esses documentos façam parte dos Anais da Casa, como prova irrefutável de que esse Governo não tem palavra.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDOS NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29

Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A alínea e do inciso VII do art. 34 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34. ”

“VII –”

“e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.” (NR)

Art. 2º O inciso III do art. 35 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35.”

“III – não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde;” (NR)

Art. 3º § 1º do art. 156 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 156.”

“§ 1º Sempre juízo da progressividade do tempo a que se refere o art. 182, § 4º inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá:” (NR)

“I – ser progressivo em razão do valor do imóvel; e” (AC) (*)

“II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.” (AC)

“.....”

Art. 4º O parágrafo único do art. 160 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 160.”

“Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos:” (NR)

“I – ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias;” (AC)

“II – ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, incisos II e III.” (AC)

Art. 5º O inciso IV do art. 167 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 167.”

“IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, e 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;” (NR)

“.....”

Art. 6º O art. 198 passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 198.”

“1º (parágrafo único original)...”

“§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde re-

ursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre.” (AC)

“I – no caso da União, na forma definida nos termos da lei complementar prevista no § 3º” (AC)

“II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159 in cisso I, alínea **a**, e inciso II, de duzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;” (AC)

“III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea **b** e § 3º” (AC)

“§ 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá:” (AC)

“I – os percentuais de que trata o § 2º” (AC)

“II – os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;” (AC)

“III – as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;” (AC)

“IV – as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União.” (AC)

Art. 7º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 77:

“Art. 77. Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:” (AC)

“I – no caso da União:” (AC)

“a) no ano 2000, o montante empenhado em ações e serviços públicos de saúde no exercício financeiro de 1999 acrescido de, no mínimo, cinco por cento;” (AC)

“b) do ano 2001 ao ano 2004, o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto – PIB;” (AC)

“II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea **a**, e inciso II, de duzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; e” (AC)

“III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea **b** e § 3º” (AC)

“§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que aplicarem percentuais inferiores aos fixados nos incisos II e III de verão elevá-los gradualmente, até o exercício financeiro de 2004, reduzida a diferença à razão de, pelo menos, um quinto por ano, sen do

que, a partir de 2000, a aplicação será de pelo menos sete por cento.” (AC)

“§ 2º Dos recursos da União apurados nos termos deste artigo, quinze por cento, no mínimo, serão aplicados nos Municípios, segundo o critério populacional, em ações e serviços básicos de saúde na forma da lei.” (AC)

“§ 3º Os recursos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados às ações e serviços públicos de saúde e os transferidos pela União para a mesma finalidade serão aplicados por meio de Fundo de Saúde que será acompanhado e fiscalizado por Conselho de Saúde, sem prejuízo do disposto no art. 74 da Constituição Federal.” (AC)

“§ 4º Na ausência da lei complementar a que se refere o art. 198, § 3º, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-á à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o disposto neste artigo.” (AC)

Art. 8º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de setembro de 2000.

Mesa da Câmara dos Deputados	Mesa do Senado Federal
Deputado Michel Temer	Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente	Presidente
Deputado Heráclito Fortes	Senador Geraldo Melo
1º Vice-Presidente	1º Vice-Presidente
Deputado Severino Cavalcanti	Senador Ademir Andrade
2º Vice-Presidente	2º Vice-Presidente
Deputado Ubiratan Aguiar	Senador Ronaldo Cunha Lima
1º Secretário	1º Secretário
Deputado Nelson Trad	Senador Carlos Patrocínio
2º Secretário	2º Secretário
Deputado Jaques Wagner	Senador Nabor Júnior
3º Secretário	3º Secretário
Deputado Efraim Morais	
4º Secretário	

PARECER Nº AGU-SF-4/2000

(Anexo ao Parecer nº GM-016)

PROCESSO Nº 004900.002916/2000-08

ORIGEM: Casa Civil da Presidência da República

ASSUNTO: Pedido de audiência à Advocacia-Geral da União para que seja dirimida a controvérsia jurídica quanto aos valores mínimos que a União deverá aplicar em ações e serviços públicos de saúde, **ex vi** da melhor interpretação do art. 77, inciso I, alínea **b**, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 13 de setembro de 2000.

EMENTA: Piso a ser aplicado pela União para o custeio de ações e serviços públicos de saúde. A melhor exegese do art. 77,

inciso I, alínea **b**, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, acrescentada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000. A melhor interpretação do dispositivo constitucional da alínea **b** do inciso I do artigo 77 do A.D.C.T. da C.F. é no sentido de que, nos exercícios financeiros posteriores ao exercício de 2000, do ano de 2001 ao ano de 2004, a União aplicará, a título de piso, ou seja, no mínimo, nada impedindo, obviamente, que aplique mais, de acordo com as necessidades e a disponibilidade do Tesouro, o equivalente ao valor apurado no ano anterior, vale dizer, o valor apurado no ano 2000, isto é, o montante empenhado nessas ações e nesses serviços públicos no exercício financeiro de 1.999, acrescido de, no mínimo, cinco por cento, corrigido, ainda, sucessiva e cumulativamente pela variação nominal do Produto Interno Bruto PIB.

Parecer

I – A Consulta

De ordem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o Excelentíssimo Senhor Chefe da Casa Civil da Presidência da República, por intermédio do Aviso nº 2.183/Gab-Ccivil/PR, de 7 de dezembro de 2000, remete à apreciação do Excelentíssimo Senhor Advogado-Geral da União o Parecer PGFN/CAF/Nº 2.561/2.000, tam bém de 7 de dezembro de 2000, com que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, atendendo a consulta formulada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, opina sobre qual seria a correta interpretação a ser dada ao inciso I, alínea **a** e **b** do artigo 77 do Ato das Disposições Transitórias da Carta Política de 1988, preceptivo acrescentado pelo artigo 7º da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, que cuida da metodologia de cálculo dos recursos mínimos a serem aplicados pela União nas ações e serviços públicos de saúde.

2. A Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, altera os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

3. Vejamos as alterações efetuadas pelo artigo 6º da E.C. 29/00 no artigo 198 do Estatuto Político no que respeita diretamente à União, e, especialmente, o preceptivo do artigo 77 do A.D.C.T. da C.F./88, introduzido pelo artigo 7º da mesma Emenda Constitucional:

“Art. 6º O art. 198 passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 198.”

“§ 1º (parágrafo único original).....”

“§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:

I no caso da União, na forma de fin das nos termos da lei complementar prevista no § 3º;“

(.....)

“§ 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá:

“I os percentuais de que trata o § 2º;”

“II os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;”

“III as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;”

“IV as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União.”

“Art 7º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 77:

“Art. 77. Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:

“I no caso da União:

a) no ano 2000, o montante empenhado em ações e serviços públicos de saúde no exercício financeiro de 1999 acrescido de, no mínimo, cinco por cento;

b) do ano 2001 ao ano 2004, o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto PIB;”

(.....)

“§ 2º Dos recursos da União apurados nos termos deste artigo, quinze por cento, no mínimo, serão aplicados nos Municípios, segundo o critério populacional, em ações e serviços básicos de saúde, na forma da lei.

“§ 3º Os recursos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados às ações e serviços públicos de saúde e os transferidos pela União para a mesma finalidade serão aplicados por meio de Fundo de Saúde que será acompanhado e fiscalizado por Conselho de Saúde, sem prejuízo do disposto no art. 74 da Constituição Federal.

§ 4º Na ausência da lei complementar a que se refere o art. 198, § 3º, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-á à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o disposto neste artigo.”

II – A Controvérsia Jurídica

3. Do Parecer da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional de nº 2.561/2.000, que conta com a anuência do Senhor Ministro da Fazenda, extraio as seguintes passagens:

“4. Assim, criou o legislador constitucional a obrigação de os entes políticos aplicarem percentual mínimo de recursos em ações e serviços públicos de saúde, definindo desde logo, para os Estados e Municípios, qual é a base de cálculo dessa obrigação (receitas próprias tributárias e transferências constitucionais) e encaminhando à lei complementar o estabelecimento dos percentuais.

Para a União, inclusive, a base de cálculo ficou a cargo do legislador complementar.

5. Adicionalmente, estabeleceu o Poder Legislativo a regra para determinação dos montantes mínimos portanto, independente da lei complementar a serem aplicados nos anos de 2000 a 2004.

6. Teve-se ainda o cuidado de já fixar o valor mínimo da obrigação a partir de 2005, na eventualidade de, até lá, não haver sido promulgada a lei complementar prevista constitucionalmente.

7. Diante desse quadro, indaga-se qual é a obrigação constitucional da União.

8. Com efeito, para o exercício de 2000, na literalidade do art. 7º, I, a, do ADCT, é o montante empenhado em ações e serviços públicos de saúde em 1999 acrescido de, no mínimo, cinco por cento.

9. Para os anos de 2001 a 2004 (e, de 2005 em diante, até que promulgada a lei complementar competente), será o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto PIB.

10. Efetivamente, “Valor apurado no ano anterior” é, para 2001, o valor calculado na forma do art. 7º, I, a, do ADCT. Daí por diante, basta aplicar-se a variação do PIB.

11. E nem poderia ser de outra forma.

12. O comando é claro: estabelecido o piso inicial (para 2000), o valor mínimo do gasto, para os anos subsequentes, depende de decisão do administrador público e, portanto, do efetivamente realizado, vinculando-se, isso sim, a indexador relativo ao comportamento da economia nacional, o PIB.

13. Tal critério guarda consonância com o determinado para Estados e Municípios, que têm sua aplicação mínima vinculada à variação da arrecadação. Neste caso, composta a arrecadação de tributos próprios e transferências constitucionais, o indexador, como regra geral, refletirá tanto o comportamento da economia nacional quanto da local.

14. Admitir-se que “valor apurado” signifique efetivamente empenhado no ano anterior é dar ao administrador a oportunidade de, descumprindo o comando constitucional em um ano, afetar o cálculo do mínimo da obrigação para o exercício seguinte e assim sucessivamente. O legislador constitucional não delegou nem quis delegar tal discricionariedade ao poder Executivo.

4. Instada a se manifestar acerca da interpretação do artigo 77 inciso I alíneas a e b do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, preceito introduzido pelo artigo 7º da E.C. 29/00, através do Ofício nº 2.379/AGU/SG/2000, de 8 de dezembro de 2000, a Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde, por meio do Parecer CONJUR/MS/EL Nº 847/2000, de 19 de dezembro de 2000, assim se pronunciou sobre o Parecer da PGFN em exame:

“A conclusão que, ali, se chegou é a de que o valor resultante da aplicação da regra constante da alínea a é o parâmetro para o cálculo do volume dos recursos a serem injetados no setor nos

anos subseqüentes, a sugerir a idéia de uma remissão não expressa no texto. Esse raciocínio já importa em distinguir onde não se distinguiu, tarefa defesa ao aplicador do direito, segundo a boa regra de hermenêutica, pena de constituir inovação legislativa, introduzida pela via interpretativa.

Longe da pesquisa de expressões subentendida, cumpre, ao revés, com si de rar o texto dentro do contexto em que se insere, no caso, a partir de uma premissa básica: a da destinação de recursos mínimos, donde admissível, em princípio, o incremento dos valores a cada ano para além da simples incidência da variação do PIB sobre os resultados do exercício antecedente.

Não se trabalha, aqui, com a idéia de teto, senão de piso, que é, pois, o norte para onde deve apontar todo o esforço de interpretação, na razão da expectativa de que, segundo o desempenho da receita, possa ocorrer, no futuro e no interregno considerado pela Emenda, um crescimento dos aportes à saúde pública, como se deseja e como foi a intenção desencadeadora do processo de aprovação da mencionada Emenda Constitucional.

As conclusões do parecer sob exame vão em sentido diametralmente oposto, ao aferrar o crescimento de recursos para a saúde à simples variação do PIB, sem considerar aumentos reais ocorridos em função de outras variáveis, como, por exemplo, uma melhor performance do aparelho arrecadador ou a expansão da demanda de serviços de saúde, quando nada, por decorrência da elevação do contingente populacional.

A questão está em saber qual é o sentido da expressão "valor apurado", encontrada no texto em exame que, não tendo sentido técnico, comporta divagações sobre a sua real abrangência, embora não haja discordância em relação a um de seus elementos integrativos, vale dizer, o montante das despesas empenhadas.

Note-se que as alíneas em comendo usam termos diferentes para significar a soma sobre que incidirão os índices de crescimento do orçamento da saúde, já a induzir que o seu cálculo difere-se em uma e outra; na primeira, dispensável a apuração, porque se trata de valor previsível, ou seja a soma dos empenhos emitidos à conta do orçamento do exercício de 1999; na segunda, a apuração é necessária para que se estabeleça qual foi o real montante empenhado no exercício anterior, base para a incidência da variação do PIB, justamente porque poderá exceder a previsão inicial, nos termos da primeira.

O entendimento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional estaria absolutamente correto, se a alínea **b** ao invés de referir-se a "valor apurado no exercício anterior", adotasse aquele expresso pela alínea **a**. Esse raciocínio até poderia ser admissível no ano 2001, mas estaria completamente comprometido no exercício de 2002. Qual seria o valor apurado no exercício anterior a 2002? Não haveria de ser apenas o empenhado em 1999, adicionado de 5% da variação no PIB em 2001, como sugere a interpretação do Ministério da Fazenda, porque esse não será, de cetero, de cetero, o "valor apurado no exercício anterior", que será sempre o valor

nele empenhado, computados, é óbvio, os acréscimos resultantes da abertura de créditos adicionais. Como a interpretação a que se chegar valerá para os quatro exercícios, se que se que, nem para 2001, é possível considerar-se apenas o valor empenhado em 1999, acrescido de Solo, para a incidência da variação do PIB em 2000.

Outra conclusão apontaria na direção oposta à da iniciativa de dar tratamento em sede constitucional ao assunto, estabelecendo-se a regra rígida de contensão dos gastos em saúde, quando se quis, bem ao contrário, garantir um mínimo indispensável para o financiamento de suas ações e serviços, sem qualquer empecilho para o seu incremento, desejável sob todos os títulos.

III – O Direito

5. As normas do artigo 198, § 2º, inciso I, e § 3º incisos I ao IV, da Constituição Federal, de forma truncada e confusa, em face das lamentáveis alterações da das pelo artigo 6º da Emenda Constitucional no 29/2000, parece rembuscado significar, no que se refere à União, que este ente aplicará, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, a título de piso, recursos de rivados da aplicação de percentuais sobre montante a ser calculado na forma definida nos termos de lei complementar, após, portanto, o início da vigência da lei complementar aí prevista, lei esta que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos.

6. Já o preceptivo do artigo 77 inciso I alíneas **a** e **b** do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da C.F./88, criado pelo artigo 7º da E.C. no 29/00, prevê, para em quanto não se fizer vigente a lei complementar retro mencionada, as normas de cálculo dos recursos mínimos a serem aplicados pela União nas ações e serviços públicos de saúde nos exercícios financeiros de 2000 a 2004.

7. A redação do preceito do artigo 77, caput, inciso I, alínea **a** do A.D.C.T. da C.F./88, embora contenha erro gramatical, no mais, não conduz a qualquer divergência. De fato, esse dispositivo constitucional quer expressar que, no exercício financeiro de 2000, a União aplicará, a título de piso, nas ações e serviços públicos de saúde, recursos equivalentes ao montante (e não o montante) empenhado nessas ações e nesses serviços no exercício financeiro de 1999, adicionando-se-lhe, no mínimo, cinco por cento sobre o valor encontrado.

8. Já a redação da regra do artigo 77, caput, inciso I, alínea **b** do A.D.C.T. da C.F./88, além de conter o mesmo erro gramatical, apresenta uma infelicidade adicional: a falta de clareza do seu significado, proporcionando interpretações díspares entre as Pastas da Fazenda e da Saúde quanto à qual base deve incidir a variação no PIB do Produto Interno Bruto – PIB, a partir do exercício financeiro 2001 até o de 2004 (ou do ano de 2005 em diante, se não promulgada a lei complementar constitucionalmente prevista).

9. Como já dito, não há divergência quanto aos cálculos para o ano 2000. O ponto crucial da questão situa-se na definição de qual seria a melhor interpretação do preceptivo da alínea **b** do inciso I do artigo 77 do A.D.C.T. da C.F., ou seja, como calcular o

valor mínimo, a ser aplicada pela União em ações e serviços públicos de saúde, para os anos posteriores?

10. Após a norma da alínea **a** do inciso I do artigo 77 do A.D.C.T. ter fixada a regra de cálculo para o ano de 2000, reza o dispositivo constitucional da alínea **b** do inciso I do mesmo artigo 77 que os recursos mínimos, a serem aplicados, pela União, nas ações e serviços públicos de saúde, serão equivalentes, do ano de 2001 ao ano de 2004, ao valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do PIB.

11. O Ministério da Fazenda parece entender que a expressão valor apurado no ano anterior significa o valor calculado para o ano 2000, vale repisar, o montante empenhado em ações e serviços públicos de saúde no exercício financeiro de 1999, acrescido de, no mínimo, cinco por cento, adicionando-se a esse valor em contradição, daí por diante, a variação do PIB.

12. Contrariamente, o Ministério da Saúde concebe que tal expressão, ou seja, o valor apurado no ano anterior, refere-se a cada um dos anos anteriores, e não a um ano fixo.

13. Pois bem, dúvida não há quanto à base de cálculo para o exercício de 2000, definida pela alínea **a** do inciso I do artigo 77 do A.D.C.T. da C.F. Já se está suando de saber que, para o ano de 2000, os recursos mínimos, aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, são o montante empenhado nessas ações e nesses serviços no exercício financeiro de 1999, acrescido de, no mínimo, cinco por cento.

14. A base de cálculo para o exercício de 2001 até o de 2004 está definida na alínea **b** do inciso I do artigo 77 do A.D.C.T. da C.F., vale repisar, o valor apurado no exercício anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto PIB.

15. De fato, ganha relevo, para o deslinde da melhor execução desse dispositivo constitucional, o descortino da expressão "o valor apurado no ano anterior".

16. A melhor interpretação aponta no sentido de que a primeira parte da expressão "o valor apurado no ano anterior" resulta de uma contagem. Observe-se que a única contagem definida no artigo 77 do A.D.C.T. da C.F./88 é "o montante empenhado em ações e serviços públicos de saúde no exercício financeiro de 1999 acrescido de, no mínimo, cinco por cento".

17. Quanto à segunda parte da expressão, ou seja, "no exercício anterior", a execução mais adequada da diretriz no sentido de se referir ao exercício financeiro de 2000, tratado no preceptivo logo acima, uma vez que, para que fosse considerado como exercício anterior cada um dos anos imediatamente antecedente ao ano cuja verba mínima de verba seria aplicada nas ações e nos serviços públicos de saúde por parte da União, a redação teria que ser outra, tal como: "o valor apurado em cada um dos exercícios imediatamente anteriores", isto é, a expressão teria que ser especificamente no plural de modo a alcançar a cada um dos exercícios.

18. Destarte, a melhor interpretação do dispositivo constitucional da alínea **b** do inciso I do artigo 77 do A.D.C.T. da C.F. é no sentido de que, nos exercícios financeiros posteriores ao exercício

de 2000, do ano de 2001 ao ano de 2004, a União aplicará, a título de piso, ou seja, no mínimo, nada impedindo, obviamente, que aplique mais, de acordo com as necessidades e a disponibilidade do Tesouro, o equivalente ao valor apurado no ano anterior, vale dizer, o valor apurado no ano 2000, isto é, o montante empenhado nessas ações e nesses serviços públicos no exercício financeiro de 1999, acrescido de, no mínimo, cinco por cento, corrigido, ainda, sucessiva e cumulativamente pela variação nominal do Produto Interno Bruto – PIB.

19. Ademais, deve ser ponderado que a interpretação da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde traz o inconveniente econômico para a governabilidade das necessidades do País ao acabar por estabelecer duas bases variáveis para os cálculos dos gastos mínimos nas ações e serviços públicos de saúde por parte da União: o valor real das despesas em cada ano no setor (que serviria como um dos elementos de cálculo para os dispêndios do ano seguinte) e a correção pela variação nominal do Produto Interno Bruto – PIB.

20. Muitas vezes, o real dispêndio em um determinado ano não corresponde às necessidades dos anos seguintes. Vejamos, por exemplo, a necessidade de abertura de créditos extraordinários em vultosos valores para atender a despesas específicas de saúde imprevisíveis e urgentes para um determinado ano, traria como consequência a obrigatoriedade de gastos, pelo menos, iguais nos anos seguintes, mesmo que já desaparecida a causa da despesa.

21. Pela interpretação considerada melhor, caso suceda necessidade de gastos com ações e serviços públicos de saúde acima do mínimo constitucionalmente assegurado, nada impede que a União aplique recursos mais elevados através de previsão de suas leis orçamentárias, ou de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, ou mesmo, extraordinários.

22. Afinal de contas, não deve ser descurado que a norma constitucional da alínea **b** do inciso I do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República do Brasil cuida de um piso e não de um teto para os dispêndios, por parte da União, com ações e serviços públicos de saúde para os exercícios financeiros de 2001 ao 2004, enquanto não editada lei complementar a respeito.

23. Traçou, ainda, o constituinte de relevância de já fixar a mesma norma de cálculo da alínea **b** do inciso I, artigo 77 do A.D.C.T. da C.F./88, para que se chegue ao valor mínimo da obrigação da União para com as ações e serviços de saúde a partir do exercício financeiro de 2005, na hipótese de, até lá, estar ausente a lei complementar constitucionalmente referida no artigo 198, § 3º.

IV – A Conclusão

24. Isto posto, concluo que a melhor interpretação do artigo 77, inciso I, alínea **b** do A.D.C.T. da C.F. é a que a exposta pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional com a incidência da correção sucessiva e cumulativa pela variação nominal do Produto Interno Bruto – PIB, conforme aqui complementado.

25. Vale, portanto, repetir que a melhor interpretação do dispositivo constitucional da alínea **b** do inciso I do artigo 77 do A.D.C.T. da C.F. é no sentido de que, nos exercícios financeiros posteriores ao exercício de 2000, do ano de 2001 ao ano de 2004, a União aplicará, a título de piso, ou seja, no mínimo, nada impedindo, obviamente, que aplique mais, de acordo com as necessidades e a disponibilidade do Tesouro, o equivalente ao valor apurado no ano anterior, vale dizer, o valor apurado no ano 2000, isto é, o montante empenhado nessas ações e nesses serviços públicos no exercício financeiro de 1999, acrescido de, no mínimo, cinco por cento, corrigido, ainda, sucessivamente cumulativamente pela variação nominal do Produto Interno Bruto – PIB.

É o Parecer, que submeto à elevada apreciação do Exmo Sr. Advogado-Geral da União.

Brasília, 27 de dezembro de 2000. – **Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho**, Consultor da União.

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Conselho Nacional de Saúde

108ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
9 e 10-5-2001

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA COMISSÃO DO CNS
DE ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO
(Reunião de 8 e 9-5-2001)

Na Reunião estiveram presentes: Elias Jorge (Coordenador adjunto); Lindomar Tomé Lopes (Profissionais); Marcelo Luciano Vieira (Fórum Nacional de Entidades Nacionais de Portadores de Patologias e Deficiências); Joellyngton Medeiros CONASEMS); Alexandre Mont'Alverne (CONASS); Olímpio Távora (Confederação Nacional de Saúde).

Corpo Técnico: Fraldenir Vieira de Farias (SIOPS); Murilo de Oliveira (CGOF – Ministério da Saúde) e Benedita Mendes (CNS).

Justificou ausência: Sérgio Piola (Ministério do Planejamento) e Clair Castilhos (Comunidade Científica).

Participaram como convidados especiais: Cláudio Maierovich (Diretor Adjunto da ANVS); Ana Cláudia e Flávia Freitas (ANVS) como expositores sobre Programa Nacional de Sangue e Hemoderivados; Sadi Coutinho (FUNASA – Diretor de Projetos de Engenharia) e Antônio Leopoldo (FUNASA – Diretor de Planejamento) como expositores sobre Saneamento Básico.

I – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Este Relatório vai priorizar a questão da EC—29 de vinculação financeira de recursos para ações e serviços públicos de saúde.

Para tanto vamos retomar a abordagem feita no último relatório.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29 (EC—29)

“À preocupação da Comissão já externada em inúmeros relatórios anteriores em relação à precária Execução Orçamentária e Financeira de determinados tens, deve ser acrescentada a apreensão relativa à interpretação dada pela Área Jurídica do Ministério da Fazenda acatada pela Advocacia-Geral da União – AGU. Quanto à interpretação do conceito de Orçamentos Sucessivos.

Pelo conceito externado nos Pareceres Jurídicos da Fazenda e da AGU, o Orçamento Anterior ao de 2004 é o de 1999, com as correções de 5% para 2000 e variações no minúsculo PIB, a partir deste patamar.

Ora, quando se imaginava que a vinculação constitucional pela EC-29 de 2000, ainda que não sendo solução definitiva, estabeleceria uma sistemática de incrementos mínimos aos Orçamentos do SUS, vem o Ministério da Fazenda e a AGU tentarem as condições do Acordo Político feito no Congresso para viabilizar a aprovação da EC-29.

Caso prevaleça a interpretação do Ministério da Fazenda e AGU, já na formulação da Proposta Orçamentária para 2002, o prejuízo será de aproximadamente R\$1 bilhão e 210 milhões, no “teto” (piso constitucional) a ser estabelecido para o Ministério da Saúde.

Isto porque a diferença entre o Orçamento de 1999 corrigido com 5% e o Orçamento Executado em 2000 é de aproximadamente R\$1 bilhão.

A Área Econômica pretende, portanto, que esse R\$1 bilhão não seja considerado em relação a 2001, o que representará uma diminuição de aproximadamente R\$1 bilhão e 100 milhões (supondo-se a variação no PIB em 10%), na Dotação Orçamentária a que o Ministério da Saúde tem direito.

Mantida essa estimativa de variação do PIB, o prejuízo nos Orçamentos de 2001 a 2004 será de aproximadamente R\$5,1 bilhões (1,1 + 1,21 + 1,33 + 1,46 = 5,1 bilhões).

Para se ter idéia do prejuízo ano a ano veja-se a simulação abaixo:

(Diferença entre 2000 e 1999 + 5% = R\$1,0 bilhão e Variação No minúsculo PIB de 10% a cada ano).

2001 = 1,0 Bilhão + 10% = R\$1.10 Bilhão

2002 = 1.10 Bilhão .– 10% = R\$1.21 Bilhão

2003 = 1.21 Bilhão + 10% = R\$1.33 Bilhão

2004 = 1.33 Bilhão + 10% = R\$1.46 Bilhão

II – Sugestões e Encaminhamentos ao Plenário

1. Solicitar o pronunciamento de Parlamentares envolvidos na negociação da EC/29, em especial dos relatores Deputado Ursicino Queiroz (Câmara) e Antonio Carlos Valadares (Senado) sobre a esdrúxula interpretação do Ministério da Fazenda acatada pela Advocacia Geral da União em confronto com a área Jurídica do Ministério da Saúde quanto a aplicação da EC/29 na esfera Federal.

2. Provocar a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – PFDC – para que também se pronuncie a respeito.

3. Autorizar à Coordenação Geral do CNS e à COFIN/CNS a articulação com Parlamentares visando oferecer emendas a LDO/2002 que será encaminhada ao Congresso Nacional até 15-4-01“.

Com relação à sugestão nº 3, aprovada pela plenária do CNS foram implementados os seguintes procedimentos.

1 – Reunião com a COREM da Fiocruz em Brasília, objetivando reforçar a abordagem consistente de parlamentares no Congresso Nacional.

2 – Elaboração de minuta de emenda junto com o Conasems para subsidiar parlamentares a elaborar Emenda à LDO 2002.

3 – Contato com parlamentares que resultaram, pelo menos, nas Emendas do Deputado Sérgio Miranda (PCdoB – MG) e Darciso Perondi (PMDB – RS) que resgatam o significado original aprovado pelo Congresso Nacional.

4 – Trabalho corpo-a-corpo do Dr. Rui Nedele do Conselho Olímpico Távoira, usando o Relatório do CNS e a Emenda Sérgio Miranda para obter adesões e novas Emendas.

Como dia 9 de maio de 2001 era o último dia para apresentar emendas à LDO 2002, isso foi priorizado. Cabe agora fazer o clássico trabalho de mobilização dos parlamentares para contemplar uma das emendas ou o significado das mesmas na LDO 2002.

Sem isso a tendência é que a área econômica passe a existir, como já foi feito, o Parecer da AGU, publicado no **DOU** em 10 de janeiro de 2001, sempre que o Ministério da Saúde solicitar o Piso (Teto Orçamentário liberado para montagem da proposta para 2002) assegurado pela EC-29.

É necessário que contra a exibição do Parecer AGU possa ser Exibido Dispositivo da LDO 2002 que resgate a condição efetivamente negociada e aprovada na EC/29.

A Emenda Constitucional 29 – EC/29, corre o risco de tornar-se inócua nas três esferas de poder.

No caso dos Municípios, se as despesas da Limpeza Urbana e Abastecimento de água forem classificadas como Saúde.

No caso dos estados, se todas as despesas de Saneamento Básico forem classificadas como Saúde.

No caso da União se prevalecer o parecer da AGU.

Para destruir definitivamente os efeitos financeiros do EC/29 seria suficiente incluir inativos (aposentados e pensionistas) da saúde como despesa de Ações e Serviços Públicos de Saúde.

O indicador do SIOPS de acompanhamento do cumprimento da EC/29 exclui expressamente a despesa com inativos, com juros e com amortização da dívida conforme negociado durante o processo de discussão e aprovação da EC/29 no Congresso Nacional. Aliás, isto era o pleito explícito do CNS.

A representação do CNS na Câmara Técnica do SIOPS tem reiterado esta posição que até agora tem sido acatada unanimemente.

II – Informes

A reunião com os representantes da Coordenação do Programa de Sangue e Hemoderivados do Saneamento Básico foi muito positiva.

A preocupação do Conselho em relação à Execução Orçamentária e Financeira foi traduzida pelas seguintes questões:

1. Quais as causas da execução orçamentária concentrada no último mês do ano?

2. Que significado tem, em termos de planejamento, a Execução Financeira como Restos a Pagar do ano(s) anterior(es)?

3. Como evitar a elevada taxa de incineração de dotações orçamentárias (cancelamento do orçamento, não-execução de restos a pagar, etc.)?

4. O que tem sido feito para corrigir este problema?

5. Como o CNS pode ajudar na busca de soluções e em sua implementação?

Ambos os setores ficaram de encaminhar Nota Técnica sintetizada das explicações e das alternativas em curso. Foram utilizados planilha da execução 1995-2000 tendo sido solicitado o encaminhamento da planilha de Dotação 1995-2000.

A coordenação de saneamento ficou de enviar para o CNS, “estudo da arte” dos encaminhamentos relativos ao Projeto Alvorada (IDH-23) e as informações relativas a execução 1998, 1999, 2000 que serão compartilhadas com o SIOPS.

Assim que obtivermos os elementos solicitados para análise, voltaremos com o tema.

Sugestões de encaminhamento ao Plenário:

1. Dar prosseguimento às sugestões aprovadas na última reunião relativa a EC/29 – priorizando a inclusão na LDO-2002 de dispositivo que assegure a integralidade da aplicação da EC/29

2. Convidar para a próxima reunião da Comissão os representantes do Profae (execução 2001 de 0%) e do Planejamento Fiocruz (elevado corte no Congresso)

3. Aprovar o presente relatório e as sugestões nele contidas, considerando-a bem como o material de apoio, como anexos à ata desta 108ª RO do CNS.

Brasília, 10 de maio de 2001. – Prof. **Elias Antônio Jorge**, Coordenador Adjunto da Comissão do CNS de Orçamento e Finanças – COFIN.

108ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE 9 e 10-5-01

MATÉRIA DE APOIO À APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO COMISSÃO DO CNS DE ORÇAMENTO E FINANÇAS (Reunião de 8 e 9 de maio de 2001)

1) Extratos LDO 2002/Art. 44.

2) Emenda Sérgio Miranda

- 3) Sugestão para Emenda CONASEMS
- 4) Emenda Darcisio Perondi
- 5) Parecer AGU
- 6) Execução Sangue e Hemoderivados – 1995-2000
- 7) Execução Saneamento Básico – 1995-2000

Brasília, 9-5-01 – **Elias Antonio Jorge**, Coordenador Adjunto da Comissão do CNS de Orçamento e Finanças – COFIN

PROJETO DE LEI

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Disposição Preliminar

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição, as diretrizes orçamentárias da União para 2002, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da administração pública federal;
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos da União e suas alterações;
- IV – as disposições relativas à dívida pública federal;
- V – as disposições relativas às despesas da União com pessoal e encargos sociais;
- VI – a política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária da União; e
- VIII – as disposições gerais.

CAPÍTULO I

Das Prioridades e Metas da Administração Pública Federal

Art. 2º Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2002 são as específicas das no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta lei, as quais terão preceência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2002, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo único. Na destinação dos recursos relativos a programas sociais, será conferida prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano.

IV – das demais receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento.

§ 1º A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização.

§ 2º Os recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, incisos I, alínea a, e II, no projeto e na lei orça-

mentária, não se sujeitarão a desvinculação e terão a destinação prevista no art. 167, inciso XI, da Constituição.

Art. 44. A proposta orçamentária incluirá os recursos necessários ao atendimento:

I – do reajuste dos benefícios da seguridade social de forma a possibilitar o atendimento do disposto no art. 7º, inciso IV, da Constituição; e

II – da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

Parágrafo único. Os recursos necessários ao atendimento do aumento real do salário mínimo, caso as dotações da lei orçamentária sejam insuficientes, serão objeto de crédito suplementar a ser aberto no exercício 2002, observado o disposto no art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 45. Para a transferência de recursos do Sistema Único de Saúde – SUS, efetivada mediante convênios ou similares, será exigida contrapartida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de acordo com os limites estabelecidos no art. 33 desta Lei, ressalvado o disposto no inciso III, alínea a, item 3, do referido artigo, cujo limite mínimo é de dez por cento.

Seção III

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 46. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, será apresentado, para cada empresa em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

§ 1º Para efeito de compatibilidade da programação orçamentária, a que se refere este artigo, com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, serão considerados investimentos as despesas com aquisição do ativo imobilizado, excetuadas as relativas à aquisição de bens para arrendamento mercantil.

§ 2º A despesa será discriminada nos termos do art. 4º desta Lei, segundo a classificação funcional, expressa por categoria de programação em seu menor nível, inclusive com as fontes previstas no parágrafo seguinte.

§ 3º O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

I – gerados pela empresa;

II – decorrentes de participação acionária da União, diretamente ou por intermédio de empresa controladora;

III – oriundos de transferências da União, sob outras formas que não as compreendidas no inciso anterior;

IV – oriundos de empréstimos da empresa controladora;

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2002 (PL N.º 4/2001-CN)

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

EMENDA AO PLDO/2002 - PL N.º 004/2001-CN
TEXTO DA LEI E ANEXOS DE METAS E RISCOS FISCAIS

INSTRUÇÕES NO VERSO

PÁGINA
1 DE 2

CAPÍTULO III	SEÇÃO II	ARTIGO novo	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	ANEXO DE METAS OU DE RISCOS FISCAIS
-----------------	-------------	----------------	-----------	--------	--------	-------------------------------------

TEXTO:

Inclua-se o seguinte artigo com a seguinte redação, excluindo-se o inciso II do art. 44:

"Art. . A proposta e a lei orçamentária incluirão dotações suficientes para a aplicação mínima dos recursos em ações e serviços de saúde, em cumprimento ao disposto na EC nº 29, de 2000, calculada tomando-se por base a previsão de empenho para as respectivas dotações em 2001 e a última previsão da variação nominal do PIB de 2001, calculada pela Fundação IBGE; e

"Parágrafo único. As dotações representativas da descentralização das ações e serviços de saúde, em categorias de programação específicas para cada estado, para o Distrito Federal e para o conjunto dos municípios de cada um dos estados, serão suficientes para que a tabela de procedimentos do SUS seja atualizada com fins de preservação de seu valor real."

JUSTIFICAÇÃO:

Essa emenda visa assegurar eficácia para o disposto na EC nº 29. Muito embora a redação da EC nº 29 seja clara ao determinar que a evolução das dotações de um exercício seja calculada tomando por base os valores empenhados no exercício anterior e a variação nominal do PIB, o governo insiste em desprezar o mandamento constitucional.

Essa emenda pretende ainda assegurar que as dotações das ações e serviços de saúde serão suficientes para proporcionar um reajuste da tabela procedimento do SUS, que há muito não representa o custo dos procedimentos, inviabilizando a prestação de um serviço de qualidade do SUS.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Sérgio Miranda	UF MG	PARTIDO PCdoB
DATA 09/05/2001	ASSINATURA _____		



SUGESTÃO DE EMENDA À LDO 2002

TEXTO: Acréscimo ao Inciso II do art. 44 que passará a ter a seguinte redação:

II – da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde em cumprimento ao disposto na EC n.º 29 de 13 de setembro de 2000, CUJO MONTANTE SERÁ OBTIDO TOMANDO-SE POR BASE A PREVISÃO DE EMPENHO PARA AS RESPECTIVAS DOTAÇÕES EM 2001 E A ÚLTIMA PREVISÃO DA VARIAÇÃO NOMINAL DO PIB DE 2001, CALCULADA PELA FUNDAÇÃO IBGE.

JUSTIFICAÇÃO:

A emenda visa assegurar a eficácia e a integralidade do disposto na EC n.º 29. Apesar da redação da EC n.º 29 ser suficientemente clara ao determinar que a evolução das dotações de um exercício seja calculada tomando por base os valores empenhados no exercício anterior e a variação NOMINAL do PIB, a área econômica do governo insiste em desprezar o mandamento constitucional alterando a vontade expressa pelo legislativo durante a negociação e quando da votação da EC n.º 29 na Câmara e no Senado .

EMENDA AO PLDO/2002 - PL N.º 004/2001-CN
TEXTO DA LEI E ANEXOS DE METAS E RISCO

EMENDA - 01523

LDO 2002

PL 0004/2001-CN

CMPOFF - MENSAGEM 0199/2001 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PÁGINA
1 DE 1

CAPÍTULO III	SEÇÃO II	ARTIGO 44	PARÁGRAFO	INCISO II	ALÍNEA	ANEXO DE METAS OU DE RISCOS FISCAIS
-----------------	-------------	--------------	-----------	--------------	--------	-------------------------------------

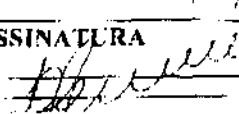
TEXTO:

Altera a redação do inciso II do artigo 44, que passará a ter a seguinte redação:

II - da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional n.º 29 de 13 setembro de 2.000, cujo o montante será obtido tomando-se por base a previsão de empenho para as respectivas dotações em 2001 e a última previsão da variação nominal do PIB de 2001, calculada pela Fundação IBGE.

JUSTIFICAÇÃO:

A emenda visa assegurar a eficácia e a integralidade do disposto na Emenda Constitucional n.º 29. Apesar da redação da EC n.º 29 ser suficientemente clara ao determinar que a evolução das dotações de um exercício seja calculada tomando por base os valores empenhados no exercício anterior e a variação NOMINAL do PIB, têm ocorrido divergência de interpretação entre algumas áreas do Governo desprezando o mandamento constitucional, tal divergência acaba por alterar a vontade expressa pelo legislativo durante a negociação e quando da votação da EC 29 na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
DATA	ASSINATURA	RS	PMDB
09.05.2001			



A Empresa Construtora nº 29, de 13 de setembro de 1961, altera os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição e acrescenta artigos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos necessários para o plano de ações e serviços públicos de saúde.



✓ 2 ✓ 1 ✓ 1 ✓ 1 ✓ 1 ✓ 1 ✓ 1 ✓ 1

ANO de CONCESSÃO n.º 08012.007/25/2006-85. Requerentes: SASOL LIMITED ("SASOL") e RWE-DEA FÜR MINERALÖL UND CHEMIE ("RWE-DEA"). Objeto: transferência, a ser aprovada, de vários contratos e de ações referentes às atividades de gás químico, carvão mineral CONDEA, da RWE-DEA para a SASOL. O setor regulatório envolvido é o de produção e comercialização de produtos químicos.

MARIA OLÍVIA SACRAMENTO DE MIRANDA

MARIA OLIVIA SACRAMENTO DE MIRANDA AL

SANGUE E HEMODERIVADOS - 1995 a 2001

Unidade: Fundo Nacional de Saúde

EM R\$ 1,00

UF REGIÃO	EXECUTADO						APROVADO
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
NORTE	2.777.873	0	680.000	4.153.278	6.233.350	6.500.000	6.190.000
AC	234.108	0	0	400.000	585.668	600.000	600.000
AP	196.336	0	0	500.000	907.643	800.000	800.000
AM	204.351	0	0	600.000	1.424.740	1.300.000	1.170.000
PA	889.583	0	680.000	599.998	754.274	1.800.000	1.620.000
RO	416.790	0	0	953.280	1.052.488	800.000	800.000
RR	242.095	0	0	500.000	754.274	600.000	600.000
TO	594.610	0	0	600.000	754.273	600.000	600.000
NORDESTE	4.125.130	0	0	4.647.879	10.543.543	11.838.009	10.460.000
AL	474.888	0	0	400.000	692.602	793.787	800.000
BA	385.420	0	0	569.460	1.676.404	2.300.000	2.070.000
CE	496.883	0	0	600.000	1.282.265	1.300.000	1.170.000
MA	452.693	0	0	600.000	1.424.740	1.271.898	1.170.000
PB	488.882	0	0	500.000	650.916	972.324	940.000
PE	517.089	0	0	778.419	683.910	1.800.000	1.170.000
PI	577.743	0	0	400.000	1.283.266	1.300.000	1.170.000
RN	445.446	0	0	400.000	1.424.700	1.300.000	1.170.000
SE	286.086	0	0	400.000	1.424.740	800.000	800.000
SUDESTE	1.730.360	0	0	3.351.112	8.418.519	14.371.960	8.370.000
ES	311.418	0	0	348.280	1.043.740	1.300.000	1.170.000
MG	378.357	0	0	600.000	2.011.460	3.500.000	2.250.000
RJ	577.730	0	0	952.832	2.010.510	3.000.000	2.250.000
SP	462.855	0	0	1.450.000	3.352.809	6.571.960	2.700.000
SUL	1.411.222	0	0	1.651.040	4.430.640	5.326.239	4.180.000
PR	502.846	0	0	600.000	1.676.164	2.026.240	1.620.000
RS	534.980	0	0	575.040	1.620.836	2.300.000	1.620.000
SC	373.396	0	0	476.000	1.133.640	999.999	940.000
C. OESTE	1.129.466	0	0	2.021.000	5.208.249	3.642.583	3.510.000
DF	151.702	0	0	388.000	1.425.044	1.000.000	940.000
GO	419.800	0	0	833.000	1.659.082	1.242.583	1.170.000
MT	309.623	0	0	400.000	1.369.923	800.000	800.000
MS	248.341	0	0	400.000	754.200	600.000	600.000
NACIONAL	0	0	0	0	0	234.409	4.050.000
TOTAL GERAL	11.174.051	0	680.000	15.824.309	34.834.311	41.913.200	36.760.000

OBS: Em 1999 foram incluídos valores referentes a Emendas Parlamentares nos estados de SP - R\$ 63.000, GO - R\$ 54.000, e em 2000 no estado de SP - R\$ 120.000.

90.434.229

CAA / Excel3 / SHIST-GG / SHIST-SANGUE

SANEAMENTO BÁSICO - 1995 A 2001

EM R\$ 1,00

		EXECUTADO					APROVADO	
		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
1.	PROGRAMAS PRÓPRIOS	145.714.095	33.799.362	90.688.776	142.633.573	200.768.739	158.508.408	214.868.585
1.1.	Abastecimento de Água	20.636.859	11.524.744	18.287.542	43.175.272	49.530.660	57.657.028	85.992.660
1.2.	Melhorias Sanitárias	5.983.794	2.169.507	5.302.564	10.035.273	17.721.850	40.995.967	68.439.311
1.3.	Tratamento de Resíduos Sólidos	945.160	1.461.338	2.112.143	3.518.395	2.380.919	1.376.823	7.089.014
1.4.	Esgotamento Sanitário	9.890.550	9.500.736	13.878.145	21.722.532	44.050.272	58.478.590	53.337.800
1.5.	Outros	108.257.732	9.143.037	51.107.382	64.182.101	87.086.238	0	0
2.	PROJETO ALVORADA (FONTE 179)	0	0	0	0	0	0	1.322.301.183
2.1.	Abastecimento de Água	0	0	0	0	0	0	394.178.456
2.2.	Melhorias Sanitárias	0	0	0	0	0	0	194.401.265
2.3.	Tratamento de Resíduos Sólidos	0	0	0	0	0	0	0
2.4.	Esgotamento Sanitário	0	0	0	0	0	0	720.991.462
2.5.	Outros	0	0	0	0	0	0	12.730.000
3.	EMENDAS PARLAMENTARES	0	24.473.920	69.120.750	109.684.849	161.923.061	80.728.343	303.188.941
3.1.	Abastecimento de Água	0	6.610.850	27.614.256	31.708.739	35.324.803	13.151.826	24.940.000
3.2.	Melhorias Sanitárias	0	1.410.000	2.316.368	3.685.036	10.243.236	10.323.147	1.830.000
3.3.	Tratamento de Resíduos Sólidos	0	398.910	1.340.535	4.309.889	4.695.200	530.683	11.140.000
3.4.	Esgotamento Sanitário	0	3.617.000	8.662.666	32.478.917	16.280.900	12.425.775	7.770.560
3.5.	Outros	0	12.437.160	29.186.925	37.501.269	95.378.922	44.296.912	257.508.381
4.	TOTAL GERAL	145.714.095	58.273.282	159.809.526	252.318.422	362.692.800	239.236.751	1.840.358.709
4.1.	Abastecimento de Água	20.636.859	18.135.594	45.901.798	74.885.011	84.855.463	70.808.854	505.111.116
4.2.	Melhorias Sanitárias	5.983.794	3.579.507	7.618.932	13.720.309	27.964.896	51.319.114	264.670.576
4.3.	Tratamento de Resíduos Sólidos	945.160	1.860.248	3.452.678	7.828.284	7.076.119	1.907.506	18.239.014
4.4.	Esgotamento Sanitário	9.890.550	13.117.736	22.541.811	54.201.449	60.331.172	70.904.365	782.098.622
4.5.	Outros	108.257.732	21.580.187	80.294.307	101.683.369	182.465.160	44.296.912	270.238.381

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Jader Barbalho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jader Barbalho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) — Concede a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Bernardo Cabral, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL — AM. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, até o romper dos anos 90, o Direito Internacional era visto, no Brasil, como o ramo desimportante da Ciência do Direito. Era matéria relegada a segundo plano. Na maioria dos cursos jurídicos, a cadeira era oferecida como disciplina optativa, quando muito. A noção de soberania absoluta do Estado aliada a um total desconhecimento do que acontecia no mundo respondiam, em grande medida, pela “opção do desconhecimento”. Muitos chegavam a indagar se o chamado Direito Internacional Público era realmente Direito.

O desenvolvimento das relações internacionais, o êxito do processo integracionista e a crescente interdependência das nações são responsáveis por uma nova leitura em nossa pátria da importância desse campo do Direito. O Direito Internacional é, hoje, a especialidade com maior procura em nossos cursos jurídicos e a “opção do conhecimento” passa a predominar.

A decisão das Nações Unidas de declarar o período de 1990/1999 como década do Direito Internacional representou o esforço para dinamizar ainda mais o estudo, o ensino e a divulgação desse ramo do Direito entre os 189 membros da organização.

Nesse sentido, é com alegria que damos notícia a toda a comunidade da criação do Centro de Estudos de Direito Internacional, CEDI, organização não-governamental, sem fins lucrativos, que conta entre seus objetivos:

I — Estimular o ensino, o estudo e a disseminação do Direito Internacional;

II — Estudar, pesquisar e desenvolver o Direito Internacional Público e Privado, bem como as relações internacionais e os ramos do Direito afins;

III — Cooperar nas iniciativas e atividades curriculares e extracurriculares de instituições de ensino;

IV — Participar de atividades que, direta ou indiretamente, repercutam na melhoria e no desenvolvimento do ensino do Direito Internacional, e

V — Promover intercâmbio entre os seus associados e outros segmentos do mundo jurídico.

O que é importante registrar é que o centro tem sua sede em Brasília. Tal se dá à vista, sobretudo, do relevante papel da cidade na formulação da política externa brasileira. Aqui estão os que negociam (Executivo), os que aprovam a atuação externa da República (Legislativo), os que eventualmente julgam, de modo definitivo, tal ação (Judiciário), bem como os representantes diplomáticos e organizações internacionais. A vocação da cidade nesse domínio é, pois, evidente. Os benefícios serão de todos: mundo acadêmico, governo e sociedade civil (pessoas físicas e jurídicas).

O CEDI pretende, assim, suprir lacuna verificada em Brasília. Buscará, de outro lado, agregar força ao superlativo trabalho até aqui realizado pela Sociedade Brasileira de Direito Internacional, com sede no Rio de Janeiro, e pela Seção Brasileira da International Law Association, com sede em São Paulo. O espírito que há de pairar é o de cooperação, com um ão de esforços. A doutrina, como meio auxiliar para a determinação das regras de direito (art. 38 — I, do Estatuto da Corte Internacional de Justiça), tem papel de destaque no Direito Internacional contemporâneo. Quanto maior o número de entidades vocacionadas a refletir sobre a matéria, melhor.

Está claro, no entanto, que o doutrinador não é, de modo necessário, o condutor dos assuntos externos da República, tampouco possui competência legiferante. Sua missão é, em suma, fazer leitura da situação atual e lançar visões prospectivas aos legisladores e negociadores do futuro. Em tempo de recursos limitados, a sociedade civil deve, de igual modo, propor suas soluções. Afinal, o ônus e o bônus da inserção internacional do Estado devem ser compartilhados por todos. Vaca louca, Embraer/Bombardier, Alca e OMC são, entre outros, temas que tocam, de tal ou qual modo, toda a comunidade brasileira. Compreendê-los é necessário. Saber usar em benefício do Brasil os recursos jurídicos disponíveis no plano internacional é fundamental.

Assinalando o início das atividades do Centro de Estudos de Direito Internacional, realizou-se em Brasília, de 18 a 20 de junho próximo passado, a jornada sobre a Inserção dos Tratados no Ordenamento Jurídico Brasileiro, em parceria com o Instituto Rio Branco, a Advocacia Geral da União e a Confedera-

ção Nacional da Indústria, que patrocinou o evento. Na oportunidade, expressivos nomes do mundo jurídico se pronunciaram sobre temas e dilemas do moderno Direito Público brasileiro, sempre tendo o tratado como motivo condutor.

E aqui registro, Sr. Presidente, ao final desta minha comunicação, a presença dos Professores Jorge Fontoura Nogueira – meu velho companheiro de pesquisa –, Marota Rangel, Jacob Delinger, Luís Olavo Batista – velha tradição no Conselho Federal da OAB comigo –, Grandino Rodas, José Carlos Magalhães, Werter Faria, Celso de Tarso Pereira, Márcio Pereira Garcia, Elizabeth Accioly, dentre outros expressivos nomes do mundo jurídico brasileiro.

Esta comunicação, com toda a simplicidade, revela, confirma a importância hoje em dia do Direito Internacional.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao último orador inscrito nesta fase da sessão, Senador Ney Suassuna.

Logo após a comunicação de S. Ex^a, passaremos à Ordem do Dia.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há um dito popular que diz que “querer é poder”. Lamentavelmente, parece que a Nação brasileira não tem querido ser o que poderia ser – pelo menos com a ênfase que gostaríamos.

Vejam V. Ex^{as}: está escrito nos passaportes americanos:

O Secretário de Estado dos Estados Unidos da América requer, pelo presente, a todas as autoridades competentes, que deixem passar o cidadão dos Estados Unidos, titular do presente passaporte, sem demora nem dificuldade, e, em caso de necessidade, dêem a ele toda a ajuda legal e proteção.

Sr. Presidente, a característica dessa linguagem é afirmativa, é impositiva. O Estado, presente, solidariza-se com o cidadão, tratando o estrangeiro de igual para igual.

Já no passaporte brasileiro está escrito:

Roga-se às autoridades estrangeiras que prestem ao titular deste passaporte auxílio e assistência em caso de necessidade.

Roga-se. Sujeito indeterminado. Quem roga? Que tipo de auxílio e de assistência? Sr. Presidente, é nas pequenas coisas que vemos a diferença de tratamento, a diferença do querer.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, digo isso porque, no plano interno, centenas, milhares, milhões de brasileiros têm dificuldades, como as têm os meus conterrâneos nordestinos.

Faz 36 dias, hoje, que foi dada ordem para que água e cesta básica chegassem nas mãos dos atingidos pela seca. Já chamaram os prefeitos para conversar, mas não chegou nem água nem cesta básica.

Tenho falado disso quase que diariamente, Sr. Presidente.

Mas hoje não quero falar somente da seca. Quero falar também dos 80 brasileiros que estão em Timor Leste. Já mandamos o terceiro pelotão para aquele país.

Peço a atenção dos Srs. Senadores para o que está ocorrendo com a nossa representação ali. São 80 brasileiros que estão cuidando da segurança de Xanana Gusmão. Para falarem ao telefone com suas famílias, eles têm de pedir aos canadenses; é o Governo canadense que paga o telefone mas dos brasileiros para os seus familiares que estão aqui. Para alimentarem-se, dependem do Governo português. Milhares de soldados portugueses lá estão. Estamos dependendo, lá fora, de canadenses, de portugueses.

Vemos soldados de outras nacionalidades que lá estão, os australianos, por exemplo, que são milhares, e estão satisfeitos, sendo bem tratados por seu país. E os nossos? O dinheiro da primeira leva de 80 soldados não foi liberado até hoje. Não foi liberado dinheiro para os nossos soldados que estão lá representando o Brasil em uma missão importante para nós, porque estão ajudando os nossos irmãos do Timor Leste, que falam também o português e estão construindo um país. O chefe, o responsável da ONU, é um brasileiro. Entretanto, não houve ainda a liberação de recursos para o primeiro grupo e já está lá o terceiro.

Sr. Presidente, outro dia, ouvi o Presidente da República parabenizar os soldados que iriam viajar. Os parabéns são dados aos soldados, mas não se paga o mínimo, ficando a nossa nacionalidade na dependência de terceiros, seja no plano interno seja no externo.

E até num simples documento, o passaporte, vemos que este País não quer dar a si mesmo importância, tampouco aos seus cidadãos.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em função de ter estado ontem na cidade de Buenos Aires realizando duas palestras, não pude manifestar-me, como outros Senadores aqui fizeram, favoravelmente ao requerimento de voto de pesar, de iniciativa da Senadora Marinha Silva, pelo falecimento do geógrafo Milton Santos.

Quero juntar a minha voz à homenagem a esse extraordinário brasileiro que tanto dignificou a nossa Geografia e a Ciência Social e Política. Foi um homem que soube distinguir, com extraordinária isenção, o interesse sobretudo daqueles que até hoje não tiveram direito à cidadania no Brasil. E seus conceitos de globalização, de território brasileiro, e sua análise do conceito de metrópole do ponto de vista do cidadão deixam uma marca extraordinária.

À Sr^a Maria Helena, aos seus filhos e a toda a família, e aos geógrafos da USP gostaria de manifestar a minha solidariedade.

Obrigado, Sr. Presidente.

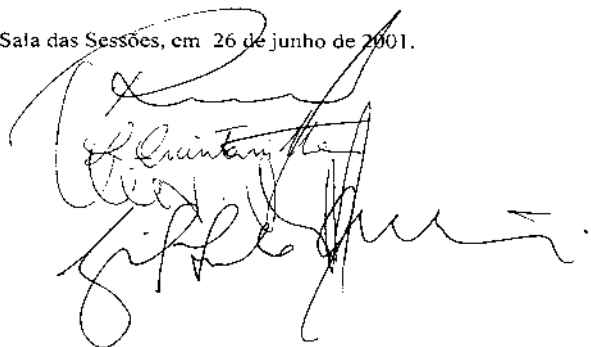
O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 375, DE 2001

Nos termos do inciso II, do art. 336, do Regimento Interno requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2001, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 2001.



O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

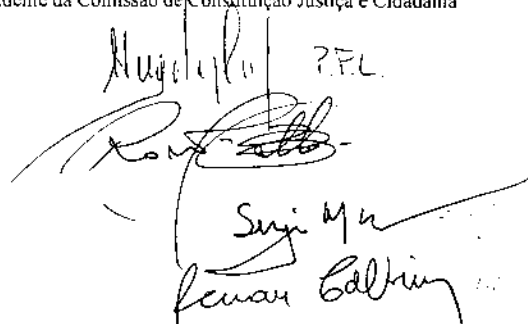
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 376, DE 2001

Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício para imediata apreciação da Mensagem (SF) nº 155, de 2001 (Mensagem nº 592, na Presidência da República), que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Doutor Geraldo Brindeiro, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.



Senador **BERNARDO CABRAL**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em votação o requerimento lido.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 377, DE 2001

Nos termos do art. 281 do Regimento Interno, requeiro dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, para inclusão em Ordem do Dia, do Parecer nº 630, da CCJ sobre o Requerimento nº 360, de 2001.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2001 – **Jader Barbalho**.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em votação o requerimento lido.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria será apreciada oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 378, DE 2001

Requeiro, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução do Senado nºs 13, de 2001 e 19, de 2001, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2001. – **Ney Suassuna.**

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – O requerimento será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 120, DE 2001

Altera a Lei 6.932, de 7 de julho de 1981 que “Dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei 6.932, de 7 de julho de 1981 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

§ 1º

§ 2º

§ 3º Serão considerados modalidade de residência médica os programas do Ministério da Saúde que visem o atendimento a comunidades carentes e/ou o atendimento a municípios nos quais a relação médicos/habitantes seja igual ou inferior a um médico para cada mil habitantes, na proporção de no mínimo 60% (sessenta por cento)

dos aprovados para o programa de pós-graduação em residência médica.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A grande concentração de Instituições de Ensino Superior nas regiões sul e sudeste cria ram, ao longo de décadas um enorme déficit de profissionais, nas mais diversas áreas do conhecimento nas demais regiões brasileiras, mas, principalmente, na área da saúde, que é a de que trata o projeto de lei em tela.

Direcionando o residente médico para os programas do Ministério da Saúde que visem o atendimento às áreas carentes e isoladas do País tentaremos pressionar esta defasagem para menos, pois estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste os Municípios e as Mesoregiões mais carentes do Brasil.

Por outro lado, o Projeto também proporcionará uma enorme economia aos cofres públicos, visto que hoje os programas do Ministério da Saúde pagam salários bem acima dos pagos aos médicos das capitais para aqueles que se propõem a clinicar em municípios do interior dos Estados, sendo que o médico residente recebe 85% dos vencimentos pagos a um médico classe D, padrão I, por quarenta horas de residência semanal, que pode ser duplicado caso o residente trabalhe 60 horas por semana.

Isto posto podemos ver que o Projeto tem inúmeras vantagens que se refletirão em todo o País, e estou certo de que a contribuição dos egrégios membros desta casa só elevará estas vantagens.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2001. – **Mozarildo Cavalcanti.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

LEI Nº 6.932, DE 7 DE JULHO DE 1981

Dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Residência Médica constitui modalidade de ensino de pós-graduação, destinada a médicos, sob a forma de cursos de especialização, carac-

terizada por treinamento em serviço, funcionando sob a responsabilidade de instituições de saúde, universitárias ou não, sob a orientação de profissionais médicos de elevada qualificação ética e profissional.

§ 1º As instituições de saúde de que trata este artigo somente poderão oferecer programas de Residência Médica depois de credenciadas pela Comissão Nacional de Residência Médica.

§ 2º É vedado o uso da expressão "residência médica" para designar qualquer programa de treinamento médico que não tenha sido aprovado pela Comissão Nacional de Residência Médica.

(À Comissão de Assuntos Sociais –
decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2001

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para prever a convocação de plebiscito para decidir sobre a transposição das águas do rio São Francisco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 4º

Parágrafo único. A transposição do rio São Francisco só poderá ser efetivada se for previamente aprovada, mediante plebiscito, pelos eleitores dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Na pauta das discussões que se travam no âmbito do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, surge a transposição do rio São Francisco como matéria das mais polêmicas, de alta complexidade e de grande controvérsia, gerando argumentos contra ou a favor em ambas as Casas do Congresso Nacional.

O debate se intensifica mais ainda nos Estados banhados pelo Rio São Francisco e naqueles que desejam receber as suas águas, promovendo uma divisão de opiniões que poderá atingir a própria essência do federalismo.

As comunidades beneficiadas pelo Rio São Francisco temem que, executada a transposição, poderão ocorrer imprevisíveis perdas ao desenvolvimento regional, impactando negativamente quanto à plena realização dos projetos voltados para a irrigação, energia elétrica, abastecimento d'água, turismo rural etc. que são fundamentais para a economia da área.

A transposição em apreço constitui, em verdade, uma ameaça ao progresso das regiões que têm o São Francisco como suporte hídrico para a sua economia, notadamente se não forem levados em consideração determinados aspectos como o da revitalização visando a regularização de seu fluxo para usos múltiplos de seu potencial hídrico.

Preocupações semelhantes também existem entre as populações que dependem, para a sua sobrevivência, do uso das águas das mais diversas bacias em todo o Brasil.

Portanto, entendemos que a transposição do Rio São Francisco constitui matéria de grande relevância regional e nacional, uma vez que envolve diversos Estados da Federação, cujos interesses, neste caso, não são, a nosso ver, convergentes, pois pretende promover transferência do patrimônio natural do povo que habita os Estados banhados pelo Velho Chico, em benefício de outros Estados.

Assim, parece-nos ser fundamental que essa mesma população seja chamada a se manifestar sobre essa questão de suma importância para o desenvolvimento regional, em razão de sua repercussão na geração de energia elétrica, agricultura irrigada e abastecimento d'água para consumo humano e animal.

Desse modo, entendemos ser indispensável ouvir o povo sobre a questão da transposição do Rio São Francisco, para que se decida, de forma legítima, sobre o adequado aproveitamento dessa grande dádiva que a natureza concedeu à Região Nordeste.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2001. –
Antonio Carlos Valadares

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA

LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
Art. 4º A União articular-se-á com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum.
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A Presidência, de ofício, faz a inversão da Ordem do Dia, para melhor ordenar os trabalhos, ficando os Itens 1 a 6 para posterior apreciação, após os demais itens da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 7:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2001**

(Inversão de pauta, de ofício.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2001 (nº 567/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Aparecida D'Oeste – SP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida D'Oeste, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 578, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2001**

(Nº 567/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Aparecida D'Oeste – SP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida D'Oeste, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 20, de 2 de fevereiro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Aparecida D'Oeste-SP a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida D'Oeste, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 8:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 59, DE 2001**

(Inversão de pauta, de ofício.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 2001 (nº 653/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Católica, Cultural e de Promoção Social Pe. Cassimiro Mikucki a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Bonito, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 511, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Jonas Pinheiro.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 59, DE 2001**

(Nº 653/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Católica, Cultural e de Promoção Social “Pe. Cassimiro Mikucki” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Bonito, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada o ato a que se refere a Portaria nº 76, de 21 de março de 2000, que autoriza a Associação Católica, Cultural e de Promoção Social “Pe. Cassimiro Mikucki” a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Bonito, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 9:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 60, DE 2001**

(Inversão de pauta, de ofício.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2001 (nº 712/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Máximo Zandonadi para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Venda Nova do Imigrante, Estado do Espírito Santo, tendo

Parecer sob nº 512, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata, favorável, com abstenções do Senador Eduardo Suplicy e da Senadora Marina Silva.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 60, DE 2001**

(Nº 712/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Máximo Zandonadi para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Venda Nova do Imigrante, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 197, de 31 de maio de 2000, que outorga permissão à Fundação Máximo Zandonadi para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Venda Nova do Imigrante, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 10:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 63, DE 2001**

(Inversão de pauta, de ofício.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2001 (nº 643/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a União Caixeiral de Lajes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte, tendo

Parecer favorável, sob nº 580, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Amir Lando.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 63, DE 2001**

(Nº 643/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a União Caixeiral de Lajes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada o ato a que se refere a Portaria nº 122, de 3 de abril de 2000, que autoriza a União Caixeiral de Lajes a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 11:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 67, DE 2001**

(Inversão de pauta, *de ofício*.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2001 (nº 557/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Bairros do Município de Luz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Luz, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 543, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 67, DE 2001**

(Nº 557/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Bairros do Município de Luz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luz, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 218, de 17 de dezembro de 1999, que autoriza a Associação Comunitária dos Bairros do Município de Luz a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luz, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 12:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 69, DE 2001**

(Inversão de pauta, *de ofício*.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2001 (nº 603/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Chapadão do Sul a executar serviço

de radiodifusão comunitária na cidade de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 513, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ramez Tebet.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 69, DE 2001**

(Nº 603/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Chapadão do Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 102, de 22 de março de 2000, que autoriza a Associação Cultural Chapadão do Sul a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 13:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 70, DE 2001**

(Inversão de pauta, *de ofício*.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2001 (nº 612/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Nova Lima FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 544, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 70, DE 2001**

(Nº 612/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Nova Lima FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 199, de 6 de dezembro de 1999, que autoriza a Rádio Comunitária Nova Lima FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 14:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 96, DE 2001**

(Inversão de pauta, de ofício.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 2001 (nº 661/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Nossa Senhora das Candeias a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, sob nº 584, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Luiz Pontes.

Em votação o projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 96, DE 2001**

(Nº 661/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Nossa Senhora das Candeias a executar serviço de radiodifusão comunitária

na cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 97, de 22 de março de 2000, que autoriza a Associação Nossa Senhora das Candeias a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 15:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 108, DE 2001**

(Inversão de pauta, de ofício.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2001 (nº 575/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Sudeste do Piauí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, sob nº 585, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Hugo Napoleão.

Em votação o projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 108, DE 2001**

(Nº 575/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Sudeste do Piauí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 14, de 19 de janeiro de 2000, que outorga permissão à Fundação Cultural Sudeste do Piauí para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade,

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí.

Art 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Exª deu prioridade aos projetos de decreto-legislativo que fazem concessões de radiodifusão, porque não são polêmicos e serão votados rapidamente, mas os Itens nºs 16 e 17 são projetos de lei e podem dar margem à discussão. Nesse caso, seria melhor voltarmos ao Item nº 1 e seguirmos a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Senador Jefferson Péres, devo uma explicação a V. Exª e ao Plenário. Aceitei a ponderação de Senadores que foram a um encontro com o Procurador-Geral da República e que me pediram para inverter a pauta, porque desejavam participar da discussão dos itens iniciais. Fiz a inversão da pauta como forma de dar tempo para que os Colegas fossem à Procuradoria e pudessem retornar e participar da discussão.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Estou convencido.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 16:**

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 132, DE 1997

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 3, de 1999)

(Inversão de pauta, de ofício.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (São Luiz do Anauá-RR), tendo

Parecer favorável, sob nº 14, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Bianco, com abstenção do Senador Romero Jucá e declaração de voto do Senador Francelino Pereira.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à proposição.

Em discussão o projeto, em turno único.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apenas desejo registrar a importância do projeto e dizer que a região sul do Estado muito ganhará com a sua aprovação.

Peço, portanto, às Srªs e aos Srs. Senadores que aprovem para Roraima mais esse distrito agropecuário da Suframa, que será importante para o desenvolvimento auto-sustentável daquela região, evitando o desmatamento e dando condições de geração de renda, atividade e emprego àquela população.

Era esse o encaminhamento que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Continua em discussão o projeto. (Pausa.)

Não há venho mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 379, DE 2001

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, do art. 6º do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona e dá outras providências (São Luiz do Anauá-RR), para adequação ao art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Sala das Sessões, 26 de Junho de 2001. – **Mozarildo Cavalcanti.**

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – O dispositivo destacado será votado oportunamente.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 132, de 1997, ressalvado o destaque requerido.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a adequação do art. 6º do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 1997, ao art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 132, DE 1997**

Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de São Luiz do Anauá, no Estado de Roraima, Distrito Agropecuário destinado a desenvolver, preferencialmente, atividades de agropecuária, colonização, turismo ecológico, mineração, bem como áreas institucionais para preservação e pesquisas.

Art. 2º O Distrito Agropecuário de que trata esta lei terá por principais objetivos a criação de pólo de desenvolvimento agropecuário, o aumento da oferta de alimentos nos mercados da Amazônia Ocidental, especialmente, dos Estados de Roraima e Amazonas, o aproveitamento racional dos recursos naturais, a diminuição dos custos de produção e comercialização de produtos agrícolas e extrativos, a criação de tradição agrícola e a geração de novos empregos na região.

Art. 3º Compete ao Ministério do Planejamento e Orçamento, através da Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA, fixar as diretrizes e normas pertinentes à seleção e avaliação da viabilidade técnica e financeira dos projetos a serem implantados no Distrito Agropecuário de que trata o art. 1º

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei, no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 17:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 2000
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2001)
(Inversão de pauta, de ofício.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2000, de autoria

do Senador Arlindo Porto, que altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que “estabelece normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências”, tendo

Pareceres sob nº 1.310, de 2000, e 389, de 2001, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Luiz Pontes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece, com votos contrários das Senadoras Heloísa Helena e Emília Fernandes e dos Senadores Júlio Eduardo, Geraldo Cândido, Sebastião Rocha e Tião Viana; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2, de Plenário): favorável, na forma de subemenda à Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

Discussão, em conjunto, do projeto de Emenda e da subemenda.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o objetivo do nosso projeto é fazer com que haja, no campo, maior harmonia e segurança. Hoje, têm sido bastante difundidos os condomínios rurais, onde produtores integram-se, unem-se, no sentido de facilitar a contratação da mão-de-obra rural. O projeto propõe a equiparação da tributação previdenciária dos condomínios rurais à das pessoas físicas. Os condomínios rurais passariam a recolher 2,2% sobre o total da receita.

Projeto semelhante foi discutido e votado nesta Casa, e uma emenda do Senador Osmar Dias, inclusive, obteve aprovação. Por isso, conclamo os Srs. Senadores à votação favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a Emenda nº 1-CAS (substitutivo), que tem preferência regimental, ressalvada a subemenda.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a Emenda nº 1-CAS (substitutivo), fica prejudicado o projeto.

Em votação a Emenda nº 2, acatada como subemenda à Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora, a fim de redigir o vencido para o turno suplementar.

É o seguinte a matéria aprovada:

EMENDA Nº1 – CAS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75 (SUBSTITUTIVO), DE 2000

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), objetivando equiparar, para efeito de contribuição previdenciária, os condomínios de produtores rurais aos contribuintes individuais.

Art. 1º O inciso V do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigor acrescido da seguinte alínea a) – A:

Art. 12.
.....
V –

a) A o condomínio de produtores rurais, estabelecido com a finalidade única de contratação de mão-de-obra temporária;

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMENDA Nº 2-PLEN

citada como Subemenda à Emenda nº 1-CAS (Substitutivo)

Suprima-se a expressão: "...temporária;" , constante da alínea a)-A. do inciso V do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, na redação dada pelo art. 1º do PLS/75/2000.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 18:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 2001

(Inversão de pauta, de ofício.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2001 (nº 539/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fun-

dação Logos – Edições, Jornalismo e Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 577, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 2001

(Nº 539/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Logos — Edições, Jornalismo e Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 63, de 7 de junho de 1999, que outorga permissão à Fundação Logos — Edições, Jornalismo e Radiodifusão para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 19:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 2001

(Inversão de pauta, de ofício.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2001 (nº 578/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Vargem Alegre F.M. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vargem Alegre, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 570, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Nilo Teixeira Campos.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2001
(Nº 578/2000, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Vargem Alegre FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vargem Alegre, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 42, de 17 de fevereiro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Vargem Alegre FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vargem Alegre, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 20:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 64, DE 2001**

(Inversão de pauta, de ofício.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2001 (nº 707/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária de Nísia Floresta a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nísia Floresta, Estado do Rio Grande do Norte, tendo

Parecer favorável, sob nº 581, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Amir Lando.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 64, DE 2001
(Nº 707/2000, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária de Nísia Floresta a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nísia Floresta, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 145, de 25 de abril de 2000, que autoriza a Associação de Difusão Comunitária de Nísia Floresta a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nísia Floresta, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sr^{as} e Srs. Senadores, a Presidência propõe ao Plenário mais uma inversão de pauta. Os Itens 4, 5 e 6 dizem respeito à escolha de autoridades, com votação secreta. Recebi um apelo – repito – de alguns Colegas que foram a um encontro com o Procurador-Geral da República, para que se fizesse uma inversão na pauta com vistas à participação dos mesmos, principalmente no que diz respeito ao Item 1, que trata do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Se não houver objeção do Plenário, daremos início ao processo dessas votações de escolha de autoridade e, posteriormente, retomaremos a relação original da pauta.

Consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores se há alguma objeção em relação à inversão da pauta. (Pausa.)

A Presidência faz a inversão da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 4:**PARECER Nº 568, DE 2001**

(Escolha de autoridade)

(Votação secreta)

(Inversão de pauta, com aquiescência do Plenário)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 568, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Romeu Tuma, sobre a Mensagem nº 1, de 2001 (nº 1.820/2000, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a indicação da Senhora Marisa Almeida Del'Isola e Diniz, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 5:**PARECER Nº 601, DE 2001**

(Escolha de Autoridade)

(Votação secreta)

(Inversão de pauta, com aquiescência do Plenário)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 601, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Paulo Souto, sobre a Mensagem nº 122, de 2001 (nº 416/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a indicação do Senhor Ronaldo Porto Macedo Júnior, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, com mandato de dois anos.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 6:**MENSAGEM Nº 132, DE 2001**

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

(Votação Secreta)

(Inversão de pauta, com aquiescência do Plenário)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Nova da Costa, sobre a Mensagem nº 132,

de 2001 (nº 497/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a indicação do Senhor André Mattoso Maia Amado, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Peru.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson, para que S. Exª proceda à leitura do parecer referente ao Item nº 6.

PARECER Nº 632, DE 2001-CRE**O SR. CARLOS WILSON (Bloco/PPS – PE.) –**

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Sr. Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. André Mattoso Maia Amado, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Peru.

O nome do Sr. André Mattoso foi aprovado com 15 votos favoráveis.

É o seguinte o parecer na íntegra:

RELATÓRIO Nº 632, DE 2001

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 132, de 2001 (Mensagem nº 497, de 31 de dezembro de 2000, na origem), “que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor André Mattoso Maia Amado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru.

Relator: Senador **Valmir Amaral**Relator ad hoc: Senador **Nova da Costa**

Com base no art. 52, inciso IV da Constituição Federal, e legislação ordinária pertinente, o Senhor Presidente da República, na forma da Mensagem nº 132, de 2001 (Mensagem nº 497, de 31 de dezembro de 2000, na origem), submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor André Mattoso Maia Amado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercero cargo de Embaixador do Brasil jun to à Re p ú b l i c a do Peru.

Acompanha a Mensagem Presidencial em epígrafe, o **Curriculum Vitae** do Embaixador Andre Mattoso Maia Amado, do qual cabe destacar: nascido no Rio de Janeiro-RJ, em 15 de fevereiro de 1946, filho de Gildásio Amado e Marília Mattoso Maia Amado, o interessado, após concluir o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, foi nomeado Terceiro Secretário, em 3 de fevereiro de 1970. Subseqüentemente, sempre por merecimento, foi promovido a Segundo Secretário, em 1º de setembro de 1973, Primeiro Secretário, em 21 de junho de 1979, Conselheiro, em 22 de dezembro de 1982, Ministro de Segunda Classe, em 30 de junho de 1989 e Ministro de Primeira Classe, em 21 de dezembro de 1997. Dentre os cargos e missões que desempenhou, cumpre destacar: Washington, Missão junto à OEA, Segundo Secretário, 1974/78; Montevidéu, Segundo Secretário, 1978/79; Paris, Conselheiro, 1983/85; Madri, Conselheiro, 1985/88; III Reunião da Comissão Econômica Mista Brasil-Japão, Brasília, 1973 (assessor); Assembléia Geral da OEA, 1975 (delegado) 76/77/78; Comissão Assessora para Assuntos Administrativos e Orçamentários da OEA, eleito por um mandato de 3 anos, a título pessoal, 1976 (membro); Visita de sua Santidade o Papa João Paulo II ao Brasil, 1980 (membro da Comissão Especial e acompanhante oficial); Reunião do Comitê Negociador do Sistema Global de Preferências Comerciais, Brasília, 1986 (delegado); Reuniões com equipes de planejamento político da Alemanha, Argentina, Canadá, China, EUA, França, Japão, México, Reino Unido e Suécia, 1990/92 (membro). O Embaixador André Mattoso Maia Amado possui as seguintes condecorações: Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil; Ordem do Mérito Forças Armadas, Comendador, Brasil; Ordem do Mérito Aeronáutico, Oficial, Brasil; Ordem do Mérito Militar, Cavaleiro, Brasil; Medalha do Pacificador, Brasil; Medalha Mérito Tamandaré, Brasil; Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil; Ordem de Isabel, a Católica, Grande Oficial, Espanha; Ordem do Mérito, Grande Oficial, Itália; Ordem ao Mérito Mehitense, Grande Oficial, Ordem Militar e Soberana de Malta; Ordem de San Carlos, Oficial, Colômbia; Ordem del Infante, Comendador, Portugal; Ordem da Águia Azteca, Comendador, México; Ordem do Mérito, Oficial, República Federal da Alemanha; Ordem do Libertador San Martín, Oficial, Argentina; Ordem do Libertador O'Higgins, Oficial, Chile. Cumpre ainda informar que o Embaixador é autor de literatura em prosa, tendo publicado os seguintes romances: "Desde os tempos de esquina",

pela editora Maltese, em 1995, e "Dentro do Exílio", pela Editora Top Books, em 2001.

No presente momento, o Embaixador André Mattoso Maia Amado ocupa o cargo de Diretor do Instituto Rio Branco, tendo em sua gestão dado ênfase à profissionalização da formação diplomática e a maior integração com a sociedade civil. São estas as informações a se remprestadas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão, 20 de junho de 2001. – **José Agripino**, Presidente – **Valmir Amaral**, Relator – Relator **ad hoc**, **Nova da Costa**.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em discussão o parecer.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas quero fazer um apelo em relação à escolha do nome do Embaixador, que – acredito – será aprovado sem dificuldade pelo Plenário do Senado Federal.

Espero que esteja presente, na sua prioridade de gestão, junto à Embaixada do Brasil no Peru, o sonho de toda a população da Amazônia, que é a integração rodoviária com o Oceano Pacífico, para que possamos um dia alcançar o mercado asiático e a chamada rodovia biooceânica. Do lado brasileiro, no Estado do Acre, estamos concluindo essa obra. Se Deus quiser, até o próximo ano, essa rodovia estará acabada, numa parceria do Governo do Estado com o Governo Federal. Não tenho dúvida de que essa será uma das obras mais importantes da história do Governo Federal atual e do Governo do Estado, atendendo a uma solicitação de todo o povo da Amazônia, que é a de abrir o mercado asiático por meio da Amazônia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Passa-se à votação simultânea dos Itens 4, 5 e 6.

De acordo com o Regimento, o escrutínio é secreto. Os votos e as sobrecartas encontram-se à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores em três cabinas indevassáveis. Há três urnas em frente à mesa, identificando os respectivos indicados e seus cargos, onde as sobrecartas deverão ser depositadas.

A Presidência apela para as Sr^{as} e Srs. Senadores que se encontram em outras dependências do

Senado Federal que compareçam ao plenário, pois haverá votação nominal com escrutínio secreto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se às votações secretas.)

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar a presença nas galerias de aproximadamente 60 Vereadores dos mais diversos Municípios do meu Estado, Rondônia. Eles estão em Brasília para participar do 40º Encontro Nacional de Vereadores, que se realiza a partir de amanhã, terminando no dia 29 de junho, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Os Vereadores estão acompanhados do Presidente da Ordem dos Vereadores de Rondônia, Sr. Fábio Camilo.

Faço este registro em homenagem aos nossos Vereadores e para consignar esse importante conclave que se realizará em Brasília, que é o conagraçamento de todos os Vereadores brasileiros.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de fazer um registro, Sr. Presidente, da exposição de motivos conjunta do Ministério do Planejamento e do Ministério de Desenvolvimento Agrário, no sentido de buscar a alteração da Medida Provisória 2.150-39, que dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal e registrar que esse aviso, que essa exposição de motivos destaca a necessidade de se ampliar essa medida provisória, colocando os engenheiros agrônomos do Incra no atendimento que prevê a matéria.

É importante registrar que o profissional em agronomia do Incra fiscaliza o cumprimento da função social da propriedade, as condições uso da terra, a produção agropecuária, bem como o cumprimento das legislações ambiental e trabalhista. Tais serviços de fiscalização têm como resultado a classificação dos imóveis rurais e, em consequência, a penalização dos infratores, quer pela desapropriação quer o ajustamento das informações fiscais, com vistas a tributação, atuação e outros, sendo também responsá-

veis pela avaliação dos imóveis rurais utilizados na reforma agrária.

A fiscalização do cumprimento da função social da propriedade deve ser permanente, razão pela qual os serviços dos engenheiros agrônomos do Incra serão também permanentemente enquadrados como profissionais inseridos no contexto atual da organização do novo Estado brasileiro.

Portanto, registro a importância do pleito do Ministro Raul Jungmann e hipoteca aqui o meu apoio aos engenheiros agrônomos do Incra, que precisam ter esse atendimento para melhor exercerem a sua ação.

Peço, inclusive, a transcrição do documento que mencionei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS
TERMOS DO ART 210 DO REGIMENTO
INTERNO.*

EM CONJUNTA/MDA/MP/ Nº 00005/2001

Brasília, 7 de junho de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência, a anexa proposta de alteração da Medida Provisória nº 2.150-39, de 31 de maio de 2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, configura-se como o executor de um dos maiores programas sociais do Governo Federal, a Reforma Agrária, tendo adotado medidas efetivas de mudanças na sua estrutura organizacional e operacional, visando a modernização, eficiência, eficácia e efetividade nos seus serviços. Nesse cenário de amplas transformações, é natural a adequação também do principal patrimônio da Instituição, os recursos humanos.

A Constituição Federal, em seu art. 84, estabelece que a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária é de competência exclusiva da União, sendo o Incra o executor dessa atividade, assim como o é, também, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento na execução da política agrícola, a qual deve ser compatibilizada com a política de refor-

ma agrária, conforme estabelece o § 2º do art. 187 da Carta Magna.

Também o Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966, regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III e outros artigos da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), no Capítulo II, Seção I – Das Finalidades e Objetivos, no art. 14, assim dispõe: "O IBRA e o INDA são órgãos executores da colonização oficial, dotados em suas áreas de atuação de prerrogativas de direção e fiscalização das atividades colonizadoras públicas ou particulares".

O Incra, de acordo com o Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970 é o Órgão sucessor do IBRA e INDA, portanto, investido das atribuições destes, inclusive as de fiscalização.

A missão do citado Instituto, de acordo com a Constituição Federal e o Estatuto da Terra, é típica de Estado. Há que se destacar as diferentes atribuições das diversas categorias profissionais particularmente aquelas de responsabilidade do Engenheiro Agrônomo.

O profissional em agronomia do referido Instituto, fiscaliza o cumprimento da função social da propriedade, as condições de uso da terra, a produção agropecuária, bem como o cumprimento da legislação ambiental e trabalhista. Tais serviços de fiscalização tem como resultado a classificação dos imóveis rurais e, em consequência, a penalização dos infratores, quer pela desapropriação ou ajustamento das informações fiscais com vistas à tributação, atuação e outros, sendo, também, responsáveis pela avaliação de imóveis rurais utilizados no programa de Reforma Agrária.

A fiscalização do cumprimento da função social da propriedade deve ser permanente, razão pela qual, os serviços dos Engenheiros Agrônomos do Incra serão também permanentes, enquadrando-se como profissionais inseridos no contexto atual de organização do novo Estado Brasileiro.

Os projetos de assentamentos para a Reforma Agrária destinam-se à exploração agropecuária, ao aproveitamento e utilização de recursos naturais e de desenvolvimento agropecuário, constituindo-se em ações de atividades técnicas sob a responsabilidade do Engenheiro Agrônomo, segundo as alíneas **a** e **b** do art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

Não obstante a redução permanente do quadro desses profissionais, a citada Autarquia vem, sistematicamente, cumprindo suas metas em função dos esforços do conjunto dos seus servidores. Este de-

sempenho tende a ser ainda mais efetivo no futuro, diante da grande demanda existente, especialmente quando se vislumbra o programa de governo, que prevê o incremento na atividade de assentamentos de trabalhadores rurais. Na execução dessa atividade, os Engenheiros Agrônomos participam desde a obtenção do imóvel rural até a consolidação dos projetos de assentamento.

Pelo efetivo empenho dessa categoria profissional, registrou-se nos últimos anos expressivos avanços, tais como: salto de qualidade e produtividade nos serviços de aquisição de imóveis rurais, com a melhoria da qualidade das terras incorporadas ao programa de Reforma Agrária; redução acentuada nos custos de obtenção e consequentemente no custo por família, gerando uma economia anual de milhões para o Erário; e cumprimento das metas de assentamento estabelecidas pelo Governo Federal.

Assim, a proposta de alteração da Medida Provisória, que ora se submete à consideração de Vossa Excelência está plenamente consubstanciada em dispositivos constitucionais e legislação pertinente, inclusive, respaldada no princípio de proporcionar tratamento isonômico a profissionais responsáveis por atividades similares, ou seja de fiscalização, pleiteando-se a inserção dos ocupantes do cargo de Engenheiro Agrônomo do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, na carreira de Fiscal Federal Agropecuário, assim como ocorreu com os Engenheiros Agrônomos do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, por meio da Medida Provisória nº 2.136-33 de 28 de dezembro de 2000 e suas reedições. O pleito está em perfeita consonância com os propósitos do serviço público federal no sentido de fortalecer as áreas cujos serviços são típicos de Estado, agrupando as categorias funcionais nos grupos de atividades similares.

São estas, Senhor Presidente, as razões que justificam a presente proposta, afigurando-se urgente e relevante, tendo em vista os fins almejados.

Respeitosamente. – **Raul Belens Jungmann Pinto**, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário – **Martus Antonio Rodrigues Tavares**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – V. Exª será atendido.

A Presidência renova o apelo às Srªs e aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências do Senado Federal para comparecerem ao plenário, pois estamos em votação nominal com escrutínio

secreto para escolha de autoridades diplomáticas e para a Direção Geral da Agência Brasileira de Inteligência.

A Presidência informa também que, além das votações secretas que estamos a realizar, apreciaremos ainda um projeto de lei complementar, com votação nominal, e duas emendas à Constituição, totalizando quatro votações nominais. Rogo, portanto, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que permaneçam no plenário para apreciação dessas matérias.

Informo ainda que, logo após a Ordem do Dia da sessão do Senado, teremos a sessão do Congresso Nacional, para apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Vou encerrar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Encerrada a votação.

Solicito ao 1º Secretário e ao 4º Secretário que façam a verificação do resultado das votações.

Solicito, ainda, ao Senador Moreira Mendes que colabore com a Mesa participando como escrutinador.

(Procede-se à apuração)

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – O painel já está aberto para a votação da matéria referente ao fundo de combate à pobreza?

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Ainda não.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Então, o processo de discussão ainda vai começar?

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Exatamente, e antecederá à votação.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Mas já estão registrando os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Deve ser a ansiedade em aprovar a matéria.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Mas, tecnicamente, V. Ex^a pode bloquear essa ansiedade no painel?

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Exatamente. O painel será zerado, se me permite a expressão, após a discussão para a votação em momento oportuno.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Bezerra pela ordem.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos recebendo aqui, neste instante, o cacique Raoni, que está vindo da Europa e está lançando o Instituto Raoni, no Parque Nacional do Xingu, no Município de Colider. Ele está visitando o Senado da República e se encontra na bancada da imprensa.

Eu queria registrar a presença do maior Líder indígena brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – O Senado agradece a comunicação de V. Ex^a e cumpri-menta o Cacique.

A Presidência vai proclamar o resultado da deliberação do Senado à indicação da SRA. Marisa Almeida Del'Isola e Diniz para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – Abin.

Votaram SIM 50 Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores; e NÃO, 05. Abstenções, 02.

O nome foi aprovado.

Será feita a comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a indicação do Sr. Ronaldo Porto Macedo Júnior para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o CADE.

Votaram SIM 50 Sr^{as} e Srs. Senadores; e NÃO, 5.

Abstenções, 2.

O nome foi aprovado e será feita a comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Quanto à deliberação do Senado sobre a indicação do nome do Sr. André Matoso Maia Amado, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República do Peru, votaram SIM 50 Sr^{as} e Srs. Senadores; e NÃO, 05 Senadores.

Houve 2 abstenções.

O nome foi aprovado, e a comunicação será feita ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 1:**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 46, DE 2001-COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição Federal, combinado com o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno, e do Requerimento nº 356, de 2001)
(Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2001-Complementar (nº 1770/2001 – Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo

Pareceres sob nºs 610, 611 e 612, de 2001, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos, e de Assuntos Sociais, favoráveis ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 6, apresentadas nos termos regimentais, Relatores, respectivamente, os Senadores Antonio Carlos Júnior, Lúcio Alcântara e Romero Jucá, com votos contrários, dos Senadores Geraldo Cândido, Sebastião Rocha, Tião Viana e da Senadora Emília Fernandes, e contrário, em separado, da Senadora Marina Silva.

A Presidência comunica ao Plenário que, durante o prazo único previsto no art. 122, item 2, alínea "b", combinado com o art. 375, item 1, do Regimento Interno, foram oferecidas seis emendas à proposição perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, as quais receberam parecer contrário de todas as mencionadas Comissões.

Uma vez que o pronunciamento daqueles colegiados sobre as referidas emendas é final e definitivo, elas somente serão submetidas à deliberação do Plenário, sem discussão, caso haja recurso interposto por um décimo dos membros do Senado, nos termos do art. 124, Inciso III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, recursos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

São lidos os seguintes:

RECURSO Nº 10, DE 2001

Nos termos do inciso III do art. 124, combinado com a alínea **b** do inciso II do art. 122 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito seja submetido a votos a Emenda nº 1 ao PLC nº 46/2001.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2001.

RECURSO Nº 11, de 2001

Marina Silva
Antonio Carlos Júnior
Lúcio Alcântara
Romero Jucá
Geraldo Cândido
Sebastião Rocha
Tião Viana
Emília Fernandes
Antero Paes de Barros

Nos termos do inciso III do art. 124, combinado com a alínea **b** do inciso II do art. 122 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito seja submetido a votos a Emenda nº 2 ao PLC nº 46/2001.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2001

Marina Silva
Antonio Carlos Júnior
Lúcio Alcântara
Romero Jucá
Geraldo Cândido
Sebastião Rocha
Tião Viana
Emília Fernandes
Antero Paes de Barros

RECURSO Nº 12 DE 2001

Nos termos do inciso III do art. 124, combinado com a alínea **b** do inciso II do art. 122 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito seja submetido a votos a Emenda nº 3 ao PLC nº 46/2001.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2001.

Marina Silva
Antonio Carlos Júnior
Lúcio Alcântara
Romero Jucá
Geraldo Cândido
Sebastião Rocha
Tião Viana
Emília Fernandes
Antero Paes de Barros

RECURSO Nº 13, DE 2001

Nos termos do inciso III do art. 124, combinado com a alínea **b** do inciso II do art. 122 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito seja submetido a votos a Emenda nº 4 ao PLC nº 46/2001.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2001

Handwritten signatures and initials:
 Jader Barbalho
 Marina Silva
 (initials)
 (initials)
 (initials)
 (initials)
 (initials)

RECURSO Nº 14, DE 2001

Nos termos do inciso III do art. 124, combinado com a alínea **b** do inciso II do art. 122 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito seja submetido a votos a Emenda nº 5 ao PLC nº 46/2001.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2001.

Handwritten signatures and initials:
 Jader Barbalho
 Marina Silva
 (initials)
 (initials)
 (initials)
 (initials)
 (initials)

RECURSO Nº 15, DE 2001

Nos termos do inciso III do art. 124, combinado com a alínea **b** do inciso II do art. 122 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito seja submetido a votos a Emenda nº 6 ao PLC nº 46/2001.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2001.

Handwritten signatures and initials:
 Jader Barbalho
 Marina Silva
 (initials)
 (initials)
 (initials)
 (initials)
 (initials)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – As Emendas de nºs 1 a 6, objeto dos recursos que acabam de ser lidos, serão submetidas à deliberação do Plenário, sem discussão, nos termos do art. 124, inciso III, do Regimento Interno.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considero importante este momento na vida do Congresso Nacional, particularmente do Senado.

V. Ex^a, ao fazer referência à Comissão de Assuntos Sociais, registrou meu voto contra a proposta de regulamentação do Governo. Todavia, enfatizo que votei favorável ao voto em separado que apresentei, posto que tinha divergência com a forma proposta pelo Executivo. Votei favorável a uma outra proposta de regulamentação, que considero mais adequada e essencial às necessidades de exclusão social do País, que, como não me canso de repetir, tem um déficit social de 78 milhões de pessoas pobres, dentre as quais 43 milhões vivendo com menos de US\$1,00 por dia.

Durante o período de quase um ano, sob a Presidência do ilustre Senador Maguito Vilela, tive a oportunidade de ser Vice-Presidente da Comissão de Combate e Erradicação da Pobreza, criada a partir de requerimento de minha autoria. Visitamos as diversas realidades empobrecidas do País e trouxemos para o Congresso Nacional, dentro de uma perspectiva afirmativa de estarmos apresentando sugestões para a erradicação da pobreza, em debate amplo com a sociedade brasileira, um conjunto de propostas que não foram apenas oriundas da cabeça dos Srs. Parlamentares, mas foram a síntese das discussões realizadas por pesquisadores, inclusive do Ipea, por pessoas ligadas à academia, representantes da sociedade e de movimentos eclesiais, como é o caso de Dom Mauro Morelli, por experiências que já haviam sido realizadas, como é o caso da bolsa-escola, implementada aqui pelo ex-Governador Cristovam Buarque, e tantas outras iniciativas.

Naquela oportunidade, Sr. Presidente, o diagnóstico feito – não contestado por nenhum dos Srs. Senadores e Deputados – é que a exclusão social de nosso País apontava para a necessidade de um fundo de R\$35 bilhões. Esse estudo foi apresentado na Comissão Especial Mista de Combate à Pobreza pelo

ex-Governador Cristovam Buarque. Propôs-se que esses recursos deveriam ser alocados em nosso Orçamento com o nome de Orçamento Social, proposta essa que tentei apresentar agora como emenda à LDB, que infelizmente não foi acatada pela relatora. Mas estaremos novamente apresentando como destaque daqui a pouco na sessão do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, o resultado do trabalho da Comissão concluiu por R\$4 bilhões, na forma em que foi aprovado pela vontade da Maioria, à qual o Bloco da Oposição aqui se manifestou claramente contra, por compreendermos que esses recursos eram insuficientes. No entanto, entendemos que, mesmo insuficiente, é um passo, é uma gota no oceano de necessidades que, infelizmente, não tem contado com a mesma prioridade que temos identificado em algumas ações do Governo. Eu poderia elencar várias delas, como, por exemplo, a crise dos bancos, ocasião em que o Governo logo se apressou em socorrê-los com bilhões de reais, para que não houvesse a crise.

Posso citar outros exemplos, como o caso da multinacional Ford, que, ao se instalar na Bahia, recebeu cerca de R\$180 milhões de renúncia fiscal para poder alise instalar, em detrimento das necessidades sociais do nosso País. Agora, recentemente, a multinacional Monsanto, uma empresa rentável, altamente poderosa, que está faturando mais de US\$5 bilhões por ano, recebeu 260 milhões do Governo Federal para se instalar em nosso País.

Diante dessa situação de desrespeito à exclusão social do País, onde recursos públicos são alocados para empresas altamente rentáveis, que não necessitariam dos recursos que deveriam ser encaminhados para os nossos pobres, estamos aqui discutindo R\$4 bilhões do Fundo de Combate à Pobreza, sob o argumento de que não temos recursos suficientes para criarmos o Fundo que, pelo menos, atendesse à metade das nossas necessidades.

Diante desse quadro, apresentamos um voto em separado, infelizmente fomos derrotados. Apresentamos um conjunto de emendas e nenhuma foi acatada pelos relatores, principalmente na Comissão de Mérito.

Lamentavelmente, as emendas e o voto em separado, com certeza, estariam melhorando o projeto, sobremaneira. Quero, aqui, citar pelo menos três aspectos que considero fundamentais: um, com relação à participação da sociedade. É impossível debelarmos a pobreza em nosso País, na situação em que se encontra, com 78 milhões de pessoas em pobreza, 15 milhões de jovens analfabetos, e 43 milhões vivendo abaixo da linha de pobreza, se tivermos apenas

uma ação isolada do Poder Executivo, sem a participação da sociedade civil.

O Governo pode argumentar que está previsto, sim, que haverá um Conselho com a participação da sociedade, mas não diz claramente qual é a função desse Conselho, o número de membros, qual seria o seu papel no processo de formulação, fiscalização, controle e avaliação dos programas que seriam instituídos.

De sorte, Sr. Presidente, que todas essas críticas, durante o processo da primeira discussão, quando aprovamos o Fundo e, agora, na sua regulamentação, temos incansavelmente repetido. Mas, lamentavelmente, o nosso País, que não tem dinheiro para atender condignamente as necessidades dos pobres, tem dinheiro para a Monsanto, para a Ford, para o Marka e para o Fontecindam e tantos outros, que, às expensas dos pobres, em detrimento de suas necessidades, têm sido vergonhosamente beneficiados.

Assim, a nossa proposta é de criação de um Conselho que estivesse à altura das necessidades do País, discutindo, formulando, fiscalizando, controlando, de forma paritária, composto de seis membros da sociedade, seis do Poder Executivo. Esse conselho poderia, sim, contribuir grandemente para dar uma nova qualidade política ao enfrentamento dos problemas sociais.

Naquela oportunidade, queríamos que 75% dos recursos fossem destinados à bolsa escola, até porque, segundo o Ipea, não era a Oposição que dizia isso. Foi constatado que a forma mais eficiente de combater a pobreza seria por meio de ações de educação e reforma agrária. Infelizmente, também essa proposta não foi acatada.

Como alguém que participou ativamente da Comissão de Combate à Pobreza; que visitou as pessoas mais pobres do Nordeste brasileiro em São José da Tapera; que viu pessoas tomando chá de capim-santo no almoço e no jantar como a única refeição existente; que viu pessoas colocando lama dentro de um saco e aparando em baixo, em uma bacia, para beber como se fosse água; que viu pessoas que fazem sopa de cacto para poder comer, eu não poderia ter uma outra atitude senão votar favoravelmente, mas fazendo questão de identificar, aqui, todas as formas de ineficiência que há dentro desse mingau do fundo.

Estamos dando um passo insuficiente, um pequeno passo, um pequenino passo, para que o Brasil todo perceba que os recursos do nosso País são destinados, com muito mais afinco, para multinacionais e para bancos falidos do que para os pobres. No entanto, eu jamais poderia me furtar a colocar pelo menos uma gota no oceano, mesmo porque, juntamente

com os Senadores Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Maguito Vilela e tantos outros, trabalhei com afinco, nessa Comissão, para tentarmos sair dali com uma proposta que atendesse às necessidades dos pobres do nosso País.

Lamentavelmente, o que temos é insuficiente no que se refere à quantidade de recursos, à forma como esses recursos serão utilizados e à concepção política, que não acata as contribuições da Oposição nem abre à participação da sociedade como sendo esta capaz de fiscalizar, formular, controlar e avaliar uma política nacional de combate à pobreza.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Eu faço um apelo aos Srs. e aos Srs. Se na do res no sentido de que se limitem ao tempo estabelecido no Regimento, considerando que temos ainda duas emendas à Constituição e mais ainda a sessão do Congresso Nacional.

Concedo a palavra a nobre Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, os vice-líderes da nossa Bancada estarão encaminhando a liberação do Bloco nesta votação, em virtude de o nosso Líder, Senador José Eduardo Dutra, estar com problema de saúde e não estar aqui hoje compartilhando conosco esta votação.

Tive oportunidade de acompanhar as discussões que culminaram com a criação do Fundo de Combate à Pobreza. A Oposição, em função de como se acabou consolidando a Emenda Constitucional, tivemos a oportunidade de votar contra. Agora, na regulamentação, os Parlamentares da Oposição, os Parlamentares do Bloco serão liberados.

Eu não tenho nenhum problema em defender políticas de assistência social, as chamadas políticas compensatórias. Embora eu acredite muito na construção de uma sociedade justa, fraterna, igualitária e socialista, entendo que as políticas compensatórias, de uma forma geral, sejam meros mecanismos para atenuar a tensão social e fortalecer a estrutura maldita, perversa, cruel e desigual vigente. Como sou uma das sobreviventes que nasceram marcadas pelo chamado lixo humano, para estar nas ruas vendendo o corpo por um prato de comida ou ir para a marginalidade como último refúgio, entendo que determinadas políticas sociais que criem a possibilidade da preservação anatomofisiológica das pessoas é de fundamental importância. Milhares de pessoas neste País, cem milhões de pessoas, colocadas à margem da economia, são submetidas à fome, à miséria, ao desemprego e à marginalidade como último refúgio, víti-

mas diretas dessa elite perversa, incompetente, decadente e cruel, precisam de algum tipo de política social para preservar a sua estrutura anatomofisiológicas.

O corpo humano não pode esperar. Por isso, em muitos momentos, acabamos lutando pela vergonhosa cesta básica, pela migalha da cesta básica, para, ao menos, garantirmos às pessoas a sobrevivência anatomofisiológica de seus corpos, para que, esperamos, se transformem em lutadores do povo, e enquanto lutadores do povo, modifiquem este País.

Sabemos que as políticas compensatórias implementadas pela elite política e econômica pelos sucessivos Governos Federais têm como única meta manipular consciências e pessoas, consolidar nas pessoas sua própria miséria e submetê-las às migalhas em troca do favor político. Isso é o que efetivamente acontece.

Ninguém poderia cobrar de mim ou da minha história de vida ou do meu compromisso político um pseudocompromisso com os pobres, por votar contra ou a favor deste projeto de regulamentação. Voto contra esse projeto com a consciência absolutamente tranqüila. Ninguém pode me dar lição de compromisso com os pobres e excluídos deste País. Voto contra, pois o projeto de regulamentação traz os mesmos problemas ressaltados por nós na discussão da PEC. Por exemplo, ele não determina os valores percentuais específicos para programas efetivos, não como o que estamos chamando aqui de programa de “combate e erradicação da pobreza”. “Combate e erradicação da pobreza com R\$1,00 por mês!? Pelo amor de Deus, não vamos dizer isso. Vamos chamar de mecanismos para minimizar a dor e o sofrimento. Alguém diga outro nome. Mas dizer “combate e erradicação da pobreza” com R\$1,00 por mês para cada pobre?! Isso significa pisar, com muita força, nos corações pobres, miseráveis deste País. Vamos chamar de outro nome. O projeto não determina os valores percentuais específicos para os programas, algo pelo qual lutamos muito, embora tenhamos tido a oportunidade – e qualquer medíocre planejador de plantão sabe – de perceber que o paralelismo de ações não contribui para a eficácia do setor público.

Há, ao mesmo tempo, vários órgãos fazendo a mesma coisa. Existe uma verdadeira declaração de amor aos pobres deste País: que é a Lei Orgânica da Assistência Social – que inclui tudo que estamos dizendo aqui que vamos fazer. A Lei Orgânica da Assistência Social é uma verdadeira declaração de amor aos excluídos deste País. O Fundo da Assistência Social tem o quê? Nada, migalhas, percentuais insignificantes.

Do ponto de vista do planejamento, estamos criando várias estruturas, com as mesmas diretrizes programáticas imbuídas da mesma perspectiva de

executar as mesmas coisas, criando um paralelismo de ação, que só contribui para a ineficácia do atendimento. Estamos fazendo isso sem uma definição propriamente dita. Estamos fazendo isso sem estabelecer aquilo pelo que lutamos tanto e que existe na Lei Orgânica da Assistência Social e no fundo de Assistência Social, ou seja, o mecanismo de controle social, a possibilidade de, de forma paritária, estabelecer o mecanismo da participação da sociedade controlando a análise dos projetos, controlando a destinação e a execução dos recursos, justamente para evitar a manipulação política, o paralelismo de ação, a demagogia **versus** a ineficácia no atendimento aos excluídos e aos pobres deste País.

Sr. Presidente, embora tenhamos elaborado vários recursos de votação das nossas emendas, para variar, quando as matérias chegam ao Senado, não dá mais tempo de alterar nada, não se aceita mais nenhuma emenda, tudo acaba sendo efetivamente rejeitado. Então, apesar de a Bancada estar liberada, mantenho a coerência com o voto que proferi na PEC, porque, infelizmente, a regulamentação não traz as alterações necessárias, tanto do ponto de vista da eficácia do planejamento, quanto da eficácia da execução das ações e do controle social. Mantenho o voto contrário.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Jader Barbalho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antero Paes de Barros, 2º Secretário.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Antero Paes de Barros, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jader Barbalho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, atendei o apelo de V. Ex^a procurando ser brevíssimo.

A matéria é de tal relevância e de tal significado que devemos votá-la o mais rápido possível, até mesmo pelo fato de ser esse programa um dos que já nascem com recurso.

De uma maneira geral, todos os Governos são acusados de lançarem programas que depois não se concretizam por não haver recursos para tornar realidade o que se aprova. Pois bem. Esse programa já nasce com mais de R\$500 milhões aplicados em Títulos do Tesouro Nacional, conforme determina a

emenda constitucional promulgada em 14 de dezembro do ano passado, que criou esse Fundo. Estamos votando agora a sua regulamentação.

Aliás, espero que o PT, embora a Senadora Heloísa Helena tenha anunciado o seu voto contrário, vote favoravelmente ao projeto. O Partido dos Trabalhadores está demonstrando que tem uma capacidade muito grande inclusive de revisar os seus conceitos e de se manifestar maduramente favorável a determinadas teses que se impõem pela sua importância intrínseca e, certamente, essa é uma delas.

Esse Fundo destinará anualmente, no mínimo, R\$4 bilhões para combater e erradicar a pobreza no Brasil. Há 56 milhões de pessoas no Brasil, entre pobres e miseráveis. Não tenho a pretensão de dizer que R\$4 bilhões por ano, no mínimo, durante 10 anos, serão suficientes para resolver o problema da pobreza no Brasil. No entanto, essa quantia ajudará bastante.

Há um conselho, já previsto na emenda, em que haverá representação da sociedade civil. Os programas estão sendo concebidos de maneira a que se evite, ao máximo, o desvio dos recursos ou a que, mesmo sem desvios, sejam consumidos ao longo da cadeia burocrática e, aos poucos, cheguem ao destinatário final. Tanto assim que o Presidente da República lançou, em Capão Bonito, o Programa Bolsa-Escola que será financiado com recursos do Fundo. Todo mês, a mãe receberá o recurso por meio de um cartão magnético, algo que vai diretamente ao beneficiário. Isso se dará com todas aquelas famílias que tiverem uma renda mensal inferior a meio salário mínimo e filhos na idade de seis a quatorze anos na escola pública. O mesmo pode ser dito para os projetos que estão sendo elaborados para o saneamento das pequenas comunidades rurais.

Esse é um Fundo que tem recursos assegurados e um grande alcance social. Imagino que pessoas generosas e que conhecem de perto esse problema – como as Senadoras Marina Silva e Heloísa Helena – gostariam, assim como todos nós, que os recursos destinados a esse Fundo fossem muito mais substanciais.

Tive a honra de ser Relator das propostas de emenda constitucional que resultaram naquele texto, convertido na emenda constitucional promulgada em 14 de dezembro do ano passado. Este é o momento de fazer registros históricos. A proposta concretizada inicialmente de emenda constitucional para criar esse Fundo foi proclamada com vigor e entusiasmo pelo então Senador Antonio Carlos Magalhães – que realmente expôs concretamente essa questão, sendo o primeiro signatário de uma emenda desse jaez. Posteriormente, instituiu-se uma Comissão Mista, de De-

putados e Senadores, que teve como Vice-Presidente a Senadora Marina Silva. O Relator, salvo engano, foi o Deputado Roberto Brant, que também concluiu pela apresentação de uma proposta de emenda constitucional.

Fui o Relator de ambas as propostas e empenhei-me em negociações, em entendimentos com os Senadores, com os responsáveis por essas propostas, e depois com o Poder Executivo, com o próprio Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para chegarmos àquele texto aprovado no Senado Federal e que foi à Câmara dos Deputados, onde não foi modificado. Trata-se do texto elaborado aqui no Senado Federal que está hoje inscrito no Ato das Disposições Transitórias da Constituição brasileira. Então, agora estamos aprovando a lei, a regulamentação desse Fundo.

Para concluir, os heróis dessa vitória são muitos, mas eu poderia resumir todos em um só deles, que é alguém que sem premissas, sem favor nenhum: trata-se do Senador Eduardo Suplicy, que sempre tem se empenhado com muito entusiasmo, com muita dedicação nesta luta, com obstinação elogiável. Também cito o então prefeito de Campinas, José Roberto Magalhães Teixeira, já falecido, que foi quem primeiro fez o Programa de Garantia de Renda Mínima, vinculado à educação no Brasil. Isso é História, não é questão de eu preferir a, b ou c. Estamos aqui, fazendo, de certa maneira também, História em relação a esse assunto.

Por último, que ro deixar bem claro que tudo isso foi, Sr. Presidente, Srs. Senadores, gerado, idealizado, concebido e concretizado no Parlamento.

Tudo isso foi decisão do Congresso Nacional, sobretudo do Senado Federal, esta Instituição, tantas vezes incompreendida, injuriada, mais conhecida pelos seus defeitos do que por suas qualidades. Então, quando alguém perguntar o que fazemos Senadores. Podemos responder que fazemos coisas como esta: criamos um Fundo que se destina a combater, a erradicar a pobreza no Brasil, que vai ter pelo R\$ 4 bilhões, por ano, durante 10 anos.

Era isso que queria deixar aqui bem claro. E espero que esta matéria receba o voto favorável de todos os Srs. Senadores, porque este é um passo importante no combate a essa grande questão social do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) — Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB — SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente votarei favoravelmente esta proposta que, se não resolve o

problema da pobreza no Brasil, pelo menos em muitos lugares, principalmente na nossa região Nordeste, beneficia muitos pobres com programas compensatórios que serão desenvolvidos pelo Governo.

Sr. Presidente, vejo que o Governo está disposto a cumprir, pelo menos neste caso, a Constituição e a Legislação que vai ser aprovada agora pelo Congresso Nacional: a regulamentação da PEC da pobreza, inspirada numa composição do Senador Antonio Carlos Magalhães. Mas lamento que, enquanto o Governo está disposto a cumprir esse papel de conceder recursos para a erradicação da pobreza por meio de uma legislação nascida no âmbito do Congresso Nacional. De outro lado, pelo menos com relação à saúde, conforme discurso que fiz há poucos instantes, o Governo avança no descumprimento à Constituição Federal, uma vez que estava previsto, segundo proposta que aprovamos nesta Casa, que o setor da saúde iria ter um montante de recursos, até o ano de 2004, de, pelo menos, R\$5 bilhões acima daquilo que foi arrecadado até agora, do que foi direcionado para a saúde.

Entretanto, o Governo, por meio do Ministério da Fazenda e, depois, da Advocacia-Geral da União, propõe, de uma forma — posso dizer, em palavras pesadas, mas verdadeiras — cínicamente e desastrosa, a retirada desses recursos, o desvio desses recursos, com um parecer que vem, de certo modo, conturbar o setor de saúde em nosso País.

Em função disso, o Congresso Nacional, por meio de vários Parlamentares, está apresentando destaques à Lei de Diretrizes Orçamentárias, para garantir que a nossa Constituição seja respeitada e não seja fragmentada ou anulada sob a ação do Governo. Ou seja, o Governo dá com uma mão e tira com a outra. Ele daria quatro bilhões para erradicar a pobreza e, de outro lado, tiraria quase seis bilhões da saúde.

Ora, como podemos pensar em diminuir ou erradicar a pobreza em nosso País, se continuamos com um povo doente, se crescem os índices de tuberculose em determinadas regiões do País, se a Aids, avassaladora, vitima hoje mais de 36 mil brasileiros, se a dengue assola o Nordeste do nosso País? Isso é uma prova da ineficiência do Governo. Os recursos existem, mas a preocupação do Governo, principalmente a do Ministro da Fazenda, é que o FMI esteja satisfeito com todas as suas ações e que não falte um tostão na hora do pagamento da dívida. Com a falta de remédio no posto de saúde, ou de uma cama no hospital, com isso S. Ex^a não se preocupa. Sua maior preocupação neste instante é com o pagamento da nossa dívida.

Sr. Presidente, votarei favoravelmente. Reclamo, com razão, não por uma suposição, baseado em documentos que trouxe a esta Casa.

O Líder do Governo falará logo em seguida e tenho certeza de que nos dará a boa notícia de que o Governo se arrependeu da iniciativa de tirar os cinco bilhões da saúde do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Waldeck Ornêlas.

O SR. WALDECK ORNÊLAS (PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado pratica, neste momento, um ato que marca em definitivo a questão do Fundo de Combate à Pobreza.

Primeiro, foi a aprovação da Emenda Constitucional; agora, a sua regulamentação. Daqui, não havendo emendas, o projeto vai à sanção. Esperamos que o projeto seja mantido na sua integralidade, tal como veio da Câmara, não porque o Senado não deva modificá-lo. Eu próprio teria emenda a apresentar, porque entendo que não deveríamos deixar para o Executivo fixar qual o órgão gestor do programa. Temo muito que se termine atribuindo à área econômica a gestão dos recursos para o combate à pobreza. Preferiria deixar claro, expresso e explícito no Projeto de Lei que os recursos do Fundo de Erradicação à Pobreza devam ser coordenados pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, que é quem cuida dos pobres, especificamente pela sua Secretaria de Estado da Assistência Social.

Fico preocupado com isso, porque o próprio Projeto Alvorada – que já é fruto desse trabalho, que tomou como referência o Índice de Desenvolvimento Humano e que considerou exatamente as populações dos Municípios de menor desenvolvimento relativo no nosso País, abrangendo 15 programas, uma cesta de programas para atender aos excluídos –, depois que deixei o Ministério, teve a sua coordenação retirada de lá e ficou picotado entre vários Ministérios setoriais.

As minhas apreensões têm, por conseguinte, razão e fundamento. Mas optei por não fazer emenda alguma ao projeto, para permitir que possa entrar em vigor imediatamente, já que estamos na última semana da primeira parte desta sessão legislativa.

O importante é que esse projeto já está permitindo que onze milhões de crianças brasileiras das camadas mais pobres da população sejam atendidas com os recursos da Bolsa-Escola; que o Ministério da Saúde possa assinar convênios com todos os Estados brasileiros a fim de aplicar recursos em saneamento básico, eliminando as doenças decorrentes de

veiculação hídrica, proporcionando melhores condições de vida para as populações mais pobres; e que a Bolsa-Alimentação possa ser estabelecida tal como previsto no art. 3º, § 1º, da regulamentação, a fim de atender às camadas mais pobres da população.

Trata-se, por conseguinte, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de um momento histórico. Não é, como foi dito aqui, apenas uma gota no oceano, mas um programa permanente de combate à pobreza, cujo fundo terá dez anos de vigência e que pode ser reavaliado nesse período e, quem sabe, ter ampliado os seus recursos. É importante assinalar que, pela primeira vez no Brasil, há a vinculação de recursos orçamentários e fiscais para o atendimento à pobreza. Não se trata de política compensatória.

Ontem, o próprio Presidente da República foi à televisão anunciar o fato. Quando se aplica na Bolsa-Escola, está se investindo no futuro das crianças, das famílias mais pobres do País. E nada disso seria possível se não fosse a iniciativa e a postura firme e decidida do Senador Antonio Carlos Magalhães, que propôs a criação do Fundo de Combate à Pobreza, que o articulou, e todo o Congresso se mobilizou numa Comissão Especial para criar este Fundo, dando uma demonstração concreta de que o Congresso, de que o Poder Legislativo pode, sim, quando quer, mobilizar-se e construir uma agenda positiva para a Nação.

Por isso, Sr. Presidente, vamos aprovar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de dizer algumas palavras, dada a exiguidade do tempo.

Eu queria apenas salientar a V. Ex^a que esse projeto, que veio da inspiração da legenda que representamos no Congresso Nacional, e o Projeto Alvorada, cujo parecer favorável foi dado pelo jovem Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, representam um passo importante para resgatar aqueles que vivem abaixo da linha de pobreza.

Há quem vote contra, e eu compreendo. Mas eu gostaria que esses Companheiros entendessem que esse projeto não é apenas um passo no sentido de favorecer aqueles que vivem no abandono e na tristeza da pobreza. Ocorre, Sr. Presidente, que esse projeto também tem uma conotação política. Até agora, até certo ponto, o que prevalecia nessas soluções era a intermediação política entre as elites e os pobres.

Este projeto modifica essa relação, que passa a ter uma natureza contratual, no momento em que o Ministério, no que tange à bolsa-escola, vai a to das as regiões de Minas Gerais, por intermédio dos seus representantes e da Secretaria Nacional da Bolsa-Escola e faz um entendimento direto com as famílias pobres. Nesse caso, a relação de intermediação política passa a ser substituída por uma relação contratual. A mãe de família assina o contrato e recebe o dinheiro diretamente na instituição financeira. Trata-se de um passo importante no sentido de eliminar a intermediação política por uma intermediação contratual, fundamental para o novo destino desta Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) — Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT — RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este projeto passou por três Comissões do Senado Federal. Pela tramitação em regime de urgência e pelo fechamento de questão por parte da Base do Governo, inviabilizou-se o aperfeiçoamento do projeto, a aceitação de várias emendas apresentadas. A Oposição apresentou emendas e um substitutivo, na forma de um voto em separado, na tentativa de aperfeiçoar o projeto, e votamos contra o parecer na Comissão de Assuntos Sociais. Os pareceres foram idênticos nas três Comissões, rejeitando sempre todas as emendas apresentadas.

Falamos da pobreza neste País é, sem dúvida, resgatar a falta de compromissos sistemático e consistente em relação a esse grande mal. Hoje e a cada dia que passa, milhares e milhares de pessoas são jogadas na linha de pobreza e de miséria, e os problemas sociais, como o desemprego, avançam de uma forma muito injusta.

Aqui mesmo neste Senado, deste plenário, nos últimos anos, em muitas oportunidades, falou-se do combate à pobreza e à miséria, da busca de uma distribuição de renda mais justa e mais igual. Mas, principalmente pela política adotada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, vemos que mais e mais pessoas estão sendo jogadas na linha de pobreza. Assistimos aos discursos referentes à educação, à saúde, à melhora das condições de vida do povo brasileiro quando se votaram, por exemplo, as privatizações. Na ocasião, dizia-se: “Temos de vender, porque o Governo precisa investir pesado nas áreas sociais”. O patrimônio brasileiro foi vendido, mas o dinheiro, bastante significativo conforme alardeado, foi empregado não se sabe onde.

Quando há uma seca, como a que está havendo em várias regiões do Brasil, chama-se a atenção, novamente, para a importância de políticas sérias para combatê-la. Sabemos que a seca se tornou uma indústria e que milhões de pessoas continuam pegando as migalhas de políticas paliativas jogadas a todo momento nesses redutos.

Esse Fundo de Combate irá vigorar até o ano de 2010 e tem como objetivo viabilizar a todos os brasileiros o acesso a níveis dignos de subsistência. Seus recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, educação, no reforço da renda familiar e em outros programas de relevante interesse social voltados para a melhoria da qualidade de vida.

Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, que se 50% do que está previsto no art. 1º for posto em prática, realmente este País passará a ser mais justo, mais digno. Vejam a força do que aceita o papel, principalmente nesses momentos de profundo desgaste do Poder Executivo. O Senhor Fernando Henrique Cardoso esgota-se à luz dos olhos do Brasil e do exterior, como aquele que prometeu solucionar questões sociais, que vendeu o patrimônio, que liquidou com nossa energia e com nossa comunicação e que, até agora, nada fez para que a miséria diminuísse. A hipocrisia do Fernando Henrique Cardoso, mais uma vez, aparece em nome do combate às diferenças e à exclusão social.

Trata-se de um projeto por meio do qual a sociedade civil poderá assistir de camarote a quem vai coordenar e integrar o conselho consultivo de acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, cujos membros serão designados pelo Presidente da República. Está-se brincando, novamente, com um projeto que deveria ser nacional da seriedade, que é relativo ao combate à pobreza.

Sr. Presidente, votei contra o projeto na Comissão de Assuntos Econômicos porque tínhamos propostas e emendas de qualidade para aperfeiçoá-lo e socializá-lo. Agora, eu poderia e deveria talvez — alguns pensam — votar contra. Pois vou votar favoravelmente exatamente para não dizerem que o Partido dos Trabalhadores tem só o discurso e que não vota quando os projetos são apresentados. O nosso voto está liberado. É um direito dos colegas Parlamentares votar dessa ou daquela forma, mas vamos votar para ter oportunidade nas próximas eleições, no próximo ano, daqui para frente, quando o povo brasileiro estiver sendo chamado a raciocinar mais profundamente sobre o que significa essa política neoliberal, do engodo, da hipocrisia, que vende o que é nosso, que empobrece o nosso povo, descapitaliza nossos

produtores e empresários, em detrimento da demagogia, feita ontem e anteontem por aí, com a questão da bolsa-escola.

Aqui não tem pai da criança, até porque os pais do combate à pobreza são os mesmos que ajudaram a aprofundar a desigualdade no Nordeste, na Bahia e no resto do País.

Portanto, Sr. Presidente, votaremos sob protesto para ver até a que ponto vai a falsidade e a hipocrisia dessa política do Fernando Henrique Cardoso.

Votamos favoravelmente, mas sabemos que neste País se brinca com os chefes de família, com as crianças prostituídas na rua, com as mulheres que, cada vez mais, pedem casa para morar, comida, saúde, para que as crianças não morram no primeiro ano de vida, para que as mães não morram ainda em consequência de parto, o que é uma vergonha nacional.

O Sr. Waldeck Ornélas (PFL – BA) – Conceda-me V. Ex^a um aparte, Senadora Emilia Fernandes?

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Não. Quando eu terminar, V. Ex^a pode inscrever-se no encaminhamento e falar o que quiser.

O Sr. Waldeck Ornélas (PFL – BA) – Libero V. Ex^a para votar contra o projeto.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Não dei o aparte a V. Ex^a, advogado de defesa! Não dei o aparte e quero que me assegure a palavra, Sr. Presidente! Já estou cansada de abuso de autoridade de certos Senadores que pensam que as mulheres estão aqui para serem atiradas às pedras e pisoteadas a todo momento. Respeite-me, Senador Waldeck Ornélas! Vá fazer sua demagogia lá na Bahia!

O Sr. Waldeck Ornélas (PFL – BA) – Não estou desrespeitando V. Ex^a, nem estou discordando por ser mulher, V. Ex^a aqui é Senadora igual a mim.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – V. Ex^a me desrespeita no momento em que não lhe concedo o aparte e, mesmo assim, me interrompe.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Senador Waldeck Ornélas, a oradora não concedeu aparte a V. Ex^a.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – V. Ex^a deve inscrever-se.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Senadora Emilia Fernandes, a Presidência apela para que V. Ex^a conclua, pois seu tempo está esgotado.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS) – Sr. Presidente, esses defensores da Pátria são os que afundaram milhões de brasileiros na fome,

por que da mesa de les cai só mi ga lha para uma meia dúzia de gente.

Voto a favor do projeto, com protesto, porque o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o neoliberalismo logo terão fim neste País.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores para que sejam objetivos nas suas manifestações, considerando que temos ainda duas propostas de emenda à Constituição.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jader Barbalho, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem a responsabilidade, como Presidente que fala à Nação e usa dos meios de comunicação, como ontem, em comunicação feita a toda população brasileira, ainda mais por ser um Professor renomado, Sociólogo, Intelectual, de saber como dar o crédito àqueles que o merecem na história das idéias.

O Professor e Presidente Fernando Henrique Cardoso disse, ontem à noite, que a idéia de oferecer a bolsa-escola nas ceu em 1994, na cidade de Campinas, por inspiração do saudoso Prefeito Magalhães Teixeira.

Inicialmente, eu gostaria de registrar que a idéia de se proceder, como direito de todos, sobretudo aos mais pobres, uma quantia de recursos é algo que, em toda literatura da humanidade, é discutido. Mesmo dentre os economistas clássicos, houve muitos que colocaram dúvidas a respeito da idéia de eventualmente se constituir um fundo para a manutenção dos pobres, porque esse fundo poderia crescer progressivamente, até absorver toda renda líquida do País, ou o Estado nos deixar, depois de satisfazer suas demandas, que nunca diminuam, sobre os gastos públicos.

Isso, por exemplo, foi citado por David Ricardo, em **"The Principles of Political Economy and Taxation"**, por volta de 1817. Mas esse temor expresso por Ricardo, obviamente, faz lembrar o que foi dito por aqueles que temiam o direito do voto universal, porque assim todos os cidadãos iriam clamar direitos que aqueles que antes tinham o direito de votar não teriam como oferecer.

Entretanto, eu gostaria de registrar que em 16 de dezembro de 1991, o Presidente Fernando Henrique, então Senador, aqui caminhou favoravelmente ao Projeto de Renda Mínima, conclamando o seu Partido, o PSDB, a votar favoravelmente.

Dez dias depois daquela noite de 16 de dezembro de 1991, o Professor José Márcio Camargo, que

já havia elaborado sobre a idéia, em simpósio realizado entre economistas do PT ao longo de 1991, escreveu artigo na **Folha de S. Paulo**, dizendo exatamente que:

O Programa de Garantia de Renda Mínima é extremamente importante e oportuno. Através desse programa é possível reduzir a restrição de rendas das famílias, diminuir o custo de oportunidade de estudar e reduzir a taxa de evasão escolar, quebrando o ciclo da pobreza.

O importante nesse programa é que ele se propõe a reduzir a pobreza aumentando a renda dos pobres, diretamente, sem criar burocracia paralela para distribuir bens e serviços que, no Brasil, nunca chegam realmente aos pobres.

Porém, apesar de considerar o programa fundamental, permito-me fazer algumas sugestões. Primeiro, parece-me difícil entender as razões que levaram o Senador Eduardo Suplicy a começar sua implantação pelos mais velhos e não pelos mais novos.

Segundo, e talvez mais importante, o programa incentiva a informalidade, além de ser de difícil fiscalização. Para evitar isso, existem dois caminhos. O primeiro seria exigir que o trabalhador, para ter acesso ao programa, tivesse a carteira assinada. Isto eliminaria uma parte dos beneficiários, mas incentivaria o trabalhador a exigir a assinatura da carteira. O segundo, e mais adequado, seria criar um programa que complementasse a renda de todos os trabalhadores, desde que eles coloquem seus filhos em escolas públicas.

A fiscalização seria mais fácil e se criaria um incentivo adicional para deixar os filhos na escola. Mas, atenção, a complementação deve ser para colocar todos os filhos, e não cada filho, na escola.

Desde o início dos anos 90, e, em verdade, em 1989, na Venezuela, instituiu-se o Programa Bolsa Escolar, com propósito semelhante. Também aqui, no final dos anos 80, o Professor Cristovam Buarque analisava essa idéia. Com maior entusiasmo, em 1994, foi ele que introduziu o programa aqui no Distrito Federal, concomitante ao empenho, ao esforço e à criação do Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira.

Cristovam Buarque desenvolveu a idéia de se conferir um complemento de renda às famílias que não recebessem até meio salário mínimo **percapita**, e assim foi que no início de janeiro de 1995, ambos, Magalhães Teixeira e Cristovam Buarque, instituíram o Programa Bolsa-Escola e o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima.

Quero ressaltar, Sr. Presidente, que mais e mais, nos meios em que tenho estudado essa matéria, a perspectiva de todos os que analisam como prover o direito à cidadania a todas as pessoas vai na direção de instituirmos pagamento a todas, incondicionalmente, indistintamente, não importando, portanto, a origem, a raça, o sexo, a idade, a condição civil socioeconômica. Todas as pessoas devem ter assegurado o direito inalienável de participar da riqueza da Nação, recebendo renda suficiente para suprir suas necessidades. Devemos caminhar em direção a esse objetivo.

Também cabe registrar o mérito daquele que propôs — como eu próprio havia proposto o Fundo de Cidadania —, o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dinamizou a discussão da matéria com a proposta do Fundo de Combate à Pobreza.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT — RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero reafirmar, mais uma vez, a minha posição coerente de votar contra esse projeto. Aliás, quando aqui foi lançada, no ano passado, pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, a proposta desse projeto, entendi que não passava de um projeto demagógico. Portanto, não voto favoravelmente, não aprovo proposta que esteja recheada de demagogia e de hipocrisia.

Não assino a PEC que encaminhava a proposta e mantenho a minha posição. É impossível que, neste País, as pessoas não percebam a situação do trabalhador. Um projeto que irá destinar recursos no valor, talvez, de R\$4,00 por pessoa? O que isso significa, afinal de contas?

Ontem, o Ministro da Educação lançou o Projeto da Bolsa-Escola em uma cidade e entregou o cartão magnético às famílias. Vejam o valor destinado a cada família: até R\$45,00 para quem ganha até meio salário mínimo. Imaginem só, quer dizer, R\$15,00 por família, ou R\$30,00, esse valor não é nem o custo do cartão magnético.

Parece até que é uma fortuna. E saem o Presidente da República, os Ministros de Estado e os seus

defensores fazendo a maior propaganda. Acho que Fernando Henrique Cardoso e os seus Ministros deveriam ser processados por propaganda enganosa, porque isso é propaganda enganosa, é mentir para a população, é demagogia. E não podemos ser coniventes com isso, não podemos acreditar que os problemas serão resolvidos com míseros R\$4,00 ou R\$5,00, para o qual se destina esse projeto.

Esse projeto deveria ter outro nome. Deveria ser denominado de Fundo de Aprofundamento da Tristeza do Povo Brasileiro.

Por isso, voto contra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Com a palavra o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, serei breve, porque gostaria de ver essa matéria votada o quanto antes. Esse talvez seja o primeiro passo efetivo para diminuir, e muito, a miséria deste País. Entendo a tentativa, por parte de Parlamentares do PT, de aprimorar esse projeto de lei e até a considerá-lo salutar. Por exemplo, penso que deveria haver participação maior do Congresso Nacional, porque foi aqui que se originou esse projeto de lei, de autoria do eminente ex-Senador Antonio Carlos Magalhães, ex-Presidente desta Casa. Desde sua apresentação, a minha preocupação sempre foi a de criar algum mecanismo para que não se pulverizassem os recursos desse Fundo. Então, são muito proveitosas as emendas dos Parlamentares do PT.

Tive a felicidade de ver aprovada a minha emenda, que garante os recursos integrais para o Fundo, ficando fora de qualquer desvinculação de recursos orçamentários e também dos recursos citados nos arts. 159 e 167 da Constituição Federal. Isso garante a integralidade dos Fundos. Portanto, fico muito satisfeito.

Com clamo toda a Casa que o voto seja o mais rapidamente possível, até porque existem recursos disponíveis que deverão ser colocados em prática, para minimizar, ainda que, de maneira paliativa, a caótica situação do País, sobretudo nessa crise de energia e de falta d'água.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Parlamentares, a questão da pobreza é relativa ao mundo, ao planeta. Lamentavelmente, os grandes grupos econômicos que comandam os países ricos

são muito pouco sensíveis à pobreza mundial. A política que se impõe ao mundo é extremamente desigual e o combate à pobreza nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, especialmente no Brasil, deveria partir de uma unidade dos chefes dessas nações em busca de parceria entre os vários países do mundo que passam extrema dificuldade com os seus povos.

Comparo o mundo e os chefes dos países do mundo um pouco ao nosso Congresso Nacional, que, ao invés de mostrar-se sensível aos problemas do povo brasileiro, prefere, sempre e a todo o tempo, seguir as ordens, as determinações do Executivo, que é, na verdade, mais um chefe de país submisso ao capital internacional, ao comando de países cujos governos são absolutamente insensíveis, que dão aos seus trabalhadores uma qualidade razoável de vida, mas não permitem aos trabalhadores de outros países igual acesso à distribuição da riqueza.

Tomem como exemplo a vida dos trabalhadores dos chamados países desenvolvidos: eles têm salário digno, seguro desemprego, assistência completa à saúde e à educação; eles não enfrentam a miséria que se vive no Brasil, não enfrentam essa imensa diferença entre os que ganham mais e os que ganham menos.

Sr. Presidente, falarei especificamente sobre a proposta que estamos a debater. Quem a elaborou pode ter tido a melhor das intenções, mas o projeto é absolutamente insignificante, não muda nada na vida do povo pobre brasileiro e não faz jus ao nome que tem: erradicação da pobreza no Brasil. É um engodo, uma enganação, não faz nenhuma diferença na vida do pobre. E por quê? Justificarei meus argumentos.

Em primeiro lugar, o Governo, o Poder Executivo tem poderes absolutos sobre esse projeto. Então, na verdade, o estabelecimento desse Fundo substituirá os recursos que, normalmente, eram utilizados nos programas normais do Governo. Não há nada a acrescentar. O pouco que o Governo fazia em casas populares, auxílio moradia, bolsa-escola, enfim, os poucos programas que fazia e destinava ao Orçamento da União em processo normal, o Governo agora os estabelecerá atendendo ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – (A Presidência faz soar a campainha).

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me conceda os dez minutos a que tenho direito.

O Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso fará como fez com a CPMF da Saúde, que, ao ser implantada, em uma certa época, acrescentaria à

Saúde de R\$6 bilhões a R\$8 bilhões. No entanto, o Presidente da República utilizou o dinheiro da CPMF da Saúde e tirou os recursos normais que já destinava ao Orçamento. Portanto, é um Governo que não tem sensibilidade.

Trata-se de um projeto absolutamente inócuo e que não faz nenhum sentido, não melhora nada e não aumenta em um centavo sequer o investimento que já se fazia para a erradicação da pobreza no Brasil.

Além de tudo, percebamos o que registram alguns interessantíssimos artigos desta Lei:

Art. 4º Fica instituído o Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, cujos membros serão designados pelo Presidente da República, com a atribuição de opinar sobre as políticas, diretrizes e prioridades do Fundo e acompanhar a aplicação dos seus recursos.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo regulamentará a composição e o funcionamento do Conselho de que trata este artigo, assegurada a representatividade da sociedade civil.

Compete ao órgão gestor do Fundo, a ser designado pelo Presidente da República, cuidar desses recursos.

Portanto, o projeto é absolutamente inócuo. O Governo simplesmente pode utilizar os programas de que já dispunha no Orçamento Geral e transferi-los para esse projeto – não mudando nada a nossa realidade.

Por último, apresento os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, um órgão do Governo Federal – do Ministério do Planejamento – extremamente rigoroso. São funcionários do Governo da República que demonstram os vergonhosos dados da pobreza no território nacional. São eles que, hoje, inclusive, dizem nos jornais que, no Brasil, há 53 milhões de pessoas vivendo na linha de pobreza. Desse, 22 milhões são chamados excluídos, ou seja, indigentes. No Brasil, existem, segundo os dados do Ipea, publicados hoje no jornal **O Globo**, 22 milhões de indigentes, pessoas que vivem com menos de R\$60 mensais, ou seja, menos de R\$2 por dia. Finalmente, dizem os técnicos do Ipea que para resolver o problema dos 22 milhões de indigentes, para tirá-los da condição de fome absoluta, seriam necessários R\$6 bilhões/ano. Essa quantia não é a meta de da que é gasta com o serviço da dívida pública interna, avaliado hoje em R\$12 bilhões/mês. É um pouco mais do que o superávit médio primário, que se obtém no

Orçamento das contas do Governo, a diferença entre o que se arrecada e o que se aplica, que é de R\$4 bilhões/mês. Com um mês e meio do superávit primário aplicado a favor de 22 milhões de indigentes, deixaria de existir indigentes no Brasil.

Finalmente, dizem os técnicos do Ipea que seriam necessários R\$33 bilhões/ano para acabar com a pobreza no Brasil. Não sou eu; mas os técnicos do Governo, os técnicos do Ipea, que dizem que com R\$33 bilhões seria possível acabar com a fome e a miséria no Brasil. Sabem o que é isso? Isso é menos do que o superávit primário que este Governo arranca do povo brasileiro para servir ao interesse dos especuladores, daqueles que vivem à custa dos recursos públicos da nossa Pátria. São dados reais, são dados do Governo, são dados de técnicos do Ipea. Este Congresso agora propõe uma vergonhosa lei de erradicação da pobreza, a qual destina R\$ 4 bilhões para erradicar a pobreza em um ano. Este é o superávit primário que o Governo, em um mês, arranca da população brasileira. Isso aqui não vai erradicar coisa nenhuma, não vai mudar coisa alguma; isso é a manutenção do **status quo**, estado de miséria, de fome, que deveria envergonhar todo político brasileiro, que deveria envergonhar Senadores e Deputados Federais, os quais votarão a Lei de Diretrizes Orçamentária amanhã, com um superávit primário de R\$31,5 bilhões. Não aceitam diminuir um centavo desse superávit primário apenas porque o Governo bateu na mesa e disse que o Congresso Nacional tem de votar da forma como ele quer e da forma como ele exige.

O projeto é bem intencionado, mas na prática a lei não vai servir para absolutamente nada, e todos os Congressistas desta Casa são responsáveis por essa situação de miséria, de fome, em que vive o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria rapidamente, primeiro, situar o que estamos discutindo: a regulamentação de três artigos da Constituição do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os quais foram votados há pouco tempo nesta Casa. Quando foram apreciados neste plenário, posicionei-me contrariamente. Por quê? Porque não entendia a fórmula como engenhosa e porque a fonte de financiamento tem vícios gravíssimos na estrutura tributária brasileira. Já temos uma estrutura tributária defasada, anacrônica, que grava o produto nacional, tirando a sua competitividade interna e externamente. Quando vo-

tada, a emenda constitucional, além de algumas modificações equivocadas no sistema tributário, aumentava uma contribuição absurda que existe no País, chamada CPMF, de 0,30% para 0,38% durante dois anos.

Então nós nos posicionamos contrariamente. Perdemos a votação. Hoje, votamos a regulamentação desses três artigos. Não concordo totalmente com o Senador Ademir Andrade em relação a superávit primário, mas esse não é o assunto que está em debate. Todavia concordo quando S. Ex^a desmistifica algumas coisas que foram ditas aqui hoje. Realmente isso não é panacéia para resolver os males do nosso País. Não é, e S. Ex^a está absolutamente certo. Reconheço que o Governo melhorou esse projeto ao regulamentá-lo. O projeto saiu pior daqui e foi melhorado no Executivo, pelo menos quando se escolheu corretamente a aplicação desses recursos que são pequenos, mas que já estão sendo cobrados do contribuinte.

O Senador Lúcio Alcântara até já informou o número que está investido em títulos públicos, como previsto na mudança constitucional. Esse é um lado positivo que quero ressaltar. A Senadora Heloísa Helena já anunciou, como vice-Líder, que o Bloco vai liberar a sua Bancada.

No mérito, eu já havia votado contrariamente, mas hoje vou votar favoravelmente, em face das modificações positivas; mas sem alarde, sem sustentar que isso resolve os problemas gravíssimos que existem no País. Longe disso, precisamos investir no social, em água, em coleta e tratamento de esgoto. É uma vergonha que por este País afóra, os esgotos sejam lançados **in natura**, nos rios, nos lagos, no mar, no solo e assim por diante. É um projeto ambicioso que teremos que fazer um dia.

O Sr. Roberto Freire (Bloco/PPS – PE) V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Com prazer.

O Sr. Roberto Freire (Bloco/PPS – PE) – De sejo apenas associar-me a V. Ex^a, até porque, como o Bloco tinha anunciado a liberação da Bancada, parece que V. Ex^a está falando em seu próprio nome, e espero que fale em nome da liderança. Associe-me e faça minhas as suas palavras, até porque fui um dos que encaminhou contrariamente. Nos últimos momentos em que ficou nesta Casa o Senador Antonio Carlos Magalhães dava a entender que eu era contra a erradicação da pobreza. Fui, sim, à época, contra um projeto demagógico de assistencialismo que era

um retrocesso, pois não se vai combater a pobreza com ações suplementares e outras mais. É preciso acabar com essa panacéia. Associe-me, porque o Governo melhorou o projeto. Ele retirou aquilo que estava solto e colocou em alguns programas que vinham, de qualquer forma, minorando o sofrimento do povo, não resolvendo os seus problemas, como é o caso, inclusive, da questão da bolsa-escola. Combater pobreza neste País é discutir seriamente uma reforma urbana com obras de saneamento, abastecimento de água, programas de educação, de saúde. Isso, sim, resolveria o problema do salário mínimo. Então, é para discutir seriamente algo, é o que vamos fazer quando chegarmos ao Governo. E, agora, fazendo o encaminhamento que V. Ex^a fez, faça-o em nome do PPS. Votamos contra anteriormente, mas votaremos a favor neste momento.

O Sr. Lúcio Alcântara (Bloco/PSDB – CE) – V. Ex^a permite-me um aparte, Senador Paulo Hartung?

O SR. PAULO HARTUNG – (Bloco/PPS – ES) – Concedo um aparte ao Senador Lúcio Alcântara, com enorme prazer. É muito raro V. Ex^a me pedir um aparte. Fico muito feliz!

O Sr. Lúcio Alcântara (Bloco/PSDB – CE) – Não, porque V. Ex^a não mereça. Só gostaria de fazer uma pequena observação. Está dizendo que o Governo melhorou o projeto. Gostaria de lembrar que uma coisa é a emenda constitucional; outra, é o projeto que a regula. Não fazia sentido uma emenda constitucional entrar em detalhes como esse.

O SR. PAULO HARTUNG – (Bloco/PPS – ES) – Quando falamos em Governo, estamos falando em V. Ex^a, que é Governo. O elogio também é extensivo a V. Ex^a!

O Sr. Lúcio Alcântara (Bloco/PSDB – CE) – Falo do Parlamento, não de Governo nem de Partido. Pode parecer que o trabalho realizado aqui – e isso fiz questão de destacar – foi uma iniciativa de “a”, de “b” ou de “c”, como foi dito; foi criado no Congresso Nacional. Ao Poder Executivo cabia regulamentar a emenda. Também poderíamos tê-lo feito. Veio para cá, foi modificada na Câmara dos Deputados, com emendas de vários Deputados de diferentes Partidos, inclusive da Oposição, que detalham a emenda constitucional. Apenas isso. No mais, o pronunciamento de V. Ex^a está perfeito. Eu o subscrevo integralmente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Senador Paulo Hartung, a Presidência apela a V. Ex^a que conclua, considerando que logo mais haverá sessão do Congresso Nacional.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Vou concluir, Sr. Presidente

A Srª Marina Silva (Bloco/PT – AC) – V. Exª me permite um aparte, nobre Senador Paulo Hartung?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Senadora Marina Silva, não sei se posso conceder mais apartes; devo concluir a Mesa.

A Srª Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Hartung, serão apenas três frases.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – A Mesa consentiu, então ouço V. Exª com muito prazer, nobre Senadora.

A Srª Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Hartung, concordo inteiramente com a preocupação de V. Exª e do Senador Roberto Freire, de que as coisas deveriam ficar mais delimitadas. Infelizmente, o esforço realizado pela Oposição em deixar claramente delimitada a destinação dos recursos, que, no meu ponto de vista, continuam tão genéricos quanto antes, não ocorreu. A única mudança foi que 10% poderão ser utilizados para ações de combate à seca; logo, dentro do recorte com o qual o Senador Roberto Freire tanto se preocupa. Nos demais, são preocupações genéricas. Gostávamos que 75% fossem para a bolsa-escola, e não passou; nós queríamos que apenas 3% pudessem ser em atividade meio, e não passou. Há uma série de aspectos. Faço essa observação, porque fica parecendo que o Governo melhorou sobremaneira, e a única mudança que nós temos é a de que 10% desses recursos poderão ser destinados a ações de combate à seca. Nos demais, todas as ações ficam genéricas, como estavam anteriormente.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Concluindo, Sr. Presidente, acolho o aparte da Senadora Marina, que facilitou o final do meu pronunciamento, pois era o que eu iria falar.

O projeto poderia ter sido melhorado no Senado. Tínhamos boas emendas para aperfeiçoá-lo em duas vertentes: uma, justamente, focar o uso do dinheiro; a segunda, no que tange ao controle social, o que me preocupa muito, particularmente em relação à bolsa-escola. Preocupa-me muito e penso que, mais à frente, nós teremos que cuidar para que um programa como esse não seja deformado e destruído ao longo da sua execução.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Hartung, o Sr. Jader Barbalho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada

da pelo Sr. Antero Paes de Barros, 2º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Paulo Hartung, o Sr. Antero Paes de Barros, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jader Barbalho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como Relator de mérito na Comissão de Assuntos Sociais estudando a matéria, eu poderia rebater cada item dos membros da Oposição que fala ramso bre o projeto, mas a idéia não é polemizar, a idéia é aprovar rapidamente este projeto.

Vou fazer algumas considerações importantes. Primeiro, o projeto é um avanço. O projeto vai colocar mais R\$4 bilhões nos programas sociais do Governo. Quarenta e cinco reais por família não é enganação; é realidade. É a bolsa-escola melhorando a vida da população e dando condições às famílias de comerem no fim do dia, com essa diferença de R\$45,00 no orçamento familiar.

O Senador Ademir Andrade falou que pessoas vivem com R\$60,00 por mês. Pois bem, mais R\$45,00 farão diferença, sim.

O projeto tem controle social, sim. O projeto é focado na bolsa-escola e na bolsa-alimentação. O projeto tem vantagens importantes. E mais: tem mecanismos no seu art. 2º que constituem as receitas do Fundo. Portanto, não é um Fundo inócuo.

Não quero polemizar. Ouvi atentamente a posição de todos, inclusive os excessos das agressões ao próprio Presidente da República, agressões descabidas, tendo em vista que esse Fundo foi gestado no Congresso. Foi uma emenda constitucional oriunda desta Casa que definiu todo esse processo, de que o Governo participou, agregando receita e abrindo mão de questões importantes porque entendia que era hora de somar esforços. Disponibilizou mais R\$4 bilhões para enfrentar a fome e a pobreza no nosso País. Mas não quero polemizar, quero encaminhar favoravelmente.

Sr. Presidente, como Relator de mérito, sou contrário às seis emendas apresentadas, porque, de certa forma, estão previstas no texto do projeto. Não há nada que contribua para atrasar ainda mais o projeto e fazer com que a bolsa-escola e a bol-

sa-alimentação ou o dinheiro da seca sejam atrasados substancialmente do que a volta deste à Câmara dos Deputados. Portanto, encaminho favoravelmente ao projeto e contrariamente às emendas apresentadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Está encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei da Câmara n.º 46, de 2001-Complementar.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra a V. Exª por cinco minutos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve porque sei que o Plenário está ansioso para votar esta matéria.

Sou um otimista. Acredito que a Oposição vai vencer as próximas eleições e terá, portanto, meios de aperfeiçoar este projeto.

Qualquer projeto que visa distribuir recursos para a cama da mais pobre da população, para os Municípios mais humildes merece meu voto favorável, Sr. Presidente. E se esses recursos não fossem destinados para as finalidades apontadas neste projeto, iriam também para o pagamento da dívida externa do Governo ou para outras ações certamente menos relevantes do que estas.

Este projeto não é uma panacéia e nem vai ser a grande solução para os problemas fundamentais que o povo brasileiro enfrenta. Mas é um avanço. E a Oposição, quando assumir o Governo em 2003, terá um texto básico para aprimorar e terá facilitadas para votar um projeto que julga adequado ao combate à pobreza.

Por isso, Sr. Presidente, voto favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Srªs e Srs. Senadores, teremos duas votações, ambas pelo painel eletrônico: a primeira relativa ao projeto e a segunda, às emendas de n.ºs 1 a 6.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar, e os Srs. Líderes já podem orientar as respectivas Bancadas.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, o PFL vota “sim”.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto “sim”.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, o Bloco do PT está liberado.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Sr. Presidente, o PPS vota “sim”.

O SR. PEDRO PIVA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o PSDB vota “sim”.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, o PSB, apesar de saber que o Presidente não mudará nada nesse aspecto porque vai transferir outros recursos para este projeto, vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

A Presidência apela aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências do Senado Federal que acorram ao plenário. Estamos tendo votação nominal. Teremos, logo após, a votação das emendas.

Informo às Srªs e aos Srs. Senadores que haverá votação da LDO na sessão do Congresso Nacional, logo após esta sessão do Senado, no plenário da Câmara dos Deputados.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A Presidência consulta o Plenário sobre a retirada desses itens de pauta, transferindo-os para a sessão de amanhã, como primeiros itens, a Proposta de Emenda à Constituição, que tem como primeiro signatário o Senador Jefferson Péres, que altera disposições constitucionais transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, bem assim a Proposta de Emenda à Constituição, que tem como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que altera o art. 75 da Constituição Federal, para facultar a nomeação de membros dos Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios mediante concurso público.

Se não houver objeção do Plenário, a Presidência retira os de pauta e transfere-os para a sessão ordinária de amanhã, às 10 horas. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Alerto o Plenário que, após esta votação, teremos ainda vo-

tação de requerimentos de urgência da maior impor-

EMENDAS NºS 1 A 6 AO PLC Nº 46, DE 2001 - COMPLEMENTAR							
EM GLOBO DAS EMENDAS DE PARECERES CONTRÁRIO							
Nº Sessão: 1		Nº vot.: 2		Data Início: 26/06/2001		Hora início: 18:04:07	
Sessão Data: 26/06/2001		Hora: 14:30		Data Fim: 26/06/2001		Hora Fim: 18:11:19	
Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSB	PA	ADEMIR ANDRADE	SIM	PSB	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PMDB	PI	A-BERTO SILVA	NÃO	BL-PSDB	RR	ROMERO JUCA	NÃO
BL-PSDB	PR	ALVARO DIAS	ABST.	PFL	SP	ROMEU TUMA	NÃO
BL-PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	NÃO	BL-PDT	AP	SEBASTIÃO ROCHA	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS JUNIOR	NÃO	BL-PSDB	CE	SERGIO MACHADO	NÃO
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM	BL-PT	AC	TIAO VIANA	SIM
PFL	MA	BELLO PARGA	NÃO	PMDB	DF	VALMIR AMARAL	NÃO
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	NÃO	PFL	BA	WALDECK ORNELAS	NÃO
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	NÃO	PMDB	PB	WELLINGTON ROBERTO	NÃO
PFL	TO	CARLOS PATROCINIO	NÃO				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	NÃO				
BL-PT	SP	EDUARDO SUPUCY	SIM				
BL-PPS	RO	FERNANDO MATUSALEM	NÃO				
PFL	VIG	FRANCELINO PEREIRA	NÃO				
PFL	PI	FREITAS NETO	NÃO				
BL-PT	RJ	GERALDO CÂNDIDO	SIM				
BL-PSDB	RN	GERALDO MELO	NÃO				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	NÃO				
BL-PT	AL	HELOISA HELENA	SIM				
PFL	P	HUGO NAPOLEÃO	NÃO				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	NÃO				
BL-PDT	AM	JEFFERSON PERES	SIM				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	NÃO				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	NÃO				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO				
PMDB	MG	JOSÉ ALENCAR	NÃO				
PFL	PE	JOSÉ COELHO	NÃO				
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	NÃO				
	DF	LAURO CAMPOS	SIM				
PFL	DF	LINDBERG CURY	NÃO				
BL-PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	NÃO				
BL-PSDB	MS	LÚDIO COELHO	NÃO				
	PA	LUÍZ OTÁVIO	NÃO				
BL-PSDB	CE	LUÍZ PONTES	NÃO				
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	NÃO				
BL-PT	AC	MARINA SILVA	SIM				
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	NÃO				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	NÃO				
PFL	RO	MOREIRA MENDES	NÃO				
PFL	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	NÃO				
PMDB	AC	NABOR JUNIOR	NÃO				
BL-PSDB	RJ	NILO TEIXEIRA CAMPOS	NÃO				
PMDB	AP	NOVA DA COSTA	NÃO				
BL-PPS	ES	PAULO HARTUNG	SIM				
PFL	BA	PAULO SOUTO	NÃO				
BL-PSDB	SP	PEDRO PIVA	NÃO				
PMDB	RS	PEDRO SIMÓN	SIM				
PMDB	MS	PEDRO UBIRAJARA	NÃO				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	NÃO				
BL-PSDB	ES	RICARDO SANTOS	NÃO				
BL-PPS	PE	ROBERTO FREIRE	SIM				
Presid.: JADER BARBALHO				Votos SIM: 14			
1º Sec.				Votos NÃO: 47			
2º Sec.				Total: 62			
3º Sec.				Votos ABST: 1			
4º Sec.							
Operador: HÉLIO F. LIMA				Emissão em 26/06/2001 - 18:11:20			

tância e, logo após, então, a sessão do Congresso Nacional.

A Presidência indaga se as Sr.^{as} e os Srs. Senadores já votaram. (Pausa.)

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Encerrada a votação.

Votaram SIM 57 Srs. Senadores; e NÃO 3.

Não houve abstenções

Total: 60 votos

O Projeto foi aprovado.

Passamos agora à votação em globo das Emendas de 1 a 6, com pareceres contrários das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, acabo de chegar e gostaria que V. Ex.^a considerasse minha presença na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Participando desta votação, V. Ex.^a participará da votação por completo, será considerado presente.

O encaminhamento já foi feito.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto “não”, contrário às emendas, Sr. Presidente.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – O PFL recomenda o voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – O PMDB, Sr. Presidente, recomenda o voto “não”.

O SR. PEDRO PIVA (Bloco/PSDB – SP) – O PSDB recomenda o voto “não”.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – O PSB vota “sim”, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Solicito a palavra para encaminhar pelo Bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra à Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, é evidente que a rotina da votação no encaminhamento acabou-se limitando a uma indicação das Lideranças partidárias, perdendo a oportunidade de se discutir com a Casa aquilo que era essencial, ou seja, problematizar o conteúdo e o mérito das emendas.

Eu sei que a mobilidade dos votos aqui, a mobilidade do digitar é muito estreita, muito pequena, porque depois que a Liderança do Governo estabelece como de fundamental importância, acaba-se perdendo a oportunidade de discutir o mérito. Entretanto, minhas emendas e as da Senadora Marina Silva referiam-se a algo que foi citado pelo Senador Romero

Jucá. É de fundamental importância que esse projeto seja aprovado para poder ir dinheiro para a seca. Vamos acabar com essa demagogia, essa mentirada o Governo Federal relacionar a aprovação desse projeto de R\$1,00 ao mês à resolução dos problemas dos famintos lá da minha região, no Nordeste!

Eu desafio o Governo Federal a fazer o mínimo que é essencial para minimizar a dor, o sofrimento, a humilhação e a miséria na minha região do Nordeste, onde há décadas a elite decadente, incompetente e cínica deste País se mantém no poder à custa da miséria dos nordestinos. Quero ver aprovar isso aqui.

Se se quer resolver o problema do Nordeste, deve-se fazer o que todos os produtores do Nordeste estão querendo, que toda a Bancada nordestina nesta Casa, na reunião com o Sr. Ministro Raul Jungmann, que foi nos apresentar, com slides e mais slides, as supostas propostas para combater a seca, que eram carro-pipa e cesta básica. O povo nordestino está cansado de ser ludibriado com essa demagogia e essa mentira.

Vamos ver se se faz agora a suspensão imediata das execuções que estão sendo feitas pelo Banco do Nordeste e pelos outros bancos em relação ao Fundo do Nordeste. Quero ver fazer isso agora. Quero ver mudar a política de financiamento em relação ao setor produtivo, que está quebrando no Nordeste, que não consegue mais dinamizar a economia local, gerar emprego, renda e produzir alimentos.

Vamos acabar com a demagogia de usar o Nordeste, os miseráveis nordestinos e relacionar qualquer migalha mentirosa. Vamos acabar com a história de dizer que daqui sairá a bolsa-escola para os nordestinos não morrerem de fome. Vamos acabar com isso, que é muito feio. Os programas aqui relacionados são programas já definidos em outras áreas do planejamento, em outras áreas ministeriais. O recurso, inclusive, é duplamente consolidado para ludibriar a opinião pública. Portanto, não vamos falar do povo pobre nordestino. Não vamos, mais uma vez, utilizar isso para fazer demagogia com a dor, a humilhação e o sofrimento do povo do Nordeste.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, por favor, eu que ria registrar o meu voto sim na votação anterior. Ele não ficou registrado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Pois não, Senador.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, o Bloco vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Vou colher o resultado.

Votaram SIM 14 Srs. Senadores e NÃO 47 Srs. Senadores.

Houve 1 abstenção.

As emendas foram rejeitadas.

A matéria vai à sanção presidencial.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 46, DE 2001-COMPLEMENTAR**

(Nº 177/2001-Complementar na Casa de origem)
(Tramitando em regime de urgência constitucional,
nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

**Dispõe sobre o Fundo de Combate e
Erradicação da Pobreza, na forma previs-
ta nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Dis-
posições Constitucionais Transitórias.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criado pelo art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, para vigorar até o ano de 2010, tem como objetivo viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência e seus recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, educação, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida.

§ 1º É vedada a utilização dos recursos do Fundo para remuneração de pessoal e encargos sociais.

§ 2º O percentual máximo do Fundo a ser destinado às despesas administrativas será definido a cada ano pelo Poder Executivo.

Art. 2º Constituem receitas do Fundo:

I – a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de oito centésimos por cento, aplicável de 18 de junho de 2000 a 17 de junho de 2002, na alíquota da contribuição social de que trata o art. 75 do ADCT;

II – a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de cinco pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, ou do imposto que vier a substituí-lo, inci-

dente sobre produtos supérfluos e aplicável até a extinção do Fundo;

III – o produto da arrecadação do imposto de que trata o inciso VII do art. 153 da Constituição;

IV – os rendimentos do Fundo previsto no art. 81 do ADCT;

V – dotações orçamentárias, conforme definido no § 1º do art. 81 do ADCT;

VI – doações, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior;

VII – outras receitas ou dotações orçamentárias que lhe vierem a ser destinadas.

Parágrafo único. Aos recursos integrantes do Fundo não se aplica o disposto no art. 159 e no inciso IV do art. 167 da Constituição, assim como qualquer desvinculação de recursos orçamentários.

Art. 3º Os recursos do Fundo serão direcionados a ações que tenham como alvo:

I – famílias cuja renda **per capita** seja inferior à linha de pobreza, assim como indivíduos em igual situação de renda;

II – as populações de municípios e localidades urbanas ou rurais, isoladas ou integrantes de regiões metropolitanas, que apresentem condições de vida desfavoráveis.

§ 1º O atendimento às famílias e indivíduos de que trata o inciso I será feito, prioritariamente, por meio de programas de reforço de renda, nas modalidades “Bolsa Escola”, para as famílias que têm filhos com idade entre seis e quinze anos, e “Bolsa Alimentação”, àquelas com filhos em idade de zero a seis anos e indivíduos que perderam os vínculos familiares.

§ 2º A linha de pobreza ou conceito que venha a substituí-lo, assim como os municípios que apresentem condições de vida desfavoráveis, serão definidos e divulgados, pelo Poder Executivo, a cada ano.

Art. 4º Fica instituído o Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, cujos membros serão designados pelo Presidente da República, com a atribuição de opinar sobre as políticas, diretrizes e prioridades do Fundo e acompanhar a aplicação dos seus recursos.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo regulará a composição e o funcionamento do Conse-

lho de que trata este artigo, assegurada a representação da sociedade civil.

Art. 5º Compete ao órgão gestor do Fundo, a ser designado pelo Presidente da República:

I – coordenar a formulação das políticas e diretrizes gerais que orientarão as aplicações do Fundo;

II – selecionar programas e ações a serem financiados com recursos do Fundo;

III – coordenar, em articulação com os órgãos responsáveis pela execução dos programas e das ações financiados pelo Fundo, a elaboração das propostas orçamentárias a serem encaminhadas ao órgão central do Sistema de Planejamento Federal de Orçamento, para inclusão no projeto de lei orçamentária anual, bem como em suas alterações;

IV – acompanhar os resultados da execução dos programas e das ações financiados com recursos do Fundo;

V – prestar apoio técnico-administrativo para o funcionamento do Conselho Consultivo de que trata o art. 4º; e

VI – dar publicidade, com periodicidade estabelecida, dos critérios de alocação e de uso dos recursos do Fundo.

Art. 6º Regulamento definirá as ações integradas de acompanhamento ou controle a serem exercidas pelo Conselho Consultivo, pelo órgão gestor e pelos órgãos responsáveis pela execução dos programas e das ações financiados pelo Fundo, sem prejuízo das competências dos órgãos de controle interno e externo.

Parágrafo único. Os órgãos responsáveis pela execução dos programas e das ações financiados pelo Fundo deverão apresentar ao órgão gestor relatórios periódicos de acompanhamento físico e financeiro dos recursos aplicados.

Art. 7º No exercício de 2001, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza poderá destinar, excepcionalmente, até dez por cento dos recursos para o financiamento de ações voltadas ao atendimento da população de baixa renda residente em municípios atingidos por calamidades naturais e do Programa de Distribuição de Alimentos – PRODEA, sem prejuízo do financiamento dos demais programas.

Art. 8º Constituirá também receita do Fundo a arrecadação decorrente do disposto...no inciso I do art. 2º, no período compreendido entre 19 de março de 2001 e o início da vigência desta Lei Complementar, que será integralmente repassa da ao Fundo entre 19 de junho e 31 de dezembro de 2002, acrescida

do percentual de remuneração aplicável aos recursos da Cota Única do Tesouro Nacional junto ao Banco Central do Brasil, calculado no período entre o ingresso da receita e seu repasse ao Fundo.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São as seguintes as emendas rejeitadas:

EMENDA Nº 1

AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2001 – COMPLEMENTAR (PLP nº 177, de 2001, na origem)

Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Altere-se o § 2º do art. 1º:

“§ 2º As ações implementadas com recursos do Fundo envolvem, no máximo, 3% de recursos com despesas administrativas e de investimentos.”

EMENDA Nº 2

AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2001 – COMPLEMENTAR (PLP nº 177, de 2001, na origem)

Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Altere-se o parágrafo único no art. 4º:

“Parágrafo único. Ato do Poder Executivo regulamentará a composição e o funcionamento do Conselho de que trata este artigo, assegurada a relação de paridade entre os membros do Poder Executivo e os representantes da sociedade civil.”

EMENDA Nº 3

Ao PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2001 – COMPLEMENTAR (PLP nº 177, de 2001, na origem)

Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Acrescente-se § 1º ao art. 7º do projeto, com a seguinte redação:

“§ 1º Metade dos recursos de que trata o **caput** serão aplicados na concessão de uma bolsa-produção e de crédito rural em condições favorecidas a famílias moradoras na zona rural da região do Semi-Árido, segundo critérios e condições estabelecidos pelo Poder Executivo.”

EMENDA Nº 4

Ao PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2001 – COMPLEMENTAR
(PLP nº 177, de 2001, na origem)

Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Acrescente-se como § 2º do art. 7º do projeto, a seguinte redação:

“§ 2º Os recursos previstos no § 1º serão aplicados também no suprimento de água potável para os habitantes da Região do Semi-árido, flagelados pelo fenômeno climático das secas, de forma a garantir-lhes:

I – o abastecimento doméstico permanente em suficiente quantidade, por meio de cisternas;

II – reservas de água suficientes às atividades pecuárias e de projetos individuais ou coletivos de irrigação.”

EMENDA Nº 5

AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2001 – COMPLEMENTAR
(PLP nº 177, de 2001, na origem)

Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Acrescentem-se arts. ao projeto, com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

“Art. O Fundo subsidiará as atividades de Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido (PPCS), com o objetivo de erradicar a pobreza na região semi-árida do País, afetada pelo fenômeno climático das secas, beneficiando as famílias que compõem as listas de flagelados mantidas pela extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

Parágrafo único. Para a implantação do PCCS nos Municípios serão formadas equipes locais multidisciplinares, com especialistas nas áreas agropecuária e sócio-educativa.

Art. O Fundo apoiará a implantação de tecnologias adequadas à Região do Semi-árido, e desenvolverá, em caráter prioritário, política agropecuária voltada para a agricultura familiar e para os assentamentos da reforma agrária.

Art. O Fundo destinará recursos à implementação de política de educação ambiental nas escolas, organizações não-governamentais e meios de comunicação social, visando a formação para a preservação do meio ambiente na Região do Semi-árido, incentivando a restauração e a conservação da vegetação nativa, preservando os mananciais, a fauna e a flora locais.

Art. O Fundo destinará recursos à formação de Agentes de Desenvolvimento do Semi-Árido, mediante a capacitação da população local e o acompanhamento das políticas a serem desenvolvidas visando sua auto-sustentabilidade.”

EMENDA Nº 6

AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2001 – COMPLEMENTAR
(PLP nº 177, de 2001, na origem)

Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Inclua-se onde couber:

“O adicional de cinco pontos percentuais na alíquota do IPI, de acordo com o inciso II, do art. 80, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, será cobrado dos produtos supérfluos constantes do Anexo A desta lei, referente às seguintes seções:

1 – Seção IV – Produto das indústrias alimentares, líquidos, alcoólicos e vinagres; fumo (tabaco e seus sucedâneos manufaturados);

2 – Seção VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas;

3 – Seção XI – Matérias têxteis e suas obras;

4 – Seção XII – Chapéus e artefatos de uso semelhante, guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, chicotes, e suas partes; penas preparadas e suas obras; flores artificiais; obras de cabelo;

5 – Seção XIII – Obras de pedra, gesso, cimento amianto, mica ou de matérias semelhantes, produtos cerâmicos, vidro e suas obras;

6 – Seção XIV – Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosas, metais folheados ou chapeados de metais preciosos, e suas obras, bijuterias, moedas;

7 – Seção XVII – Material de transporte;

8 – Seção XIX – Armas e munições, suas partes e acessórios;

9 – Seção XX – Mercadorias e produtos diversos.“

São os seguintes os itens retirados:

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Requerimento nº 295, de 2001 – arts. 281/357)
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jefferson Péres, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, tendo

Parecer sob nº 483, 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Bernardo Cabral, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 25, DE 2000

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que altera o art. 75 da Constituição Federal, para facultar a nomeação de membros das Cortes de Contas dos Esta-

dos, do Distrito Federal e dos Municípios através de concurso público, tendo

Parecer favorável, sob nº 299, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 21:**
REQUERIMENTO Nº 360, DE 2001

Votação em turno único do **Requerimento nº 360, de 2001**, de autoria dos Senadores José Eduardo Dutra e Arlindo Porto, solicitando ao Banco Central do Brasil que encaminhe ao Senado Federal os extratos da movimentação financeira e fotocópia de cheques emitidos, concernentes à conta bancária da Srª Vera Arantes Campos, na Agência Central do Banco Bamerindus, durante o segundo semestre de 1988 e o primeiro semestre de 1989, bem como, no mesmo período, os dados disponíveis concernentes às movimentações financeiras e fotocópia de cheques emitidos pelos Srs. Serafim Rodrigues de Moraes e Vicente de Paula Pedrosa da Silva, tendo

Parecer favorável, sob nº 630, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Relator o Senador Bello Parga.

Em votação o requerimento.

Como votam os Srs. Líderes?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”.

A SRA. HELOÍSA HELENA – (Bloco/PT – AL) – O Bloco encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – O PSB vota “sim”.

O SR. SÉRGIO MACHADO (Bloco/PSDB – CE) – O PSDB encaminha o voto “sim”.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – O PMDB encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 360, fica prejudicado o Requerimento nº 333, de 2001, por tratar do mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Lei do Sena-

do nº 132, de 1997, que, nos termos do art. 320 do Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 633, DE 2001
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 1997.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 1997, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências, consolidando o destaque de Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 26 de junho de 2001. – **Jader Barbalho**, Presidente – **Antonio Carlos Valadares**, Relator, **Mozarildo Cavalcanti** – **Edison Lobão**.

ANEXO AO PARECER Nº 633, DE 2001

Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de São Luiz do Anauá, no Estado de Roraima, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar no Município de São Luiz do Anauá, no Estado de Roraima, Distrito Agropecuário destinado a desenvolver, preferencialmente, atividades de agropecuária, colonização, turismo ecológico, mineração, bem como áreas institucionais para preservação e pesquisas.

Art. 2º O Distrito Agropecuário de que trata esta Lei terá por principais objetivos a criação de pólo de desenvolvimento agropecuário, o aumento da oferta de alimentos nos mercados da Amazônia Ocidental, especialmente, dos Estados de Roraima e Amazonas, o aproveitamento racional dos recursos naturais, a diminuição dos custos de produção e comercialização de produtos agrícolas e extrativos, a criação de tradição agrícola e a geração de novos empregos na região.

Art. 3º Compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, fixar as diretrizes e normas pertinentes à seleção e avaliação da viabilidade técnica e financeira dos projetos a serem implantados no Distrito Agropecuário de que trata o art. 1º

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, requeiro que seja lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 380, DE 2001

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requeiro a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (São Luiz do Anauá-RR).

Sala das Sessões, 26 de junho de 2001. – **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação do vencido, para o turno suplementar, do substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2000, que, nos termos do art. 320 do Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 634, DE 2001
(Da Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2000.

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2000, que altera a

Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências, consolidando a Emenda nº 2 — Plenário, adotada como subemenda pela Comissão de Assuntos Sociais, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 26 de junho de 2001. — **Jader Barbalho**, Presidente — **Antonio Carlos Valadares**, Relator — **Mozarildo Cavalcanti** — **Edison Lobão**.

ANEXO AO PARECER Nº 634, DE 2001

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), objetivando equiparar, para efeito de contribuição previdenciária, os condomínios de produtores rurais aos contribuintes individuais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso V do art. 1º da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea i:

“Art. 12.

V —

i) o condomínio de produtores rurais, estabelecido com a finalidade única de contratação de mão-de-obra;

.....”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) — O parecer vai à publicação

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 371, de 2001, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2001.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) — Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 372, de 2001, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Resolução nº 28, de 2001, do Senado Federal.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) — Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 375, de 2001, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2001.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) — Sobre a mesa, requeiro a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 1999, que dispõe sobre o incentivo fiscal a doações de equipamentos e matérias-primas a entidades sem fins lucrativos, para uso no preparo de alimentos para pessoas carentes.

É lido e deferido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 381, DE 2001

Nos termos do art. 256 do Regimento Interno, requeiro a retirada do Requerimento nº 347, de 2001, de minha autoria, que solicita a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 1999.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2001. — **Senador Gilberto Mestrinho**.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) — Sobre a mesa, requeiro a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 1999, que dispõe sobre o incentivo fiscal a doações de equipamentos e matérias-primas a entidades sem fins lucrativos, para uso no preparo de alimentos para pessoas carentes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 382, DE 2001

Nos termos do art. 119 do Regimento Interno, requeiro dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 1999, que dispõe sobre o incentivo fiscal a doações de equipamentos e matérias-primas a entidades sem fins lucrativos, para uso no preparo de alimentos para pessoas carentes.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2001. — **Gilberto Mestrinho**.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) — O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos regimentais.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido e deferido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 383, DE 2001

Nos termos do art. 256 do Regimento Interno, requeiro a retirada do Requerimento nº 351, de 2001, de minha autoria, que solicita a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 430, de 1999.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2001. – Senador **Geraldo Cândido**.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 384, DE 2001

Nos termos do art. 119 do Regimento Interno, requeiro dispensa do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Lei do Senado nº 430, de 1999, que determina a imposição provisória de tetos tarifários sobre as importações agropecuárias e dá outras providências.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2001. – Senador **Geraldo Cândido**.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A Presidência pede a atenção do Plenário para informar que o Senador Romeu Tuma nos trouxe expediente do Hotel Hilton em São Paulo comunicando que o Presidente do Senado não estava hospedado no período mencionado pela revista a que há pouco eu me referi, quando foi aprovada a quebra do sigilo.

Quero agradecer as providências do Senador Romeu Tuma, que acaba de me fornecer um documento que depois terei oportunidade de repassar às Srs^{as} e aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma enviaram discursos à Mesa para serem publicados nos termos do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srs^{as} e Srs. Senadores, no último mês de abril, o Senador Francelino Pereira fez circular na Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática do Senado Federal, presidida atualmente pelo Senador Freitas Neto, o documento intitulado – *O Povo do Cinema – Na Bus-*

ca da Tela –, um levantamento detalhado sobre a situação atual do cinema no Brasil.

O vasto documento, resultado do trabalho realizado na Subcomissão de Cinema, criada no âmbito da Comissão de Educação e Cultura desta Casa, por iniciativa do Senador Francelino Pereira, e instalada em 29 de junho de 1999, encontrou nos debates, depoimentos e exposições de reuniões e audiências públicas, a matéria prima necessária para sua elaboração.

Desde junho de 1999, quando iniciou seus trabalhos sob a Presidência do Senador José Fogaça, a Subcomissão começou a apresentar visíveis resultados de suas atividades, contribuindo, de maneira decisiva, para a instalação de um debate a propósito dos destinos da indústria cinematográfica brasileira.

Assim, em dezembro de 2000, por iniciativa do Senador José Fogaça, foi proposto que a Subcomissão de Cinemativessse uma abrangência ainda maior, sugerindo, por meio de requerimento, a criação da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática.

No último dia 6 de junho p. passado, com o Senador Freitas Neto na condução dos trabalhos, a nova Subcomissão reiniciou uma segunda etapa de seus trabalhos. Em audiência pública, foram ouvidos o Ministro de Estado da Cultura Francisco Weffort, o produtor cinematográfico Luiz Carlos Barreto e o distribuidor Rodrigo Saturnino Braga.

Nesse momento foram discutidas as atividades desenvolvidas pelo Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica – Gedic – e a proposta de criação de uma agência reguladora para o setor.

A discussão que envolve a possibilidade da existência de uma agência reguladora ou de fomento para impulsionar atividades cinematográficas nacionais, vem tomando impulso desde o ano passado, quando, na Subcomissão de Cinema, o cineasta Cacá Diegues anunciou a referida proposta. Esse assunto, inclusive, voltou a ser trabalhado durante a realização do 3º Congresso do Cinema Brasileiro, ocorrido em 2000, na cidade de Porto Alegre-RS.

Para o Senador José Fogaça, pelo que pude apreender, o importante é que se trabalhe a criação de um órgão de fomento, pois o cinema brasileiro carece de um organismo que tenha a capacidade fundamental de impulsionar suas etapas e aspectos. Essa

defesa passa pela criação de um órgão dotado de visão estratégica da nova realidade institucional atual, capaz de criar políticas dinâmicas, que tenham a devida competência para apresentar novos caminhos à produção audiovisual brasileira como um todo. Como conclui o Senador Fogaça, o cinema brasileiro necessita muito mais de fomento que de regulação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o aprofundamento do debate que estamos assistindo, guarda o desafio maior de incentivar, por meio de ações concretas, a indústria nacional de cinema. E esse tem sido o eixo da Subcomissão de Cinema do Senado Federal.

Em sua insistência na busca da abertura de caminhos que permitam a ampliação e a democratização do acesso à cultura, a Subcomissão de Cinema instaurou um verdadeiro fórum para discussão, envolvendo produtores, exibidores, distribuidores, enfim, todo o *ethos* cinematográfico brasileiro, esses fazedores de sonhos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de dizer que estou orgulhoso pela notável contribuição que a Comissão de Cinema prestou ao debate nacional sobre o tema. Fico igualmente orgulhoso porque esta Casa teve a competência de abrir esse espaço, tornando-o tribuna permanente em defesa da cultura do Brasil, de nossa soberania intelectual e invejável capacidade criativa.

Concluo este pronunciamento usando palavras do Senador Francelino Pereira, onde apropriadamente diz que o cinema brasileiro pode existir dentro do seu próprio mercado, desde que tenha condições, salas, acesso à distribuição, ao vídeo e à televisão. Esse é o grande desafio. A todos nós, sociedade, cineastas, Governo e Congresso cabe enfrentá-lo e vencê-lo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL — RR)

— Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o rápido avanço do dengue, nos centros urbanos brasileiros, e o recente reaparecimento de casos de febre amarela, no Centro-Oeste de Minas Gerais, estão acendendo o sinal vermelho de alerta para a eficácia das políticas públicas de controle e de erradicação das doenças tropicais no Brasil.

Hoje quero abordar especificamente o problema do dengue, doença que tem assustado a população urbana e que, parece, não mais quer deixar o noticiário. A cada dia, aparecem mais focos dela, degenerando em epidemias que vão se alastrando por diversas partes do País. A progressão e disseminação do dengue ganha maior visibilidade e maior repercussão à medida que tem atingido pessoas da elite do Rio de Janeiro e de São Paulo, as duas cidades onde se encontram as maiores empresas de comunicação brasileiras.¹ Mesmo por via perversa, isto é, em razão de que os meios de comunicação dão mais importância ao que acontece com as pessoas de posse, pode-se ter agora uma oportunidade para que as autoridades passem a considerar o problema com a gravidade que ele merece.

Sr. Presidente, como sabemos, o dengue, assim como a febre amarela, tem como vetor o mosquito *Aedes aegypti*. Como ainda não há vacina disponível para o dengue, — prevendo alguns especialistas a possibilidade de vacina para apenas daqui a 5 anos, pelo menos,² — só há uma maneira de controlar a doença: a redução, a níveis mínimos, da infestação urbana pelo mosquito.³ (Digo *infestação urbana* porque o dengue é, hoje, no Brasil, essencialmente, doença urbana.) Em outras palavras, é dizer que os possíveis criadouros do *Aedes aegypti* devem ser localizados e eliminados. E criadouro para o mosquito do dengue, todos também sabemos, é água limpa e parada.

A responsabilidade do controle do dengue, por sua vez, — isto deve ficar bem claro!, — tem de ser compartilhada entre cidadãos e Poder Público. Se somente o Poder Público se mobilizar, mas esbarrar na indiferença das pessoas, então esta guerra estará perdida. Igualmente, se os cidadãos compreenderem a gravidade da situação, colaborarem para a eliminação do mosquito, mas não tiverem o apoio do Governo, então inevitavelmente as vítimas do dengue continuarão a se multiplicar, sem que haja esperança para solução do problema.

Isso, porque qualquer recipiente, por menor que seja, se estiver sob céu aberto, pode acumular água da chuva e tornar-se criadouro para o mosquito. O combate ao *Aedes aegypti* é um combate minucioso. E, — este é o ponto!, — tais recipientes acumuladores d'água podem estar tanto no domínio privado

quanto no domínio público. São latas, pneus, embalagens descartáveis de plástico, garrafas, vasos de plantas, as próprias plantas. Tudo isso pode estar no quintal das casas ou, no caso de plantas e de vasos de plantas, nos apartamentos dos cidadãos, mas também pode estar na via pública, nos terreiros baldios, bem como em regiões alagadas.

Portanto, ao cidadão cabe, pelo menos, vigiar e controlar focos do mosquito em sua residência; sem descartar, é claro, a visita do agente público ao domínio privado. E ao Poder Público cabe uma série de ações, tais quais campanhas educativas que ensinem combater focos do mosquito, conscientizando e mobilizando a sociedade; treinamento e organização de agentes sanitários que localizem e eliminem focos de mosquito nos domínios públicos e, igualmente, fiscalizem os domínios privados; controle na movimentação de bens e de pessoas entre as áreas de epidemias e as demais áreas; e, finalmente, universalização do saneamento básico.

Pelo que posso observar, — e aqui vai uma avaliação pessoal, — nas cidades e regiões atingidas pelo dengue, não tem faltado mobilização da sociedade para resolver o problema. Temos visto, por exemplo, agora, com a crise de energia elétrica, o quanto a população tem espírito de colaboração e age prontamente em caso de necessidade. O consumo de energia elétrica caiu, em quase todos os Estados, ainda em maio; portanto, no mês anterior ao da entrada em vigor das medidas punitivas. Percebo que, com o dengue, não tem sido diferente. Todavia não tenho visto, da parte do Poder Público, empenho igual ao da população, nem sentido de urgência proporcional à dimensão do problema.

Alguns especialistas culpam a municipalização do serviço de combate aos focos do mosquito como responsável pela morosidade e ineficácia da ação de governo.⁴ Não vou negar que persiste, no Brasil, uma cultura da acomodação por parte das Prefeituras, que, muitas vezes, esperam da Administração Federal ou mesmo da Estadual aquilo que lhes compete fazer e o conseguiriam apenas com um pouquinho mais de competência e de boa vontade.

Contudo o Brasil deve ser governado como ele é; não como ele deveria ser. Há evidentes falhas no processo de municipalização da saúde pública. Há Municípios sem qualquer estrutura para fazer o tra-

balho que deles se espera. Enfim, a Administração Federal e as Estados não se podem furtar à parcela de responsabilidade que lhes cabe em induzir as ações municipais, treinar os agentes municipais, fiscalizar o processo de combate ao dengue, bem como fiscalizar o correto emprego dos recursos repassados por meio de convênios.

Concluo, pois, este discurso, exortando o Poder Público, no nível federal e no nível estadual, a sair da paralisia em que se encontra e a somar esforços com as milhares de Prefeituras deste País, para termos sucesso em reduzir, a níveis mínimos, a infestação do mosquito *Aedes aegypti*, vetor do dengue e da febre amarela. Não podemos retroceder à situação dos centros urbanos existente no começo do século passado, quando as principais cidades brasileiras eram infestadas por mosquitos e por doenças endêmicas, ao ponto de tripulações de navios de lazer europeus atracarem na Baía de Guanabara para contemplarem as belezas naturais do Rio de Janeiro, mas não se atreverem a lá desembarcar, seguindo diretamente para Buenos Aires.

Era o que tinha a dizer.

NOTAS:

- 1 MOSQUITO DE GRÃ-FINO. Veja, 4-4-01, Brasil.
- 2 GUEDES, José da Silva e da SILVA, Luiz Jacintho. "A dengue e as mazelas da modernidade" in O Estado de São Paulo, 5-6-01, internet.
- 3 Idem.
- 4 FUNASA NÃO DETECTA PROBLEMAS LOCALIZADOS. Folha de S. Paulo, 9-4-01, Cotidiano, p. C3.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, algumas semanas atrás, ocupei esta tribuna para louvar a decisão da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, que reconheceu o direito dos países em desenvolvimento empreenderem programas de distribuição de medicamentos contra a AIDS, independentemente do direito de patentes. Na oportunidade, apresentei um voto de louvor, aprovado nesta Casa, parabenizando a atuação dos Ministros José Serra e Celso Lafer, bem como da diplomacia brasileira, durante o episódio.

Com grande satisfação leio notícia publicada no jornal **O Globo**, edição do dia 21 de junho do corrente, informando que a União Européia, em reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) realizada

no dia anterior, firmou posição no sentido de considerar a AIDS um caso de emergência, podendo os países em desenvolvimento recorrer à quebra de patentes, denominada licença compulsória, para importar e distribuir medicamentos mais baratos para as populações carentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, trata-se de uma vitória de relevo, principalmente se considerarmos que mais de 100 países participaram da reunião da OMC, que, segundo informou o periódico, debateu pela primeira vez se o acordo de propriedade intelectual da entidade prejudica ou não as políticas de saúde dos governos.

Mais uma vez, os Estados Unidos foram vencidos, nesse caso acompanhados da Suíça, em sua posição de defesa intransigente da propriedade intelectual.

Era o registro que gostaria de fazer, louvando a decisão histórica da União Européia, que vem em apoio à proposta brasileira e das nações em desenvolvimento, e assim como a decisão tomada pela Comissão de Direitos Humanos, torna cada vez mais claro, pacífico, o entendimento de que a distribuição de medicamentos contra a AIDS às populações carentes é uma questão humanitária, não podendo ter o mesmo tratamento dado a questões meramente comerciais.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ao registrar nos Anais desta Casa esta singela homenagem ao jornalista Evandro Carlos de Andrade, morto ontem de uma forma rara de doença hematológica, venho me juntar aos nobres pares que já reverenciaram uma das mais importantes personalidades jornalísticas contemporâneas.

Por sua impecável maneira de conduzir os destinos das redações que chefiou – 24 anos como diretor de redação do jornal **O Globo** e 6 anos à frente da Central Globo de Jornalismo, e exercer a chefia das sucursais dos jornais **O Estado de S. Paulo** e **Jornal do Brasil**, em Brasília – Evandro amealhou respeito, amizade e admiração de toda a grande imprensa brasileira. Entretanto, o pioneirismo é a marca registrada desse profissional notável. Foi Evandro o principal artífice da reestruturação do jornal **O Globo**, levando-o à condição de maior jornal do Rio de Janeiro.

Um breve histórico da vida de Evandro Carlos de Andrade nos revela que este carioca, flamenguista, nascido na zona norte do Rio de Janeiro, deu seus primeiros passos no jornalismo aos 18 anos de idade no **Correio Radical**. Em seguida, mudou-se para o **Diário Carioca**, onde sob a batuta do saudoso senador e jornalista Pompeu de Souza conviveu com nomes como os de Carlos Castello Branco, Armando Nogueira, Paulo Francis, Carlos Heitor Cony, Élio Gaspari, entre outras estrelas do universo jornalístico, num período conhecido como a Escola do Jornalismo Brasileiro. Seu pioneirismo permitiu implantar uma linguagem inovadora e um perfil mais regional aos noticiários, levando-o a participar da equipe que criou e implantou o primeiro canal de notícias do Brasil, o Globo News, em 1996.

Seu velório ocorrido ontem no Rio de Janeiro demonstrou que o apreço pelo jornalismo ético e honesto consegue reunir adversários políticos, que esqueceram divergências para homenageá-lo. Finalizo com uma reflexão do próprio Evandro: 'No Brasil, a lei está muito desvalorizada. Essa é a doença do nosso tempo. Sem o império da lei é impossível viver civilizado e democraticamente. Nesse sentido, o atual desempenho da imprensa brasileira é extraordinário'.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Se na do res da sessão do Congresso Nacional daqui a alguns minutos, que realizaremos no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 10 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 19, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 295, de 2001 – arts. 281/357)
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jefferson Peres, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transi-

tórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, tendo

Parecer sob nº 483, 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Bernardo Cabral, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

A matéria constou da pauta da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua votação adiada para hoje.

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 25, DE 2000
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que altera o art. 75 da Constituição Federal, para facultar a nomeação de membros das Cortes de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios através de concurso público, tendo

Parecer favorável, sob nº 299, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres.

A matéria constou da pauta da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua votação adiada para hoje.

– 3 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 54, DE 2000
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do Recurso nº 6, de 2001)
(Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 54, de 2000, de iniciativa do Senador Álvaro Dias e outros Senhores Senadores, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações que especifica, tendo

Parecer contrário, sob nº 326, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Roberto Saturnino.

– 4 –

MENSAGEM Nº 134, DE 2001
(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Gilberto Mestrinho, sobre a Mensagem nº 134, de 2001 (nº 499/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Flávio Moreira Sapha, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos.

– 5 –

MENSAGEM Nº 135, DE 2001
(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Gilberto Mestrinho, sobre a Mensagem nº 135, de 2001 (nº 500/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Flávio Moreira Sapha, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos, exercer a de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

– 6 –

PARECER Nº 628, DE 2001
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Requerimento nº 376, de 2001 – art. 281,
do Regimento Interno)
(Escolha de Autoridade)
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 628, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, sobre a Mensagem nº 155, de 2001 (nº 592/2001, na origem), que submete à consideração do Senado a indicação do Doutor Geraldo Brindeiro, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.

– 7 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, DE 1999
(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 3, de 2001)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possi-

ilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares, tendo

Pareceres sob nºs 227 e 228, de 2001, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Geraldo Althoff, 1º pronunciamento: (sobre o Projeto) favorável nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Tião Viana, Júlio Eduardo e da Senadora Heloísa Helena, e abstenção do Senador Ricardo Santos; 2º pronunciamento: (sobre as emendas apresentadas perante a Comissão durante o turno suplementar) favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que encaminha.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia 21, quando teve sua discussão adiada para hoje.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 46, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2001 (nº 417/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre a Transferência de Nacionais Condenados, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, em La Paz, em 26 de julho de 1999, tendo

Parecer favorável, sob nº 588, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Bernardo Cabral.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 54, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2001 (nº 482/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Cooperação na Área do Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, ao Uso Indevido e à Farmacodependência, celebrado em Bucareste, em 22 de outubro de 1999, tendo

Parecer favorável, sob nº 589, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Gilberto Mestrinho.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2001 (nº 591/2000, na Câmara

dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Limeira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 571, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma, com abstenção do Senador Eduardo Suplicy.

– 11 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 65, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2001 (nº 353/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação e Cultura Liberdade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaíba, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 582, de 2001, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Francelino Pereira.

– 12 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1999-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1999-CN, de iniciativa da Mesa da Câmara dos Deputados, que regulamenta os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.506, de 1997 (dispõe sobre o valor da pensão do dependente do segurado do extinto IPC, a ser concedida ou mantida pela União Federal), tendo

Pareceres sob nºs:

– 445, de 2000, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Carlos Bezerra, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta, com abstenções da Senadora Emilia Fernandes e do Senador Pedro Simon, e voto contrário, em separado, da Senadora Heloísa Helena; e

– 446, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Amir Lando, favorável, nos termos do parecer da Comissão de Assuntos Sociais, com votos contrários dos Senadores Roberto Freire e Eduardo Suplicy.

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 15 de maio último, quando teve sua discussão adiada para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Esta encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 17 minutos:)

(OS 16004/01)

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emendas

AO

PROJETO DE LEI **Nº 013/2001-CN**

MENSAGEM

Nº 00322, de 11/06/2001 – CN
(Nº 0528, de 07/06/2001, na origem)

Ementa: Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente.

Índice de Emendas

PLN: 013/2001 EMENDA

		Total por Parlamentar
ARACELY DE PAULA	00007	1
CARLOS ALBERTO ROSADO	00009	1
DANILO DE CASTRO	00006	1
FERNANDO DINIZ	00011	1
GIOVANNI QUEIROZ	00002 e 00003	2
GONZAGA PATRIOTA	00021	1
JOÃO MAGALHÃES	00013	1
JOÃO MAGNO	00012	1
LUIS BARBOSA	00015	1
LUIZ SÉRGIO	00020	1
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	00004	1
MAURO MIRANDA	00018	1
MENDES RIBEIRO FILHJO	00014	1
ODELMO LEÃO	00010	1
PEDRO CELSO	00017	1
RENAN CALHEIROS	00019	1
ROBERTO PESSOA	00005	1
VIRGÍLIO GUIMARÃES	00016	1
WALDECK ORNELAS	00001	1
ZÉ GOMES DA ROCHA	00008	1
Total de Emendas:		21

EMENDA - 00001

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

PL 013/2001

ETA

CMPOPF - MENSAGEM 0322/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA

PLN nº 013 / 2001

1 DE 1

TEXTO

ACRÉSCIMO :

FUNC. PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
26782 0220 2834 0061	Restauração de rodovias federais - No estado da Bahia - trecho restaurado - 400 KM	F	4	P	90	0	300	11.000.000,00
TOTAL								11.000.000,00

CANCELAMENTOS :

FUNC. PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
26782 0220 2834 0075	Restauração de rodovias federais - No estado de Mato Grosso do Sul - trecho restaurado - 820 KM	F	4	P	90	0	300	5.000.000,00
26782 0220 2834 0083	Restauração de rodovias federais - No estado de Rio de Janeiro - trecho restaurado - 250 KM	F	4	P	90	0	300	1.000.000,00
26782 0220 2834 0077	Restauração de rodovias federais - No estado de Mato Grosso - trecho restaurado - 400 KM	F	4	P	90	0	300	3.000.000,00
26782 0220 2834 0089	Restauração de rodovias federais - No estado de Rio Grande do Sul - trecho restaurado - 200 KM	F	4	P	90	0	300	2.000.000,00
TOTAL								11.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A abertura de crédito suplementar proposta pelo Governo Federal para tentar minimizar a crise das rodovias brasileiras atendeu apenas em parte as necessidades emergenciais do Estado da Bahia, que possui 13% da malha rodoviária nacional. Conforme declaração do próprio Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, as estradas baianas "correm o risco de ficarem interrompidas devido ao alto grau de deterioração", e portanto, carecem de providências mais justas e céleres para que a economia do Estado não sofra mais um choque, provocado agora pela crise de suas rodovias.

A emenda que ora se apresenta se presta a exatamente corrigir a distorção prevista no crédito original do executivo, e alocar recursos equivalentes à participação do estado na extensão da malha rodoviária nacional, uma vez que a necessidade seria bem mais.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

SENADOR WALDECK ORNÉLAS

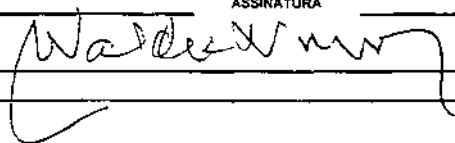
BA

PFL

DATA

ASSINATURA

17/06/2001



ELISEU PADILHA**'As rodovias brasileiras estão vencidas'**

• O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, alertou o presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o risco de as estradas de cinco estados brasileiros ficarem intransitáveis se não houver pesado investimento no setor. O ministro diz que a crise nas rodovias não é tão grave quanto a do setor energético, mas também preocupa.

O GLOBO: *Como estão as estradas brasileiras? Existe risco de colapso como no setor energético?*

ELISEU PADILHA: Em Minas, Piauí, Maranhão, Ceará e Bahia há risco de rodovias ficarem interrompidas devido ao alto grau de deterioração.

• *Qual a origem desse problema?*

PADILHA: Desde 98, com a extinção do Fundo Nacional Rodoviário, não temos mais recursos vinculados para a conservação das rodovias. Os investimentos diminuíram e a demanda cresceu. A idade média da malha é de 25 anos, embora a vida útil seja de apenas 12. Nossas rodovias estão vencidas.

• *Quando o senhor chegou a essa conclusão?*

PADILHA: Temos esse diagnóstico desde o ano passado. Há 60 dias, numa reunião com o presidente e os ministros Martus Tavares (Planejamento) e Pedro Parente (Casa Civil) tratamos do assunto. Eu disse: "Agora não temos mais margem para não investir". O

comprometimento da malha é progressivo.

• *Qual foi a resposta do presidente?*

PADILHA: O presidente autorizou imediatamente o envio ao Congresso de um pedido de crédito suplementar de R\$ 180 milhões. Por isso, esperamos que o Congresso aprove esse crédito integralmente para as obras de conservação e restauração já previamente estabelecidas. É importante que não haja desvio para obras fora das áreas críticas.

• *Essa verba é suficiente?*

PADILHA: Com esse crédito suplementar, poderemos chegar a investir R\$ 1 bilhão no setor. Se investirmos esse mesmo valor anualmente até 2003, conseguiremos dar a volta por cima. Agora, é preciso que a execução orçamentária seja de 100% dos valores previstos no Orçamento. Isso quase nunca acontece.

• *A situação também é complicada nas rodovias que foram privatizadas?*

PADILHA: Não. As rodovias transferidas para a iniciativa privada pelo governo federal têm excelente aprovação. Nas pesquisas que são feitas periodicamente até 90% dos entrevistados dizem que estão muito satisfeitos com o serviço prestado pelas concessionárias.

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**EMENDA - 00002**

PL 013/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0322/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLNº 13/2001-CN

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescente-se ao Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes – 39201 Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER a seguinte Suplementação:

Acréscimo:

UO: 39201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER

Programa: 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Funcional Programática: 26.782.0220.2834.0101

Título: Restauração de Rodovias Federais no Estado do Pará-PA

GND: 4

Modalidade de Aplicação: 90

Valor: R\$ 5.000.000,00

Cancelamento:

UO: 39201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER

Programa: 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Funcional Programática: 26.782.0220.2834.0073

Título: Restauração de Rodovias Federais no Estado de Minas Gerais-MG

GND: 4

Modalidade de Aplicação: 90

Fonte: 300

Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Pará tem uma malha rodoviária precária, que não oferece condições suficientes ao desenvolvimento e o progresso do Estado, a evolução do seu sistema viário proporcionará maior segurança na trânsito de veículos e de passageiros, ganhando maior rapidez no escoamento da produção. A restauração de rodovias no Estado do Pará, é uma das prioridades do Governo Federal e um dos meios de consolidar os diversos mercados nacionais, aumentando a capacidade de tráfego, evitando a sobrecarga e os sérios prejuízos ao transporte de passageiros.

CÓDIGO

1607-1

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado GIOVANNI QUEIROZ

UF

PA

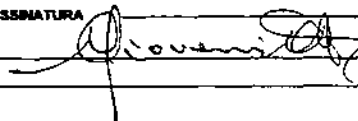
PARTIDO

PDT

DATA

19/10/01

ASSINATURA



EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**EMENDA - 00003**

PL 013/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0322/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLNº 13/2001-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acréscimo-se ao Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes – 39201 Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER a seguinte Suplementação:

Acréscimo:

UD: 39201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER

Programa: 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Funcional Programática: 26.782.0220.2634.0101

Título: Restauração de Rodovias Federais no Estado do Pará-PA

GND: 4

Modalidade de Aplicação: 90

Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Pará tem uma malha rodoviária precária, que não oferece condições suficientes ao desenvolvimento e o progresso do Estado, a evolução do seu sistema viário proporcionará maior segurança na trânsito de veículos e de passageiros, ganhando maior rapidez no escoamento da produção. A restauração de rodovias no Estado do Pará, é uma das prioridades do Governo Federal e um dos meios de consolidar os diversos mercados nacionais, aumentando a capacidade de tráfego, evitando a sobrecarga e os sérios prejuízos ao transporte de passageiros.

CÓDIGO

1607-1

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado GIOVANNI QUEIROZ

UF

PA

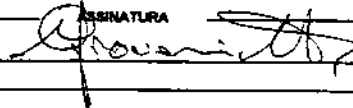
PARTIDO

PDT

DATA

19.06.01

ASSINATURA



EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**EMENDA - 00004**

PL 013/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0322/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN nº 013/2001

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplemente-se ao Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes – DNER – 39201, atividade :
26 782 0220 2834 0073 o seguinte Valor:

Suplementar:

UO: 39201

Título : Restauração de Rodovias Federais no Estado de Minas Gerais

Valor : R\$ 14.950.000,00

Mod : 90

GND : 4

Cancelar:

UO : 39201

Título : Restauração de Rodovias Federais no Estado de Pernambuco

Funcional Programática: 26 782 0220 2834 0105

Valor : R\$ 6.250.000,00

GND : 4

UO : 39201

Título : Restauração de Rodovias Federais no Estado de Mato Grosso do Sul

Funcional Programática: 26 782 0220 2834 0075

Valor : R\$ 8.700.000,00

GND : 4

JUSTIFICAÇÃO

A malha rodoviária Federal no Estado de Minas Gerais é a mais extensa do Território Nacional, com 10.275,4 quilômetros, sendo 6.504,1 quilômetros, pavimentada, representando 16% do total. Esta malha serve como meio de interligação entre quase todas as Regiões Brasileiras, bem como permite, particularmente, a integração e a articulação das economias do próprio Estado, de São Paulo, do Rio de Janeiro, entre elas e com as demais Unidades da Federação. Daí não se justificar o valor proposto para o reforço de apenas R\$14,0 milhões, para Minas Gerais, substancialmente inferior aos propostos para alguns estados com pequenas malhas rodoviárias Federais. Ademais, há de se considerar que a precariedade das estradas Federais em Minas Gerais que necessitam restauração, vem causando a elevação substancial de custos dos transportes de âmbito nacional.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEP. MARCIO REINALDO MOREIRA

MG

PPB

DATA

ASSINATURA

13/06/01



EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**EMENDA - 00005**

PL 013/2001

CMPOFF - MENSAGEM 0322/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN-013/2001-CN

PÁGINA
DE

TEXTO

Suplementar na Unidade Orçamentária:

39201 - Departamento Nacional de Estradas de RodagemLocalidade: **2300000 - Ceará**Esfera: **1 - Fiscal**Projeto/Atividade/Subtítulo: **26.782.0220.2834.0063 - Restauração de Rodovias Federais / no Estado do Ceará**Meta do Projeto/Atividade/Subtítulo: **Trecho Restaurado**Especificação/Unidade: **KM**Quantidade: **110****ACRÉSCIMO À PROGRAMAÇÃO**

4 - Investimento

Valor: 6.000.000

DECRÉSCIMO À PROGRAMAÇÃO

Funcional Programática:

26.782.0220.2834.0073 - Valor: 1.500.000

26.782.0220.2834.0075 - Valor: 1.500.000

26.782.0220.2834.0077 - Valor: 1.500.000

26.782.0220.2834.0081 - Valor: 500.000

26.782.0220.2834.0083 - Valor: 500.000

26.782.0220.2834.0091 - Valor: 500.000

ESFERA: **1 - FISCAL**GND: **4 - INVESTIMENTO**MOD: **90**FONTE: **300**

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA OBJETIVA PROPORCIONAR A INTEGRAÇÃO DO ESTADO ATRAVÉS DAS BR 116-DIVISA-PE À FORTALEZA, BR 222 DIVISA-PI À FORTALEZA E BR 020 DIVISA-PI À FORTALEZA, JUSTIFICANDO-SE PELA NECESSIDADE DE OTIMIZAÇÃO DE NOSSA MALHA RODOVIÁRIA, EM BENEFÍCIO NÃO SÓ DO INCENTIVO DO TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS, MAS TAMBÉM DA EXPANSÃO DAS CONDIÇÕES DE ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO. RESSALTE-SE QUE HOJE O ESTADO DO CEARÁ É O TERCEIRO EM PRECARIÉDADE DE SUAS RODOVIAS. A MELHORA SENSÍVEL QUE TAL FLUXO GERARÁ, SOB O ASPECTO DO APROVEITAMENTO DO POTENCIAL ECONÔMICO DA REGIÃO, AFIGURA-SE, A MEU VER, COMO MOTIVO MAIOR DE PRIORIDADE NA APROVAÇÃO DA EMENDA ORA APRESENTADA.

CÓDIGO

3340

NOME DO PARLAMENTAR

DEPUTADO ROBERTO PESSOA

UF

CE

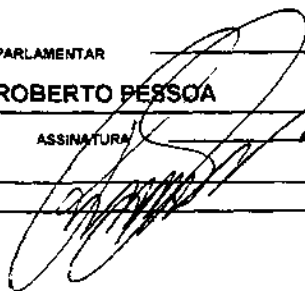
PARTIDO

PFL

DATA

20/06/2001

ASSINATURA



EMENDA - 00006

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

PL 013/2001

CMPPOP - MENSAGEM 0322/2001

TA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN nº 013/2001

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplemente-se ao Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes - DNER - 39201, atividade : 26 782 0220 2834 0073 o seguinte Valor:

Suplementar:

UO: 39201

Título : Restauração de Rodovias Federais no Estado de Minas Gerais

Valor : R\$ 14.950.000,00

Mod : 90

GND : 4

Cancelar:

UO : 39201

Título : Restauração de Rodovias Federais no Estado de Pernambuco

Funcional Programática: 26 782 0220 2834 0105

Valor : R\$ 6.250.000,00

GND : 4

UO : 39201

Título : Restauração de Rodovias Federais no Estado de Mato Grosso do Sul

Funcional Programática: 26 782 0220 2834 0075

Valor : R\$ 8.700.000,00

GND : 4

JUSTIFICAÇÃO

A malha rodoviária Federal no Estado de Minas Gerais é a mais extensa do Território Nacional, com 10.275,4 quilômetros, sendo 6.504,1 quilômetros pavimentada representando 16% do total. Esta malha serve como meio de interligação entre quase todas as Regiões Brasileiras, bem como permite, particularmente, a integração e a articulação das economias do próprio Estado, de São Paulo, do Rio de Janeiro, entre elas e com as demais Unidades da Federação. Daí não se justificar o valor proposto para o reforço de apenas R\$14,0 milhões, para Minas Gerais, substancialmente inferior aos propostos para alguns estados com pequenas malhas rodoviárias Federais. Ademais, há de se considerar que a precariedade das estradas Federais em Minas Gerais que necessitam restauração, vem causando a elevação substancial de custos dos transportes de âmbito nacional.

(Aracely de Paula)

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

MG

PSDB

DATA

ASSINATURA

20/06/01

Dep. Danilo de Castro

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**EMENDA - 00007**

A

PL 013/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0322/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN Nº 13, DE 2001-CN

PAGINA

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO:**26.782.0230.5704.0026 – BR 146/MG – PATOS DE MINAS-ARAXÁ-DIVISA MG/SP****VALOR: R\$ 5.000.000,00 (CINCO MILHÕES DE REAIS)****CANCELAMENTO:****26.782.0220.2834.0075 – RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL****VALOR: R\$ 5.000.000,00 (CINCO MILHÕES DE REAIS)**

JUSTIFICAÇÃO

A BR 146/MG – TRECHO PATOS DE MINAS/ARAXÁ/DIVISA MG/SP, CONFIGURA-SE HOJE COMO UM DOS MAIS IMPORTANTES CORREDORES DE TRANSPORTE DO PAÍS. PROPICIANDO A LIGAÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO ATRAVÉS DAS BR'S 116, 251 E 365 COM TODA A REGIÃO SUDESTE E SUL DO PAÍS, ENCONTRA-SE ATUALMENTE EM OBRAS NOS SEGMENTOS ENTRE OS MUNICÍPIOS DE PATOS DE MINAS E ARAXÁ, E ENTRE PASSOS E BOM JESUS DA PENHA. OS RECURSOS DESTA SUPLEMENTAÇÃO, SERÃO APLICADOS NA CONTINUIDADE DAS OBRAS QUE SÃO DE EXTREMA IMPORTANCIA PARA TODA A ECONOMIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, BEM COMO DO RESTANTE DO PAÍS.

AS OBRAS EM QUESTÃO FAZEM PARTE DO PPA 2000/2003.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

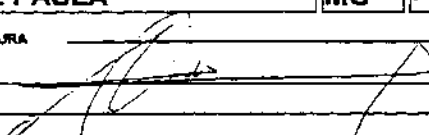
UF

PARTIDO

DEPUTADO ARACELY DE PAULA**MG****PFL**

DATA

ASSINATURA

21/06/2001

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**EMENDA - 00008**

PL 013/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0322/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO

013/2001

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

ACRÉSCIMO:

Órgão: 39000 - Min. dos Transportes

Unidade: 39201 - DNER

Subprojeto/Subatividade: RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DE GOIÁS

Valor (R\$): 15.000.000 (Quinze milhões de reais)

CANCELAMENTO:

Órgão: Ministério dos Transportes

Unidade: DNER

Funcional Programática: 26.782.0220.2834.0075

Subprojeto/Subatividade: Restauração de Rodovias Federais no Mato Grosso do Sul

Valor (R\$): 7.500.000 (Sete milhões e quinhentos mil reais)

Funcional Programática: 26.782.0220.2834.0105

Subprojeto/Subatividade: Restauração de Rodovias Federais no Estado de Pernambuco

Valor (R\$): 7.500.000 (Sete milhões e quinhentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta ao Projeto de Lei de Crédito Suplementar de nº 013/2001 visa a obtenção de recursos financeiros que serão utilizados na manutenção da malha rodoviária federal no Estado de Goiás.

Tendo como principal veia econômica e produção agropecuária o Estado de Goiás utiliza praticamente como único meio de transporte de suas riquezas para o resto do país suas rodovias, algumas em estado de precariedade total, prejudicando o escoamento da produção, causando enormes e irreparáveis prejuízos e é objetivando reverter toda esta situação é que apelo ao nobre relator o acolhimento da emenda ora encaminhada.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ZÉ GOMES DA ROCHA

GO

PMD8

DATA

ASSINATURA

21/06/01

EMENDA - 00009

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

PL 013/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0322/2001

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

013/2001

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

No anexo ao PL 13/2001-CN, efetue-se o seguinte acréscimo na UO:39201 - DNER

Funcional Programática: 26.782.0220.2834.0085

Subtítulo: Restauração de Rodovias Federais - No Estado do Rio Grande do Norte

GND: 04 MOD: 90

Valor: R\$ 3.000.000,00

Cancelamento Compulsório

Funcional Programática: 26.782.0220.2834.0105

Subtítulo: Restauração de Rodovias Federais - No Estado de Pernambuco

Valor: 3.000.000.00

JUSTIFICAÇÃO

A BR 405 liga toda porção oeste do Rio Grande do Norte, indo até a Paraíba. É uma importante via de acesso a comunicação entre os dois Estados com escoamento primários da região, ressalta-se ainda que por essa rodovia, caminho do Sul e do Centro Oeste, passam mensalmente 150.000 toneladas de Sal que movimentam a economia da Região Salineira do RN.

A Impossibilidade do atual tráfego aumenta a rota dos caminhoneiros que se destinam ao Sul e a Região Central em mais de 250 KM.

A recuperação pretendida, tem o poder de sanar todas as dificuldades apontadas.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Carlos Alberto Rosado

RN

PFL

DATA

ASSINATURA

21/6/01



EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**EMENDA - 00010**

PL 013/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0322/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN nº 013/2001

PÁGINA

1 DE 1**TEXTO**

Suplemente-se ao Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes – DNER – 39201, atividade :
26 782 0220 2834 0073 o seguinte Valor:

Suplementar:

UO: 39201

Título : Restauração de Rodovias Federais no Estado de Minas Gerais

Valor : R\$ 14.950.000,00

Mod : 90

GND : 4

Cancelar:

UO : 39201

Título : Restauração de Rodovias Federais no Estado de Pernambuco

Funcional Programática: 26 782 0220 2834 0105

Valor : R\$ 6.250.000,00

GND : 4

UO : 39201

Título : Restauração de Rodovias Federais no Estado de Mato Grosso do Sul

Funcional Programática: 26 782 0220 2834 0075

Valor : R\$ 8.700.000,00

GND : 4

JUSTIFICAÇÃO

A malha rodoviária Federal no Estado de Minas Gerais é a mais extensa do Território Nacional, com 10.275,4 quilômetros, sendo 6.504,1 quilômetros pavimentada, representando 16% do total. Esta malha serve como meio de interligação entre quase todas as Regiões Brasileiras, bem como permite, particularmente, a integração e a articulação das economias do próprio Estado, de São Paulo, do Rio de Janeiro, entre elas e com as demais Unidades da Federação. Daí não se justificar o valor proposto para o reforço de apenas R\$14,0 milhões, para Minas Gerais, substancialmente inferior aos propostos para alguns estados com pequenas malhas rodoviárias Federais. Ademais, há de se considerar que a precariedade das estradas Federais em Minas Gerais que necessitam restauração, vem causando a elevação substancial de custos dos transportes de âmbito nacional.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Dep. ODEIRIS LEÃO

MG

PPS

DATA

ASSINATURA

21/06/01

EMENDA - 00011

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

PL 013/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0322/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

013/2001

PÁGINA

01 DE 07

TEXTO

Alterar na Unidade Orçamentária 39201- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no programa 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal, passando a vigorar da forma abaixo:

26.782.0220.2834.0095 – Restauração de Rodovias Federais – No Estado de Acre
Valor: R\$ 1.797.993

26.782.0220.2834.0059 – Restauração de Rodovias Federais – No Estado da Alagoas
Valor: R\$ 2.844.528

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca corrigir uma distorção do PL que, em sua forma anterior, apresenta uma distribuição de dotações desequilibrada, isenta de critérios e distante da realidade vivida pelas regiões atendidas. Embora todas necessitem de restaurações em sua malha viária, torna-se necessária uma correção, buscando um critério distributivo baseado na percentagem da malha viária atendida, criando um ambiente de maior equilíbrio e justiça.

CÓDIGO

233

NOME DO PARLAMENTAR

Fernando Diniz

UF

MG

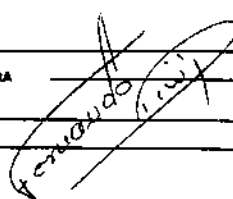
PARTIDO

PMDB

DATA

21/6/01

ASSINATURA



EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

011

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

013/2001

PÁGINA

02 DE 07

TEXTO

26.782.0220.2834.0061 – Restauração de Rodovias Federais – No
Estado do Bahia

Valor: R\$ 16.689.471

26.782.0220.2834.0063 – Restauração de Rodovias Federais – No
Estado da Ceará

Valor: R\$ 8.128.347

26.782.0220.2834.0071 – Restauração de Rodovias Federais – No
Estado do Maranhão

Valor: R\$ 9.336.189

JUSTIFICAÇÃO

CÓDIGO

233

NOME DO PARLAMENTAR

Fernando Diniz

UF

DF

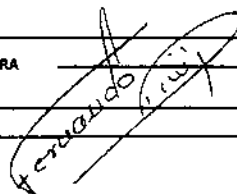
PARTIDO

PMDB

DATA

21/6/01

ASSINATURA



EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

022

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

013/2001

PÁGINA

03 DE 07

TEXTO

26.782.0220.2834.0073 – Restauração de Rodovias Federais – No
Estado de Minas Gerais
Valor: R\$ 37.561.146

26.782.0220.2834.0075 – Restauração de Rodovias Federais – No
Estado do Mato Grosso do Sul
Valor: R\$ 12.519.071

26.782.0220.2834.0077 – Restauração de Rodovias Federais – No
Estado do Mato Grosso
Valor: R\$ 10.331.577

JUSTIFICAÇÃO

CÓDIGO

233

NOME DO PARLAMENTAR

Fernando Diniz

UF

MG

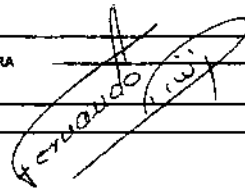
PARTIDO

PMDB

DATA

21/6/01

ASSINATURA



EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

011

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

013/2001

PÁGINA

04 DE 07

TEXTO

26.782.0220.2834.0079 – Restauração de Rodovias Federais – No
Estado do Piauí

Valor: R\$ 8.415.554

26.782.0220.2834.0081 – Restauração de Rodovias Federais – No
Estado do Paraná

Valor: R\$ 12.361.697

26.782.0220.2834.0083 – Restauração de Rodovias Federais – No
Estado do Rio de Janeiro

Valor: R\$ 6.224.126

JUSTIFICAÇÃO

CÓDIGO

203

NOME DO PARLAMENTAR

Fernando Diniz

UF

MS

PARTIDO

PMDB

DATA

21/06/01

ASSINATURA

Fernando Diniz

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

OL

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

013/2001

PÁGINA

05 DE 07

TEXTO

26.782.0220.2834.0085 – Restauração de Rodovias Federais – No
Estado do Rio Grande do Norte
Valor: R\$ 5.142.183

26.782.0220.2834.0087 – Restauração de Rodovias Federais – No
Estado de Rondônia
Valor: R\$ 4.933.663

26.782.0220.2834.0089 – Restauração de Rodovias Federais – No
Estado do Rio Grande do Sul
Valor: R\$ 19.620.555

JUSTIFICAÇÃO

CÓDIGO

233

NOME DO PARLAMENTAR

Fernando Diniz

UF

MG

PARTIDO

PMDB

DATA

21/6/01

ASSINATURA

Fernando Diniz

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

011

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

013/2001

PÁGINA

06 DE 07

TEXTO

26.782.0220.2834.0091 – Restauração de Rodovias Federais – No
Estado de Santa Catarina
Valor: R\$ 8.293.589

26.782.0220.2834.0103 – Restauração de Rodovias Federais – No
Estado da Paraíba
Valor: R\$ 4.803.829

26.782.0220.2834.0105 – Restauração de Rodovias Federais – No
Estado de Pernambuco
Valor: R\$ 9.781.426

JUSTIFICAÇÃO

CÓDIGO

933

NOME DO PARLAMENTAR

Fernando Diniz

UF

MG

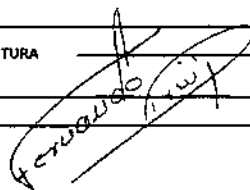
PARTIDO

PMDB

DATA

21/6/01

ASSINATURA



EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

OK

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

013/2001

PÁGINA

07 DE 07

TEXTO

26.782.0220.2834.0109 – Restauração de Rodovias Federais – No
Estado de Sergipe
Valor: R\$ 1.255.055

JUSTIFICAÇÃO

CÓDIGO

233

NOME DO PARLAMENTAR

Fernando Diniz

UF

MG

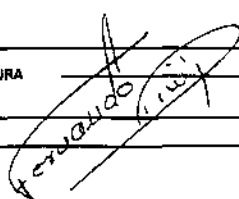
PARTIDO

PMDB

DATA

21/6/01

ASSINATURA



EMENDA - 00012

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

PL 013/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0322/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO

13

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA

1 de 1

TEXTO

Suplemente-se 26 782 0220 2834 0073 – Restauração de rodovias federais no Estado de Minas Gerais – no valor de R\$ 5.000.000,00

Cancele-se 26 782 0220 2834 0103 – Restauração de rodovias federais no Estado da Paraíba – no valor de R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Os recursos extras solicitados para o Estado de Minas Gerais têm como objetivo destinar verbas à BR 381, no trecho que liga as cidades de Belo Horizonte a Governador Valadares. Trata-se da principal via de escoamento da produção industrial e pecuária do Leste de Minas Gerais, no sentido de suprir os mercados do Sudeste, Centro Oeste, Sul e Mercosul, além de promover a interligação com a região Nordeste do país. O Departamento Econômico da Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais aponta dados bastante expressivos que reforçam a necessidade dos investimentos: o trecho Belo Horizonte – João Monlevade foi pavimentado em 1957 e suporta hoje uma média de treze mil (13.000) veículos/dia; o trecho de João Monlevade – Ipatinga, pavimentado em 1962, tem a média de nove mil (9.000) veículos/dia; e o trecho de Ipatinga a Governador Valadares, que foi pavimentado em 1972, recebe a média diária de quatro mil (4.000) veículos/dia. Do total do tráfego, 60% são de veículos pesados, envolvendo transportes de cargas e passageiros. Sinalização precária, asfalto deteriorado, curvas sinuosas, pontes perigosas e trechos sem acostamento contribuem, de maneira significativa, para a ocorrência de inúmeros acidentes na rodovia. Segundo dados da Polícia Rodoviária Federal, somente nos últimos dois anos, ocorreram 7.385 acidentes, 3.341 feridos e 282 mortos.

CÓDIGO

João Magno

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

MG

PT

DATA

21/6/2001

ASSINATURA

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**EMENDA - 00013**

PL 013/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0322/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

EMENDA AO PLN nº 13, de 2001-CN

PÁGINA
DE

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO:

26.782.0220.2834.0002 – BR 116/MG – Restauração do Trecho Divisa BA/MG – Div. MG/RJ (KM 435 – KM 491)
Valor R\$ 15.000.000,00

CANCELAMENTO:

26.782.0220.2834.0105 – Restauração de Rodovias Federais no Estado de Pernambuco
Valor R\$ 15.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A BR 116/MG, também conhecida como Rio-Bahia, é um dos principais corredores de transporte do País. O segmento em questão, encontra-se em estado muito precário, dificultando enormemente o transporte de cargas e passageiros, além de onerar substancialmente o custo do mesmo.

Os recursos serão utilizados nas obras de restauração do pavimento no trecho entre Governador Valadares-MG e Caratinga – MG, um dos mais importantes da Rodovia, e também no acostamento não existente nesta rodovia.

CÓDIGO

239

NOME DO PARLAMENTAR

JOÃO MAGALHÃES

UF

MG

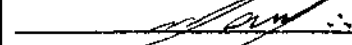
PARTIDO

PMDB

DATA

21/6/01

ASSINATURA



EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**EMENDA - 00014**

PL 013/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0322/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
013/2001PÁGINA
01 DE 01**TEXTO**

Suplementar na rubrica orçamentária 39201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, o seguinte plano de trabalho:

26.782.0233.5707.0011

BR-101/RS – Osório – São José do Norte – Rio Grande

Valor : 30.000.000,00

CANCELAMENTOS:
26.782.0220.2834.0013

Restauração de Rodovias Federais do Estado do Mato Grosso do Sul

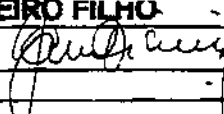
Valor : 15.000.000,00

26.782.0220.2834.0105

Restauração de Rodovias Federais do Estado de Pernambuco

JUSTIFICAÇÃO

PERMITIR A CONTINUIDADE DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DESTE IMPORTANTE SEGMENTO RODOVIÁRIO, INTEGRANTE PRINCIPAL DA LIGAÇÃO NORTE COM O LITORAL (BR-101 - CORREDOR DO MERCOSUL) PERMITINDO O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO, POSSIBILITANDO O ACESSO AO PORTO A CUSTOS COMPATÍVEIS E COMPETITIVOS, TORNANDO-SE IMPERATIVO A CONCLUSÃO DAS REFERIDAS OBRAS, POSSIBILITANDO A REDUÇÃO DA PERDA DE VIDAS HUMANAS E O INCREMENTO DA UTILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA, SEJA NAS PRÓPRIAS OBRAS OU NOS IMPORTANTES SEGMENTOS DA ECONOMIA ATRELADOS AO BOM DESEMPENHO DAS VIAS DE TRANSPORTE POR ONDE ESCOAM A PRODUÇÃO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
16101	MENDES RIBEIRO FILHO	RS	PMDB
			

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**EMENDA - 00015**

PL 013/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0322/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN - 013/2001

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
DE

TEXTO

Suplementar no Projeto Atividade do Anexo I - 26.782.0238.5711.0010, Construção de Trecho Rodoviários no Corredor de Fronteiras - Norte - BR-210/RR-JATAPU-CAROEBE, no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais)

Unidade: 39201

Fonte de Cancelamento: 26.782.0220.2834

Valor: R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais)

GND: 4

M.A : 90

FONTE: 300

Esfera: Fiscal

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA SUPLEMENTAR RECURSOS FINANCEIROS NO VALOR DE R\$ 15.000.000,00 (QUINZE MILHÕES DE REAIS), COM O PRINCIPAL OBJETIVO, DE DOTAR RECURSOS FINANCEIROS SUFICIENTE PARA SE NÃO DER PARA CONCLUIR A BR, QUE TRATO AGORA, MAS, QUE PELO MENOS TENHA CONDIÇÕES FINANCEIRAS DE IR MAIS ALÉM, DO QUE ESTÁ PREVISTO NO ORÇAMENTO PARA ESTA OBRAS QUE TRATO. TRATA-SE DE UMA OBRA DE REAL INTERESSE PARA OS MORADORES DE RORAIMA, PRINCIPALMENTE PARA OS AGRICULTORES QUE PRECISAM ESCOAREM SUAS PRODUÇÕES. ASSIM, ESPERO QUE O RELATOR DEFIRA ESTA EMENDA E, ATENDA AOS APELOS DE TODOS OS MORADORES DE RORAIMA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO FEDERAL LUIS BARBOSA

RR

PFL

DATA

22,06,2001

ASSINATURA

EMENDA - 00016

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

PL 013/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0322/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN nº 013/2001

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplemente-se ao Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes – DNER – 39201, atividade :
26 782 0220 2834 0073 o seguinte Valor:

Suplementar:

UO: 39201

Título : Restauração de Rodovias Federais no Estado de Minas Gerais

Valor : R\$ 14.950.000,00

Mod : 90

GND : 4

Cancelar:

UO : 39201

Título : Restauração de Rodovias Federais no Estado de Pernambuco

Funcional Programática: 26 782 0220 2834 0105

Valor : R\$ 6.250.000,00

GND : 4

UO : 39201

Título : Restauração de Rodovias Federais no Estado de Mato Grosso do Sul

Funcional Programática: 26 782 0220 2834 0075

Valor : R\$ 8.700.000,00

GND : 4

JUSTIFICAÇÃO

A malha rodoviária Federal no Estado de Minas Gerais é a mais extensa do Território Nacional, com 10.275,4 quilômetros, sendo 6.504,1 quilômetros pavimentada, representando 16% do total. Esta malha serve como meio de interligação entre quase todas as Regiões Brasileiras, bem como permite, particularmente, a integração e a articulação das economias do próprio Estado, de São Paulo, do Rio de Janeiro, entre elas e com as demais Unidades da Federação. Daí não se justificar o valor proposto para o reforço de apenas R\$14,0 milhões, para Minas Gerais, substancialmente inferior aos propostos para alguns estados com pequenas malhas rodoviárias Federais. Ademais, há de se considerar que a precariedade das estradas Federais em Minas Gerais que necessitam restauração, vem causando a elevação substancial de custos dos transportes de âmbito nacional.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Virgílio Guimarães

MG

PT

DATA

ASSINATURA

21/06/01

Virgílio Guimarães

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**EMENDA - 00017**

PL 013/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0322/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO

13

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplemente-se 26 782 0220 2834 0065 - Restauração de rodovias federais no Distrito Federal – no valor de R\$ 3.000.000,00

Cancele-se 26 782 0220 2834 0103 - Restauração de rodovias federais no Estado da Paraíba – no valor de R\$ 1.000.000,00

Cancele-se 26 782 0220 2834 0105 - Restauração de rodovias federais no Estado de Pernambuco – no valor de R\$ 1.000.000,00

Cancele-se 26 782 0220 2834 0061 - Restauração de rodovias federais no Estado da Bahia – no valor de R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Os recursos solicitados para o Distrito Federal se deve ao fato do mesmo estar muito pouco provido para atender à demanda por restauração de rodovias. Na Lei orçamentária contava com apenas R\$ 1 milhão e no presente PL não recebeu qualquer suplementação. Em visto disso, solicitamos a quantia acima, ainda bastante modesta, cancelando-se recursos de estados já bastante bem contemplados.

CÓDIGO

Pedro Ceíso

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

PT

DF

DATA

22/06/01

ASSINATURA

EMENDA - 00018

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

PL 013/2001

IA

CMPOPF - MENSAGEM 0322/2001

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA

INSTRUÇÕES NO VERSO

13 DE 2001-CN

1 DE 1

TEXTO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DE GOIÁS

ESF - F GND - 4 FTE - 300 MA - 90 VALOR: R\$ 14.000.000

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA

ESF - F GND - 4 FTE - 300 MA - 90 VALOR: R\$ 4.000.000

RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DO CEARÁ

ESF - F GND - 4 FTE - 300 MA - 90 VALOR: R\$ 4.000.000

RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ESF - F GND - 4 FTE - 300 MA - 90 VALOR: R\$ 8.000.000

RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO

ESF - F GND - 4 FTE - 300 MA - 90 VALOR: R\$ 6.000.000

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA TEM O OBJETIVO DE GARANTIR RECURSOS FINANCEIROS PARA A RESTAURAÇÃO DAS RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DE GOIÁS. PRINCIPALMENTE A BR-153 E A BR-0452. A BR-153 NO TRECHO DA DIVISA MG/GO ATÉ A DIVISA GO/TO E A BR-0452 NO TRECHO DE ITUMBIARA ATÉ RIO VERDE, AMBOS EM PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE TRÁFEGO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

SEN. MAURO MIRANDA

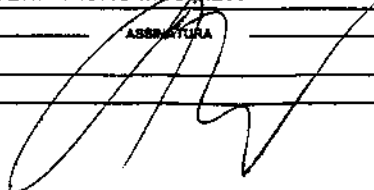
GO

PMDB

DATA

ASSINATURA

22/06/01



EMENDA - 00019

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

PL 013/2001

CMPOFF - MENSAGEM 0322/2001

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

13/2001

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescente-se, na Unidade Orçamentária 39201 - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, ao sub-projeto constante da Lei Orçamentária de 2001, sob a rubrica:

26.782.0663.5394.0003 - ELIMINAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS NO ESTADO DE ALAGOAS

Valor da suplementação: R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais)

Fonte 100

Cancelando-se em:

26.782.0220.2834.0075 - RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL.

Fonte 300: R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais)

Esfera: F

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto visa dotar a malha viária do Estado de Alagoas de melhores condições de fluxo, contribuindo para a redução de acidentes, sendo os recursos orçamentários a ela destinados dentro do OGU/2001 insuficientes para a sua implementação.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

RENAN CALHEIROS

AL

PMDB

DATA

ASSINATURA

21/06/2001

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**EMENDA - 00020**

PL 013/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0322/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO

13

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA
DE

TEXTO

Suplemente-se 26 782 0220 2834 0083 - Restauração de rodovias federais no Estado do Rio de Janeiro – no valor de R\$ 4.000.000,00

Cancele-se 26 782 0220 2834 0103 - Restauração de rodovias federais no Estado da Paraíba – no valor de R\$ 4.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Os recursos extras solicitados para o Estado do Rio de Janeiro têm como objetivo destinar verbas à BR 101 que liga as cidades de Santos e Rio de Janeiro, para restauração do trecho compreendido entre o município de Angra dos Reis e Paraty.

O município de Paraty tem no turismo sua maior fonte de renda e, praticamente na divisa de Angra/Paraty está situada a Usina Nuclear I e II.

A rodovia além de essencial para o turismo de Paraty, é o alicerce do plano de emergência em caso de acidentes nas Usinas, mas encontra-se em situação insatisfatória para cumprir este papel.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Luiz Sérgio

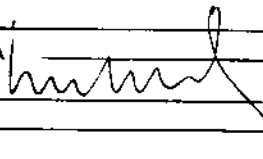
RJ

PT

DATA

30/06/01

ASSINATURA



EMENDA - 00021

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

PL 013/2001

CMPOFF - MENSAGEM 0322/2001

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN 13/2001

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUIA-SE ONDE COUBER NO PROGRAMA DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DNER, RECURSOS NECESSÁRIOS A TÍTULO DE SUPLEMENTAÇÃO PARA RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO, FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 26.782.0220.2834.0105.

ACRÉSCIMO:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 39201

TÍTULO: RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

VALOR: R\$ 2.000.000,00

MOD. APLICAÇÃO: 90

GND: 4

CANCELAMENTO:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 39201

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.2834.0109

VALOR: R\$ 1.000.000,00

GND: 4

CANCELAMENTO:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 39201

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.2834.0071

VALOR: R\$ 1.000.000,00

GND: 4

CANCELAMENTO:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 39201

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.2834.0081

VALOR: R\$ 1.000.000,00

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM A PRESENTE EMENDA, RECURSOS PARA RESTAURAR A BR 116/PE - DIVISA CE/PE À DIVISA PE/BA, QUE ESTÁ EM PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE USO.

TAIS CONDIÇÕES, ALÉM DE FACILITAR ACIDENTES, BENEFICIAM MARGINAIS, QUE DIANTE DA BAIXA VELOCIDADE DOS VEÍCULOS, ABORDAM MOTORISTAS E OS ASSALTAM.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	CONZAGA PATRIOTA	PE	PSB
DATA	ASSINATURA		
1/1	